UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

O PARTIDO DOS TRABALHADORES EM CURITIBA:
origens e características

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Sociologia, Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientando: Marcos Antonio da Silva
Orientador: Prof. Dr. Rafael Duarte Villa.

CURITIBA
2002

MARCOS ANTONIO DA SILVA

O PARTIDO DOS TRABALHADORES EM CURITIBA:
origens e características

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Sociologia, Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Duarte Villa.

CURITIBA
2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 916 Fone e fax : 360-5173

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Ata referente à sessão pública de defesa de dissertação para obtenção de título de Mestre, a que se submeteu o aluno MARCOS ANTONIO DA SILVA. Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano dois mil e dois, no Ed. D. Pedro I, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, às 14:00 horas, na sala de reuniões do DECISO - 9º andar, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora constituída pelos seguintes Professores Doutores: Rafael Antonio Duarte Villa – Orientador (USP), Renato Monseff Perissinotto (UFPR) e Raquel Kritsch (UEL), designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Sociologia, para a sessão pública de defesa de dissertação intitulada "PARTIDO DOS TRABALHADORES EM CURITIBA: origens e características", apresentada por Marcos Antonio da Silva. A sessão teve início com a apresentação oral do aluno sobre o assunto desenvolvido, tendo o Professor Doutor Rafael Antonio Duarte Villa, na presidência dos trabalhos, concedido a palavra a cada um dos examinadores, para sua argüição. Em seguida, o aluno apresentou sua defesa. Na seqüência, Professor Doutor Rafael Antonio Duarte Villa, retomou a palavra para fazer suas considerações. Na continuação, a Banca Examinadora reunida, decidiu pela ...Aprovação... do candidato, atribuindo-lhe os seguintes conceitos: Prof. Dr. Rafael Antonio Duarte Villa (orientador), conceito ...A...; Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto, conceito ...A... e a Profª Drª Raquel Kritsch, conceito ...A... . Em seguida, o Senhor Presidente declarou ...Aprovado..., conceito final ...A..., o aluno Marcos Antonio da Silva, que recebeu o **Título de Mestre em Sociologia**, área de concentração **Sociologia Política**. Encerrada a sessão, eu, Sueli Helena Andolfato de Sales, secretária, lavrei a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo Candidato.

Prof. Dr. Rafael Antonio Duarte Villa – orientador (USP) _____

Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto (UFPR) _____

Profª Drª Raquel Kritsch (UEL) _____

Marcos Antonio da Silva _____

A meu pai, Otaviano e minha tia, Marineli, que partiram sem ver o término deste trabalho.
A minha esposa, Lucimara, meu filho, João Vitor, e a minha mãe, Anália.
Àqueles que construíram este partido em busca de um mundo justo e solidário, e mantêm viva a chama da justiça e da esperança.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação é uma tarefa árdua, e por mais que se constitua num trabalho e esforço individual, só pode ser realizado com a contribuição de inúmeras pessoas. Apesar de expressar as idéias e a pesquisa de um indivíduo, sua realização depende da colaboração de uma série de pessoas conhecidas e anônimas. Estas são responsáveis pelos méritos. Ao autor cabe o privilégio da escuta e do apoio, e somente este deve ser responsabilizado pelas lacunas do texto, por não ter desenvolvido adequadamente o trabalho, ou por não realizar todas as mudanças apontadas por aqueles que lhe ajudaram.

Pelo objeto central deste trabalho se constituir no Partido dos Trabalhadores, enfrentamos sempre o dilema entre o discurso (e a prática) acadêmica e o discurso militante. Em suma, a dificuldade de olhar e analisar o objeto o mais próximo possível da realidade e a necessidade de superar o idealismo, presente em grande parte dos estudos sobre o PT. Caminhamos sobre o fio da navalha, da realidade e da idealização, e esperamos ter conseguido superar este dilema.

Agradecer é uma tarefa maravilhosa, por vezes angustiante. Sempre há o risco de esquecer de alguém, ou de não agradecer devidamente aqueles que mais contribuíram para a realização da tarefa. A estes, peço que compreendam que para além da racionalidade das palavras, sou eternamente grato, em meu coração.

Aos meus orientadores, Rafael e Ângelo, pela paciência, compreensão, apoio e ensinamentos. Este trabalho não poderia ser realizado sem a grande orientação destes. Eles são responsáveis pelos méritos, as lacunas são resultados, apenas, de minha teimosia. Gostaria de transmitir todo o carinho e admiração, acadêmica e humana, que tenho por eles.

A minha grande família. Os familiares que me deram a graça da vida e a possibilidade de compreender o mundo, Anália, minha mãe, e Maria, minha irmã. A minha esposa, Lucimara, e a meu filho, João Vitor, que alegram minha vida, compreenderam a ausência e apoiaram, em todos os sentidos, a realização deste trabalho com suas presenças encantadoras. Aos meus amigos, Eduardo, Alécio, José Ailton que leram alguns capítulos, corrigiram meu parco português e contribuíram com idéias ou questionamentos para o aprimoramento deste estudo. A tantos outros que me apoiaram.

Agradeço também, àqueles que contribuíram para a realização deste estudo. Àqueles que, atenciosamente, aceitaram ser entrevistados e compartilharam sua experiência e conhecimento sobre o PT. Especialmente a Edésio e Zélia Passos, pelo grande apoio, a Gilberto Carvalho, à Ligia Mendonça, a Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha), Lafaiete Neves, Vitório Sorotiuk, Claudio Ribeiro e outros.

SUMÁRIO

FILHOS DA PAIXÃO I

LISTA DE ABREVIATURAS.....IV

INTRODUÇÃO 01

I A FORMAÇÃO DO PT - ASPECTOS HISTÓRICOS.....07

II OS SEGMENTOS SOCIAIS QUE FORMARAM O PT.....33

III A ESQUERDA ORGANIZADA E A FORMAÇÃO DO PT.....62

IV O PT EM CURITIBA.....112

BIBLIOGRAFIA.....133

ANEXOS.....139

RESUMO

Esta dissertação é uma análise do Partido dos Trabalhadores em Curitiba. Trata-se de um estudo que abrange, em primeiro lugar, os grupos que deram origem ao PT curitibano, a partir de sua posição social, concepção política e práticas que contribuíram para a formação do partido na cidade. Em seguida, procuramos desenvolver e analisar as características do partido na cidade, a partir de sua formação, destacando as características iniciais e o formato que este partido adquiriu na cidade, que nos ajudam a compreender o seu posterior desenvolvimento.

ABSTRACT

This dissertation is an analysis of Workers Party in Curitiba. It is a study that embraces, in first place, the groups that created PT in this city, starting from its social position, political conception and practices that contributed to the formation of the party in the city After that, we tried to develop and to analyze the characteristics of the party in the city, starting from its formation, highlighting the initial characteristics and the format that this party acquired in the city, that help us to understand its posterior development.

Os Filhos da Paixão

Nascemos num campo de futebol,
Haverá melhor lugar para dar à luz uma estrela?
Aprendemos que os donos do país só nos ouviam
Quando cessava o rumor da última máquina...
Quando cantava o arame cortado da ultima cerca.
Carregamos no peito, cada um, batalhas incontáveis,
Somos a perigosa memória das lutas
Projetamos a perigosa imagem do sonho.
Nada causa mais horror à ordem
Do que homens e mulheres que sonham.
Nós sonhamos. E organizamos o sonho
Nascemos negros, nordestinos, nisseis, índios
Mulheres, mulatas, meninas de todas as cores,
Filhos, netos de italianos, alemães, árabes, judeus,
Portugueses, espanhóis, poloneses, tantos .
Nascemos assim desiguais, como todos os sonhos humanos.
Fomos batizados na pia, na água dos rios, nos terreiros.
Fomos, ao nascer, condenados a amar a diferença.
A amar os diferentes
Viemos da margem.
Somos a anti-sinfonia
Que estorna da estreita pauta da melodia.
Não cabemos dentro da moldura...
Somos dilacerados como todos os filhos da paixão.
Briguentos. Desaforados. Unidos. Livres:
Como meninos de rua.
Quando o inimigo não fustiga
Inventamos nossas próprias guerras, desenvolvemos
Um talento prodigioso para elas,...
Compomos um rosto de peão,

Uma voz rouca de peão
O desassombro dos peões para oferecer ao país,
Para disputar o país.
Por sua boca dissemos na fábrica, nos estádios, nas
praças, que este país não tem mais donos.(..)
A revolução que acalentamos na juventude faltou.
A vida não. A vida não falta.
E não há nada mais revolucionário que a vida.
Fixa suas próprias regras.
Marca a hora e se põe diante de nós, incontornável.
Os filhos da margem tem os olhos postos sobre nós.
Eles sabem, nós sabemos, que a vida não
Concederá uma terceira oportunidade
Hoje, temos uma cara. Uma voz. Bandeiras.
Temos sonhos organizados
Queremos um país onde não se matem crianças
Que escaparam do frio, da fome, da cola de
sapateiro
Onde os filhos da margem tenham direito à terra,
Ao trabalho, ao pão, ao canto, à dança,
Às histórias que povoam nossa imaginação,
Às raizes da nossa alegria.
Aprendemos que a construção do Brasil
Não será obra apenas de nossas mãos
Nosso futuro resultará
Da desencontrada multiplicação
Dos sonhos que desatamos.

Pedro Tierra

"...é o conjunto da vida do partido que traz a marca do seu nascimento, e a atitude em relação aos eleitos não passa de uma manifestação particular da importância geral proporcionada às atividades eleitorais e parlamentares no tocante aos outros. Os partidos criados de fora manifestam a seu respeito um apego muito maior que os nutridos no serralho e nascidos a sua sombra.(...) Para os primeiros ao contrário a luta eleitoral e parlamentar permanece muito importante mas ela não é senão um dos elementos da ação geral do partido, um dos meios que ele emprega, dentre outros, para realizar seus fins políticos"

Duverger

"O que é a história de um partido? Será a mera narração da vida interna de uma organização política? Como nascem os primeiros grupos, as polêmicas ideológicas que elaboram o programa e sua concepção de mundo? (...) Assim, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa escrever a história geral de um país, destacando um aspecto característico".

Gramsci

LISTA DE ABREVIATURAS

ABC	Região industrial que abrange os municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano no estado de São Paulo.
AI	Ato Institucional
ALN	Aliança Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
APML	Ação Popular Marxista Leninista
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CBA	Comitê Brasileiro de Anistia
CDRP	Comissão Diretora Regional Provisória (PT)
CDMP	Comissão Diretora Municipal Provisória (PT)
CEASA	Central de Abastecimento S/A
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CECOMA	Centro Comunitário de Manutenção
CEDEC	Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
CEFURIA	Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo
CIC	Cidade Industrial de Curitiba S/A
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPJP	Comissão Pontífica de Justiça e Paz
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CS	Convergência Socialista
CUT	Central Única dos Trabalhadores

DCE	Diretório Central dos Estudantes
DIEESE	Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômico
DS	Democracia Socialista
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
JEC	Juventude Estudantil Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LIBELU	Liberdade e Luta
LIC	Liga Comunista Internacionalista
LIT	Liga Internacional dos Trabalhadores
MAB	Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana
MAS	Movimento ao Socialismo
MCR	Movimento Comunista Revolucionário
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEP	Movimento de Emancipação do Proletariado
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
OSI	Organização Socialista Internacionalista (O Trabalho)
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PCR	Partido Comunista Revolucionário
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático-Social
PFL	Partido da Frente Liberal

PMC	Prefeitura Municipal de Curitiba
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PO	Pastoral Operária
POC	Partido Operário Comunista
POLOP	Política Operária
POR	Partido Operário Revolucionário
PP	Partido Popular
PRT	Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido Social-Democrata Brasileiro
PST	Partido Socialista dos Trabalhadores
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RIT	Rede Integrada de Transportes
SU	Secretariado Unificado
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo

Introdução

O Partido dos Trabalhadores, PT, representou no quadro político-partidário uma novidade, ou uma anomalia, como aponta Paulo Sérgio Pinheiro. A novidade se caracterizava pela forma como surgiu o partido, a partir de baixo e sem vínculos parlamentares; pelo seu programa político, baseado nas idéias socialistas e no surgimento de uma nova esquerda; na forma de organização e funcionamento, núcleos de base e direção coletiva; na base social que procurava representar trabalhadores e setores marginalizados pela política tradicional. Como isto foi possível? Sem dúvida o PT foi o resultado da combinação de um grande número de fatores em um momento histórico preciso, em que as alternativas pareciam abertas e o futuro possibilitava a emergência de novos sujeitos políticos.

Vários fatores possibilitaram a emergência do PT no país. Dentre eles destacamos, em primeiro lugar, o efeito óbvio da mudança na legislação que permitia a criação de novos partidos no ocaso da Ditadura Militar brasileira, cujo intuito era dividir a oposição e garantir a direção político-institucional de lideranças ligadas ao regime no processo de abertura política do país, mas que, por ironia da História, acabou desenvolvendo o debate de reestruturação partidária e, apesar das imensas dificuldades colocadas, possibilitou o registro eleitoral do PT. Em seguida está a emergência e a politização do novo sindicalismo no ABC paulista, com o aparecimento de novas lideranças reconhecidas nacionalmente, destacadamente Lula, e que irão caminhar do sindicato para a política, através da percepção de que suas reivindicações não são atendidas por não possuírem representantes no sistema político-partidário. Outro fator foi o surgimento de uma ampla base de massas, que começa a se manifestar na metade e ganha fôlego no final dos anos 70, por ocasião das greves dos metalúrgicos e outras

categorias em várias partes do país e de um sem-número de mobilizações sociais como a luta pela anistia, as lutas contra o aumento do custo de vida, por melhores condições de moradia, saúde e educação e inúmeras outras que possibilitarão a emergência de novos sujeitos políticos, num processo denominado de "explosão da sociedade civil". E, finalmente, a idéia de lançar um partido dos trabalhadores, marcado pela independência de classe e de cunho socialista, encontrou um espaço propício devido à preparação do terreno por parte da esquerda organizada que, a partir de meados daquela década, procurou desenvolver e divulgar a possibilidade de criação de um partido à esquerda para ocupar o espaço vazio no espectro político-partidário nacional. É a combinação destes e outros fatores que irá possibilitar o surgimento de um partido como o PT (KECK, 1991; MENEGUELLO, 1989).

Em geral os estudos sobre o partido podem ser divididos em duas fases. A primeira, que vai dos anos 80 até o início da década de 90, enfatizava o aspecto organizacional, analisando o processo de formação do partido, tanto em nível regional como nacional, e a relação do surgimento do partido com outros temas centrais das análises sociais daquele momento, como seu impacto no processo de democratização, na elaboração de uma nova ordem constitucional e a reformulação do sistema partidário. Já nos anos 90, os estudos, apesar de continuarem abordando o surgimento do partido em âmbito regional ou local, passam a analisar o desenvolvimento deste, destacando suas metamorfoses e o processo de institucionalização e burocratização que vão modificando elementos da organização e concepção política petistas, marcadas por uma adaptação a um mundo globalizado, bem como as experiências de governo e algumas práticas do chamado "modo petista de governar", como o orçamento participativo e outras.

Nosso estudo analisa como foi o processo de formação do PT em Curitiba, no período que vai de sua formação até o primeiro embate eleitoral em 1982. O objetivo central deste estudo é compreender o processo e os grupos que deram origem ao partido na cidade, comparativamente com a formação do PT nacional. Desta forma procuramos compreender o quadro político paranaense e as mobilizações sociais que permitiram a integração dos diversos grupos na organização do PT. Procuramos compreender quais foram os principais atores deste processo, o que pensavam e a quais grupos estavam vinculados. Também destacamos os momentos e os debates centrais deste processo de organização do partido na cidade. Nossa hipótese é a de que, analisando o processo de formação do partido na cidade, poderemos compreender melhor o formato que o partido aqui adquiriu, quais foram as especificidades do PT curitibano e como estas especificidades se refletirão na política de consolidação do partido, bem como em sua integração ao processo político-institucional na sociedade curitibana, enquanto organização política em um lugar específico.

Para a realização deste trabalho consultamos e analisamos duas fontes. Primeiro, realizamos uma série de entrevistas com as principais lideranças do partido no momento, escolhidas de forma representativa e qualitativa, ou seja, que exprimem as visões das diversas correntes e que atuaram ativamente no processo de formação do partido. Outra fonte consultada foram os documentos que conseguimos resgatar, principalmente atas e documentos partidários que nos possibilitam uma visão específica do processo, dos acontecimentos e dos debates que envolveram a construção do PT.[1]

No Capítulo 1, procuramos discutir o problema do partido político, destacando os diversos momentos de formação dos partidos políticos na América Latina, em especial o caso brasileiro, e abordando as dificuldades e os dilemas para a consolidação

[1] Nos Anexos deste trabalho relatamos as lideranças entrevistadas e os principais documentos analisados.

dos partidos no Brasil. Elaboramos ainda uma reconstrução histórica dos momentos iniciais do partido, desde os primeiros debates sobre os rumos do processo de redemocratização do país e sobre a necessidade de criação de um partido socialista e de massas no Brasil, as primeiras discussões e a decisão de se formar o PT, passando pelo processo de implementação do partido nos diversos estados, a obtenção do registro no TSE e as conseqüências do primeiro embate eleitoral na redefinição dos rumos de expansão do partido no país, até uma abordagem histórica de como surgiu a proposta de formação do PT no Paraná, os principais momentos, lideranças e debates que envolveram a formação do Partido localmente.

No capítulo 2, procuramos apontar os principais segmentos que deram origem ao PT e sua situação em Curitiba no início dos anos 80. Vários estudos que abordam a origem do PT convergem para a conclusão de que o partido foi resultado da emergência de novos sujeitos políticos, dentre eles, o novo sindicalismo com uma nova concepção do papel do sindicato e de massas trabalhadoras; os novos movimentos sociais que procuravam dar "vez e voz" a um sem número de atores excluídos da política brasileira desde sempre; os políticos, ligados basicamente ao MDB e que compreendiam as oportunidades da reforma e a necessidade de contribuir para uma abertura mais progressista; os intelectuais, ligados aos centros acadêmicos importantes ou com militância na esquerda socialista que vislumbravam no partido um novo espaço para atuação e para renovação do quadro político brasileiro a partir das novas concepções que o partido adotava; e a esquerda organizada, da qual trataremos no próximo capítulo, que vislumbrava a possibilidade de emergir da clandestinidade e atuar num partido socialista e de massa. Nosso intuito é compreender o cenário político curitibano, através da situação e da atuação destes segmentos na formação do partido na cidade.

No capítulo 3, procuramos analisar a elaboração marxista sobre o papel do partido político e a atuação da esquerda organizada na construção do PT. O primeiro ponto é analisado porque, em grande medida, a maioria dos grupos que originaram o PT se coloca como herdeiro do pensamento marxista e procuraram dar este caráter ao partido, o de um marxismo renovado e renovador. Sendo assim, retomamos à discussão do partido operário no interior do marxismo a partir da análise das obras de Marx, de Lenin e seu partido de profissionais voltado à revolução e de Gramsci e sua idéia de partido como o príncipe moderno, criador de uma nova ordem sócio-cultural. Já em relação à esquerda organizada nos referimos, basicamente, a uma série de agrupamentos de esquerda que, em geral, haviam aderido à luta armada para combater a Ditadura Militar e que, derrotadas, irão realizar um processo de autocrítica e procurar novos meios para a participação política e a luta revolucionária. Nosso objetivo é identificar quais eram as principais organizações de esquerda, em suas mais variadas correntes e formas de organização, que tiveram influência na construção do PT, o que pensavam, como estavam organizadas e como se integraram a este processo. Para tanto, procuramos compreender os processos de cisão e formação de novos grupos na esquerda brasileira, a partir do impacto das novas concepções trazidas pelo desenvolvimento da luta socialista no plano internacional, principalmente das grandes revoluções do século XX. Em seguida, desenvolvemos uma análise de quais foram as principais organizações de esquerda que contribuíram para a formação do PT e o que pensavam a respeito deste processo, destacando sua origem, concepções e o papel que desempenharam na formação do PT de Curitiba, onde se destacaram, principalmente, o MEP, a AP e o PCBR, além da influência posterior de grupos trotskistas.

No capítulo 4, procuramos compreender o PT curitibano em seus momentos iniciais, mostrando quais foram suas primeiras características e como estas

acabaram influenciando o seu desenvolvimento posterior. Desta forma, procuramos apontar os principais elementos constituidores do partido, como se integraram e que visão de partido acabou prevalecendo, os primeiros debates iniciais, as bases sociais do partido na cidade, os primeiros conflitos Em suma, modelo originário do PT curitibano.

CAPÍTULO 1: A FORMAÇÃO DO PT - ASPECTOS HISTÓRICOS

Os Partidos Políticos no Brasil: uma introdução necessária

Desde o trabalho pioneiro de M. Duverger, o estudo dos partidos políticos se constitui numa das áreas mais promissoras da Ciência Política. A análise dos partidos, desde sua formação até sua dinâmica interna, nos permite compreender de forma ampla os conflitos e o desenvolvimento da política e da sociedade como um todo. O processo de formação dos partidos, sua necessidade e desenvolvimento, seus atores e características nos revelam aspectos fundamentais da história de cada sociedade, como já apontava Gramsci:

> O que é a história de um partido? Será a mera narração da vida interna de uma organização política? Como nascem os primeiros grupos, as polêmicas ideológicas que elaboram o programa e sua concepção de mundo? (...) Assim, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa escrever a história geral de um país, destacando um aspecto característico (1980:24).

No caso da América Latina, e do Brasil especificamente, os partidos são o resultado dos dilemas e conflitos que a sociedade atravessa e sua criação se situa como uma tentativa de solução para determinados impasses e abertura a novas possibilidades. Como aponta Alfredo R. Jiménez (1995), as revoluções sócio-econômicas são a chave para compreender o ocaso e a emergência dos partidos políticos. Tais revoluções expressam a dinâmica conflitual de cada sociedade e a necessidade de superação do passado, que se torna cada vez mais anacrônico e gerador de crises, cada vez mais permanentes. Os partidos surgem então, como uma resposta, como uma solução para estes impasses, e, ao longo do tempo constituem o canal para a institucionalização das divisões, sem a necessidade de se recorrer às armas para se resolver os conflitos ou as diferenças. Desta forma, desde a luta por emancipação dos países de suas metrópoles podemos observar a emergência de movimentos cívicos que se constituem em embriões

dos partidos latino-americanos. A partir deste processo podemos perceber três revoluções sócio-econômicas que se constituem em marcos de surgimento dos partidos políticos e dos sistemas partidários. Esses marcos seriam: a revolução oligárquica, origem dos partidos conservadores e liberais; a revolução nacional-popular, com a incorporação das classes médias e das massas à arena política; e a revolução democrática, como resposta ao autoritarismo populista e militar e como a emergência de uma efetiva "democracia de partidos" (Jiménez: 1995).

A revolução oligárquica começa com os processos de independência e vai até o início do século XX. No caso brasileiro, ate a Revolução de 30. Constitui-se em um esforço das elites locais para a integração nacional, através da construção e consolidação do Estado-Nação. Sua principal característica é a monopolização do poder, através dos caudilhos, por uma parte minoritária da sociedade, os proprietários de terras. Tal revolução gerou uma família típica de partidos, em geral denominados conservadores ou liberais, que expressavam os valores oligárquicos. Entre estes podemos citar: uma concepção elitista da política, marcada pela idéia de direito natural ao poder concedido aos grandes proprietários e do qual estava excluída a maioria da sociedade; uma concepção localista de política, caracterizada, no caso brasileiro, pelo coronelismo; uma visão patrimonialista do Estado, compreendido como extensão do domínio territorial; uma "nostalgia pela ordem" caracterizada pela repressão a qualquer movimento que ameaçasse a ordem e a normalidade da sociedade, perturbando o domínio e a paz social. Os partidos que surgiram e dominaram o cenário político deste período poderiam ser caracterizados como de extrema-direita.

A segunda revolução que possibilitou a emergência de novos partidos no cenário latino-americano foi a nacional-popular, do início do século XX. Tal processo marca a ascensão da classe média à arena política contra o domínio oligárquico e a incorporação

dos anseios populares. Isto baseado em chefes carismáticos, o que levou ao surgimento de novos fenômenos políticos. De um lado, o populismo (Vargas, Perón,...) e de outro, o cesarismo, a interferência dos militares na política, geralmente para preservar os interesses oligárquicos. Nesse período, mesmo com a permanência de partidos oligárquicos, ocorre a criação dos partidos de cunho popular e socialista. Os primeiros marcados pelo intuito de mobilização (e manipulação) das massas para combater o domínio oligárquico, sendo, portanto, a primeira experiência de um partido de massas na região. Além disto, eram caracterizados por um excessivo estatismo, presente na noção de desenvolvimentismo e nacionalismo, característico do período, através da construção de obras de integração e desenvolvimento, bem como no surgimento de empresas estatais. Já os partidos socialistas-comunistas são herdeiros do marxismo-leninismo e procuram combater não só o domínio oligárquico, como também a própria sociedade capitalista em construção. Entre suas principais características podemos apontar: a concepção marxista de teoria e ação política; o centralismo de sua organização; o internacionalismo, presente na idéia de solidariedade com todos os oprimidos do mundo e de que sua luta (assim como seus inimigos) não se limitava ao âmbito nacional; uma prática militante, marcada pela dedicação total às atividades da organização, e uma vocação de massas, que nem sempre encontrava apoio na realidade.

Finalmente, a última revolução que permite a emergência de partidos políticos e de um novo sistema partidário foi a Revolução Democrática das últimas décadas do século XX. Trata-se de uma resposta ao autoritarismo militar e populista e a busca de modernização das estruturas sociais e políticas e da emergência do Estado de Direito. Os partidos que surgem nesse período, como o PT, apesar de apresentarem elementos das outras famílias, possuem características específicas um maior pragmatismo, resultado da adesão ao processo eleitoral, como forma de substituição do ideal

revolucionário e de alternância do poder; a representação de amplos setores sociais, com a incorporação de novos segmentos sociais à política institucional e a emergência de novas práticas político-partidárias; a tendência de se tornarem partidos de quadros, dando especial destaque à tecnocracia como forma de garantir a elaboração e a execução de programas políticos responsáveis; um centralismo estatista, marcado pela centralidade do Estado em suas práticas políticas e como forma de superação dos atrasos sociais e econômicos; a ênfase na modernização, como solução para os conflitos sociais e políticos; e um internacionalismo, caracterizado pela troca de experiência e por laços com organizações internacionais, sem a submissão típica dos partidos comunistas.

A análise dos partidos e do sistema partidário brasileiro apresentou na última década um grande desenvolvimento. Mesmo com algumas lacunas, como a falta de estudos abrangentes sobre partidos importantes como o PMDB[2], o PFL e outros, os trabalhos desenvolvidos apresentam uma análise pormenorizada de alguns períodos do nosso sistema partidário e de alguns partidos. Tal análise apresenta alguns consensos no que se refere à dinâmica partidária brasileira. O primeiro deles se refere ao subdesenvolvimento partidário brasileiro, quando comparado a outras experiências (Chile, Uruguai,...). Além disso, podemos apontar a descontinuidade partidária, interrompida por regimes autoritários ao longo do século XX, que nos legaram apenas dois períodos de funcionamento de um sistema partidário competitivo (1946-1964; 1982-até o momento). Outro consenso, pelo menos em termos de diagnóstico, é a debilidade dos partidos políticos frente ao Estado e à Sociedade, fruto da formação burocrático-patrimonial, do privatismo da política brasileira, do personalismo, da debilidade da sociedade civil e da inconsistência ideológica dos partidos. Outro aspecto destacado nos estudos sobre partidos brasileiros é a origem elitista e autoritária, partidos

[2] Como aponta Jairo Marconi Nicolau (1996) e Olavo Brasil de Lima Júnior (1997)

que surgem de cima para baixo, sem participação popular, pois eram partidos "de notáveis", dificultando com isso o cumprimento de um dos fundamentos básicos dos partidos políticos que devem se constituir em canal de representação e de expressão dos diversos interesses e grupos que formam uma sociedade (FLEISCHER: 1981). Nas palavras de Rachel Meneguello: "a constatação de que a quase totalidade das organizações partidárias, durante todo o período de desenvolvimento político republicano, carece de forte enraizamento social em sua formação, definindo um perfil organizativo frágil" (MENEGUELLO: 1989:37).

Tudo isso refletiu na cultura política nacional através do desenvolvimento de uma cultura antipartidária, que percebe os partidos políticos como artificiais, sem autenticidade, sem representatividade efetiva, sem ideologia sólida, dispostos a tudo para alcançar e, acima de tudo, se beneficiar do exercício do poder em nome de interesses particulares (LAMOUNIER E MENEGUELLO: 1980).

Isto porque os partidos brasileiros sofreram ao longo do tempo algumas limitações. Em primeiro lugar, da própria cultura política geral, caracterizada por um elitismo, onde inclusão e participação eram compreendidas como ameaças à manutenção da ordem. Tal cultura é permeada pela idéia de "cidadania concedida", desenvolvida por Teresa Sales (1988), e compreende a idéia de que direitos (inclusive a participação política) devem ser outorgados por aqueles que possuem um direito natural ao poder político, fruto de sua posição social. Em seguida, da relação que os partidos estabeleceram com o Estado, ou melhor, da influência da máquina estatal sobre a máquina partidária.

Com isso, queremos apontar que o modo de funcionamento do Estado dificultou, ou mesmo impediu, o fortalecimento de partidos ao consolidar uma prática política patrimonialista e clientelista, geradora da atrofia e da fragmentação partidária, ou,

simplesmente, através do autoritarismo, sintoma da não-institucionalização da participação política no país, como aponta Maria do Carmo Campello em seu clássico (CAMPELLO: 1976).

E, por último, a fragilidade da sociedade civil ao longo de nossa história, caracterizada pela dificuldade de organização de entidades e de representação dos interesses, que impedia a mobilização social e uma institucionalização efetiva do sistema partidário e o surgimento de práticas políticas mais consistentes e duradouras.

Segundo B. Lamounier e R. Meneguello, ao longo de nossa história o país conheceu as seguintes formações partidárias: liberais x conservadores (1837-1889); partidos estaduais, dominados pelas elites agrárias (1889-1930); pluripartidarismo embrionário (1930-1937); pluripartidarismo real (1945-1965); bipartidarismo tutelado (1965-1979); pluripartidarismo liderado pelo PMDB e PDS (1979-1985); e, pluripartidarismo constitucional (1985 em diante). É interessante destacar que o período que mais favoreceu a ascensão e a consolidação dos partidos, o do pluripartidarismo real, gerou, na verdade, uma série de desequilíbrios e tensões que dificultaram a institucionalização dos partidos, como a fragilidade das estruturas internas dos partidos, a baixa identificação com as massas, a fragmentação potencial, as coligações permissivas, a representação desproporcional, o corporativismo das elites que limitavam a cidadania e a participação política e que tal experiência foi abortada pelo golpe de 64 (LAMOUNIER E MENEGUELLO: 1980).

Diante deste quadro, podemos compreender melhor a novidade que representou o PT no cenário político-partidário brasileiro e as dificuldades que o partido enfrentou. A novidade estava, como já apontamos na introdução, na forma de organização (com destaque para os núcleos de base), nos sujeitos que construíram o partido (sindicalistas,

militantes de movimentos sociais e agrupamentos de esquerda, intelectuais e alguns políticos do MDB), na ideologia e no programa político (de caráter socialista).

No entanto, desde o início, o partido enfrentou uma série de dilemas organizacionais e políticos. Quais as concessões e os ganhos envolvidos no fato de o PT tornar-se um partido legal, dentro dos limites estabelecidos pelo regime militar? Como contribuir para a organização autônoma da classe operária e, ao mesmo tempo, representá-la no plano político? Como superar o dilema eleitoral, garantindo a representação de novos sujeitos e desenvolver uma proposta ampla para ganhar as eleições? Como garantir maior participação e democracia interna, a partir dos organismos presentes na lei partidária? A história de sua formação nos permite compreender como o partido superou estes dilemas

A formação do PT: aspectos históricos

Antes mesmo dos sindicalistas, reconhecidamente o grupo hegemônico na formação do PT nacional, definirem-se pela formação do partido[3], várias facções da esquerda organizada, em especial os grupos trotskistas, foram ativas promotoras do debate sobre a necessidade de formação de um partido popular, de caráter socialista. No final dos anos 70, muitas organizações pequenas de esquerda, freqüentemente originárias do movimento estudantil, começaram a se organizar de forma mais aberta, publicando jornais que eram vendidos abertamente nas bancas. Embora continuassem a ser ilegais e sofressem atentados por parte de terroristas de direita, não estavam sujeitos à repressão do início da década. Um dos mais ativos desses grupos era a Convergência Socialista, que desde a sua formação, em janeiro de 78, havia falado da necessidade de se criar um partido socialista. A Convergência foi um dos primeiros e mais ardentes defensores da idéia de um partido dos trabalhadores, embora tentasse, inicialmente,

[3] Uma comprovação disso está no fato de que 60% do primeiro diretório nacional era constituído por sindicalistas, além da influência dos sindicalistas na ideologia e na prática petistas.

trazer os sindicalistas para sua órbita de influência. Seu trabalho e de outras correntes serviu para dar visibilidade ao discurso de esquerda sobre o socialismo e as relações de classe, tornando visíveis as lutas sindicais e populares empreendidas no período, através de publicações, como os jornais "Em Tempo", "ABCD", "Movimento" e outros. Só como exemplo, em um editorial do número de fevereiro de 1979, o ABCD jornal publicava a manchete "Quem tem medo do partido dos trabalhadores?", falando do PT como se já existisse ou estivesse a ponto de tornar-se realidade. E durante todo o ano de 79, grande parte das publicações de esquerda irá discutir e divulgar a idéia de formação de um partido dos trabalhadores o que de certa forma serviu para apressar a sua fundação.

As discussões para a formação do PT ocorreram durante a maior parte de 1978 e no início de 1979, principalmente nos sindicatos de São Bernardo do Campo, Santo André, Osasco, Santos, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Campinas e Porto Alegre. Ainda no final de 78, Lula levantou a idéia numa conferência de trabalhadores do setor petroquimico na Bahia. Em dezembro daquele ano foi realizada uma reunião no sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo para discutir a idéia de formação do PT. No entanto, dos 12 líderes sindicais presentes, apenas Lula, Paulo Skromov, José Cicote e Jacob Bittar mostraram-se favoráveis[4]. Em grande medida porque vários dos presentes eram ligados ao PCB, que, mesmo clandestino era contrário à formação de um novo partido dos trabalhadores, pois acreditava ser ele o verdadeiro representante da classe operária.

[4] Os líderes sindicais presentes eram: Hugo Peres (sind. Trabalhadores Urbanos-SP), Arnaldo Gonçalves (sind. Metalúrgicos de Santos), Afonso de Souza e Raimundo Santos (sind. Padeiros-SP), João Carlos (sind. Petroleiros do RS), Henos Amorina (sind. Metalúrgicos de Osasco), Jacob Bittar (sind. Petroleiros de Paulínia e Campinas), Paulo Skromov (sind. Coureiros-SP), José Cicote (sind. Metalúrgicos de Santo André), Lula (sind. Metalúrgicos de São Bernardo, São Caetano e Diadema) e mais dois diretores (MENEGUELLO: 1989).

A idéia de um partido dos trabalhadores foi oficialmente lançada, pela primeira vez, como uma resolução do encontro dos metalúrgicos, mecânicos e eletriciários do estado de São Paulo, realizado em Lins, em janeiro de 79. Esta foi elaborada por um grupo de trabalhadores no qual se destacava Benedito Marcílio, do sindicato dos metalúrgicos de Santo André e ligado à Convergência Socialista. A resolução aprovada chamava os trabalhadores a superarem sua marginalização política, para formar um partido marcado pela democracia interna, pelo reconhecimento da importância primordial dos trabalhadores na vida social brasileira e pela base política independente, através da qual o poder seria conquistado Essa mesma resolução definia que os metalúrgicos lançassem esse processo em nível nacional

Para solucionar algumas dúvidas, tais como, se o partido seria formado no futuro imediato ou indeterminado, criou-se um comitê informal com figuras como Henos Amorina, dos metalúrgicos de Osasco, Jacó Bittar, dos petroleiros de Paulínia, Paulo Skromov, dos coureiros de São Paulo, Robson Camargo, do sindicato dos artistas de São Paulo e Wagner Benevides, dos petroleiros de Belo Horizonte. Este grupo elaborou uma Carta de Princípios que, entre outras coisas, apontava que "os males profundos que se abatem sobre a sociedade brasileira não poderão ser superados senão pela participação decisiva dos trabalhadores na vida da nação. O instrumento capaz de propiciar essa participação é o Partido dos Trabalhadores".(FPA, 1998:50). E, criticando as alternativas que se apontavam no PMDB ou na formação do PTB de Brizola (que acabou se transformando no PDT), conclamava a discussão com as lideranças populares e sindicais, além da sociedade organizada, para se construir um partido novo e diferente na política brasileira, através da definição de que este deveria ter um caráter classista, amplo e massivo, de organização autônoma e independente dos trabalhadores (GADOTTI & PEREIRA, 1989:29). Tal Carta de Princípios foi distribuída (mais de

200.000 cópias) por ocasião das comemorações do 1° de maio de 1979 nas grandes cidades de vários estados e pode ser considerado o primeiro documento público do movimento Pró-PT. No entanto, sua ação acabou sendo acusada de vanguardismo e violava, segundo Skromov, um acordo no qual a proposta do partido dos trabalhadores seria discutida com as bases sindicais antes de fazer qualquer coisa para sua implementação.

A formação de um partido dos trabalhadores entrou mais uma vez em discussão em junho de 79, no Encontro Nacional dos Metalúrgicos, realizado em Poços de Caldas, onde foi votada uma resolução semelhante à de Lins. Apesar de concordarem com a idéia de discutir a proposta com as bases, muitos ainda não tinham claro, inclusive o próprio Lula, de qual seria o momento certo para lançar o partido. A partir daí, o ritmo das discussões foi acelerado e as perspectivas se ampliaram. Naquele mesmo mês, realizou-se, em São Bernardo, uma reunião entre líderes sindicais, intelectuais e políticos do MDB. Em 26 de junho, Lula anunciou, em Belo Horizonte, que uma primeira versão do programa seria distribuída, na semana seguinte, aos operários para ser discutida e depois disso a criação do PT só dependeria da vontade dos trabalhadores e também, ampliando a base de apoio, das associações de bairros.

Paralelamente, ocorreu uma série de reuniões entre líderes sindicais, intelectuais e políticos do MDB para tentar encontrar um terreno comum para a criação de um partido que defendesse os interesses populares. Entre os líderes do MDB que promoviam tais encontros estavam Almino Afonso e Fernando Henrique Cardoso e, da parte dos sindicalistas, Lula e outros, para tentarem chegar a um ponto em comum. Entretanto, havia inúmeras divergências: uns achavam que uma organização operária deveria romper não só com a política elitista, mas também com a eleitoral, outros argumentavam que o diálogo com os políticos era uma perda de tempo.

Com a aproximação da reforma partidária promovida pelo governo, as diferenças aumentaram. Em 18 de agosto de 1979, um grupo de políticos da esquerda do MDB organizou um grande encontro em São Paulo para discutir a idéia do partido dos trabalhadores, reunindo mais de 400 pessoas entre políticos, intelectuais, líderes sindicais e estudantis e representantes de cerca de 100 movimentos diversos. Porém, o resultado foi diferente do imaginado pelos políticos do MDB. Lula saiu em defesa da formação de um partido dos trabalhadores independente, dizendo que suas portas estariam abertas aos políticos progressistas do MDB que concordassem com a independência da classe trabalhadora, com o programa político do partido e se submetessem à estrutura partidária sem o desejo de controlar ou liderar as massas populares.

Apesar das divergências entre eles se tornarem bem claras neste encontro, foi criada uma comissão composta por sete parlamentares, sete líderes sindicais e oito intelectuais para tentar se estabelecer uma estrutura necessária à organização de encontros e debates e tentar redigir um programa comum. Tais diferenças podem ser apontadas da seguinte forma. Para Fernando Henrique Cardoso e Almino Affonso e a maioria dos políticos envolvidos, o objetivo era chegar a uma forma que atraísse um grande número de políticos, tendo em vista os privilégios que a reforma partidária iria conceder aos parlamentares no processo de formação partidária. Mas as conversas iniciais do último por todo o Brasil não foram tão produtivas. Além disso, eles acabariam chegando à conclusão, depois da campanha de Cardoso para o senado, de que o MDB poderia se transformar em um partido de participação popular. Para os sindicalistas o risco de não se conseguir a legalização era superado pelo temor de que as reivindicações fossem ignoradas no partido dirigido pelas elites (KECK, 1991).

Enquanto se realizavam essas discussões, outros encontros aconteceram em diferentes pontos do país, tentando criar comissões provisórias para lançar o PT. Um grupo de líderes sindicais formalizou uma comissão desse tipo em Porto Alegre, em maio de 79, e propôs a convocação de um encontro regional em 45 dias. Em Minas Gerais, o encontro estadual para lançar o PT foi marcado para 27 de julho. No mês de setembro, ocorreram encontros para fundar o PT no Ceará, no Paraná e no Rio de Janeiro. Neste último, vários articuladores que já haviam passado por outras cidades onde se debatia o futuro do partido, distribuíram uma nota em que afirmavam que "o governo deseja criar partidos de seu interesse, enquanto os oportunistas falam em criar partidos de nosso interesse, o que temos certeza não ser verdade. Nós trabalhadores desejamos criar o nosso partido, um canal que nos permita manifestar, expressar e agir politicamente" (KECK, 1991:88).

A decisão de lançar o Partido dos Trabalhadores em outubro foi resultado, em grande medida, da iminência da reforma partidária conjugada a pressões internas, devido à proliferação de indivíduos e grupos que pretendiam falar em nome do PT. Dessa forma, em 13 de outubro de 1979, em um restaurante em São Bernardo do Campo, cerca de 113 pessoas entre intelectuais, parlamentares e líderes sindicais decidiram estruturar o PT como organização política com a formação de uma Comissão Nacional Provisória. Neste Encontro foi aprovada a Declaração Política que apontava as origens do PT e sua relação com os sindicatos, com a reformulação partidária e discutia a questão de uma frente popular contra a ditadura, reafirmando uma vez mais a necessidade de cada corrente política se organizar de maneira independente e de acordo com seus próprios princípios (FPA, 1998:57). Também foi aprovado um documento chamado "Sugestões para formas transitórias de funcionamento", que indicava como deveria ser o processo de discussão e formação do partido em todo o país, destacando

que o PT estaria aberto a todas as categorias profissionais e movimentos sociais, que lutaria pela legalização do partido conforme as determinações da lei, que neste estágio de organização a principal estrutura partidária seriam os núcleos de base formados por, no mínimo, 21 membros e como este deveria se estruturar, convocando um Encontro Nacional para aprovação de uma Carta de Princípios, um Estatuto e uma Plataforma de Lutas, e aprovando a formação de uma Comissão Nacional Provisória[5] para fazer os devidos encaminhamentos (GADOTTI & PEREIRA, 1989:46-47). A partir daí o PT estava lançado.

A reforma partidária de outubro de 79, além de demonstrar a regulamentação estatal sobre as estruturas partidárias, teve uma grande influência no que se refere ao desejo do PT de criar um partido de massas. A lei n. º 6.767, denominada de Lei Falcão, extinguia a Arena e o MDB, estipulava um prazo de 180 dias para a organização de novos partidos políticos e determinava, entre outras coisas, o número de membros que um partido teria que recrutar em cada localidade para ser reconhecido e ter direito de apresentar candidatos nas eleições, a estruturação e o funcionamento da máquina partidária em nível municipal, estadual e nacional. Os principais dispositivos desta lei eram:

- os partidos adquirem personalidade jurídica com o registro de seu estatuto no TSE;
- os fundadores de um partido, em número não inferior a 101, devem eleger uma Comissão Diretora Nacional Provisória de 7 a 11 componentes;
- após o pedido no TSE (registro provisório), os partidos terão um ano para organizarem-se e requererem o registro definitivo;

[5] Esta era composta por: Jacó Bittar (coordenador-SP), Arnóbio Silva (SP), Edson Khair (RJ), Henos Amorina (SP), José Ibrahim (SP), Lula (SP), Manoel da Conceição (MA), Olívio Dutra (RS), Paulo Skromov (SP), Wagner Benevides (MG), Ignácio Hernandez (MG), Luiz Soares Dulci (MG), Francisco Auto (CE), Firmo Trindade (RS). Carlos Borges (RS), Godofredo Pinto (RJ) e Sidney Lianza (RJ).

- para receber o registro definitivo, os partidos devem realizar convenções em pelo menos nove estados e em 20% dos municípios dos respectivos estados;
- passam a funcionar imediatamente os partidos que tiverem entre seus fundadores pelo menos 10% dos representantes do Congresso Nacional ou o apoio expresso em votos de, no mínimo, 5% do eleitorado que haja votado na última eleição geral para a Câmara dos Deputados por nove estados, tendo obtido, no mínimo, 3% em cada um deles.

A Declaração Política tirada na reunião da fundação do PT em São Bernardo deixava claro que o objetivo era criar um partido legalmente reconhecido que fosse o canal para que vários grupos e movimentos sociais pudessem se organizar e participar politicamente, pois

> a idéia do partido dos trabalhadores surgiu com o avanço e o fortalecimento desse novo e amplo movimento social que hoje se estende das fábricas aos bairros, do sindicato às comunidades de base, dos movimentos contra a carestia às associações de moradores, do movimento estudantil e de intelectuais às associações profissionais, do movimento dos negros ao movimento de mulheres e ainda outros, como os que lutam pelos direitos das populações indígenas (GADOTTI & PEREIRA, 1989:44).

A primeira etapa do processo de legalização ocorreu em 10 de janeiro de 1980 quando, na sede do sindicato dos jornalistas de São Paulo, foi lida a primeira versão do Manifesto do partido. Neste se apontava que o PT surgia da necessidade de intervenção na vida social e política do país de milhões de pessoas, marginalizadas pela política tradicional. Além disso, se reafirmava que o partido era resultado das lutas sociais e da emergência de novos atores a partir da metade da década de 70, além de apontar para o caráter de massas e de independência de classe do partido. Um mês depois, numa reunião com cerca de 1000 pessoas no colégio Sion em São Paulo, o Manifesto foi aprovado e vários presentes assinaram-no como membros fundadores do partido. Foi instituída uma comissão nacional provisória até que se realizasse o encontro nacional do

partido. Nesse encontro estavam presentes representantes de núcleos locais do partido em 17 estados, inclusive do Paraná. Também foram elaboradas as linhas gerais de orientação para a discussão nacional do programa do partido baseada em seis pontos: método de elaboração, concepção geral, programa para democracia, programa para a sociedade, programa para conjuntura e plano de ação (GADOTTI & PEREIRA: 1989: cap. II; KECK, 1991; MENEGUELLO: 1989; FPA: 1998).

No final de setembro de 1980, já havia comissões formadas no número mínimo necessário de municípios em doze estados[6]. Em 22 de outubro, o PT requereu seu registro provisório no TSE, apresentando documentação sobre a organização de comissões regionais em 18 estados e, em 13 deles, comissões municipais em 647 municípios, além do nome de seis deputados federais como seus delegados junto à justiça eleitoral.

Em junho de 1981, o PT já declarava possuir mais de 200.000 filiados e realizou encontros municipais em 18 estados, conseguindo preencher os requisitos legais em dez deles. Em agosto do mesmo ano, ocorreu o I encontro Nacional do PT, em São Paulo, que elegeu o Diretório Nacional do Partido[7], presidido por Lula, e aprovou uma série de resoluções sobre o desemprego, as eleições e o Regimento Interno do Partido. Em setembro de 1981, conforme determinava a lei, realizou-se em Brasília a Primeira Convenção Nacional do Partido, que ratificou as decisões do Encontro Nacional e aprovou os Estatutos do Partido, que criavam uma série de estruturas paralelas para preservar a democracia interna e permitir a tomada de decisões a partir de um processo amplo de consultas às bases. Desta forma, cumprindo os requisitos legais, o PT conseguiu o que aparentemente era impossível. O seu registro provisório foi

[6] Eram eles: Espírito Santo, Acre, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Piauí, Goiás, Amazonas, Ceará e Minas Gerais.

[7] Faziam parte deste Diretório Nacional pelo Paraná os seguintes nomes: Edésio Passos, Ivo Pugnaloni, Manoel Izaías de Santana e Vitório Sorotiuk. Todos de Curitiba.

oficialmente reconhecido e a legalização parecia assegurada. Em março de 82, foi realizado o II Encontro Nacional, cuja discussão central girou em torno do processo eleitoral daquele ano e no qual o desempenho do partido era fundamental para a obtenção do registro definitivo junto ao TSE, já que a lei determinava que, em não possuindo um determinado número de parlamentares federais, o partido deveria obter uma porcentagem mínima dos votos em diferentes unidades da federação para assegurá-lo[8]. Neste sentido, o processo eleitoral foi utilizado, principalmente, como forma de organização e estruturação do partido nos diversos estados e como um teste para a sua política eleitoral. Para garantir estes objetivos, foi criado o Comitê Eleitoral Unificado, coordenado por Francisco Weffort, Hélio Doyle e Apolônio Carvalho e que, sob o lema "Trabalho, Terra e Liberdade", coordenou a participação do partido nas eleições, orientando a participação dos petistas através de uma política de finanças e de um programa eleitoral centralizados. Tal experiência foi importante por permitir a obtenção de novas informações sobre o estado do partido em diversas regiões e serviram como um teste para os líderes políticos regionais e as tendências sobre suas reais forças nos estados (KECK, 1991: cap. 5). A eleição, entretanto, teve um sabor de derrota para o partido. O PT não conseguiu conquistar 5% dos votos válidos em nível nacional, e 3% dos votos em nove estados. De fato, o partido conseguiu mais de 3% dos votos apenas em São Paulo, com 9,9%, e no Acre com 5,4%, elegendo oito deputados federais e doze estaduais[9]. Desta forma, ficou claro que o partido deveria voltar-se novamente à organização partidária, à mobilização popular e à elaboração de propostas políticas concretas para a resolução dos problemas sociais urgentes como forma de garantir sua viabilidade futura. Assim, inicia-se uma nova etapa no processo de consolidação do PT.

[8] A lei dizia quer eram necessários 5% dos votos em nível nacional ou um mínimo de 3% dos votos em nove estados diferentes da federação para a obtenção do registro definitivo.

[9] No Paraná, aconteceu algo inusitado e que será analisado mais adiante: o partido teve menos votos que o número de filiados (KECK: 1991, MENEGUELLO, 1989).

Já no Paraná, e especificamente em Curitiba, o processo de formação do PT está, claro, intimamente ligado a esses eventos e à estruturação do PT no país, porém, possui uma dinâmica diferente e apresenta algumas especificidades.

Do ponto de vista histórico, desde meados dos anos 70 há o desenvolvimento de algumas mobilizações de cunho intelectual e popular que vão revelando e aglutinando pessoas com uma militância na esquerda e com ideários socialistas da cidade. Neste sentido, vale destacar o trabalho desenvolvido pelos setores progressistas da Igreja Católica, principalmente através das Cebs e da Comissão Justiça e Paz do Paraná. Além disso, havia um grupo da classe média intelectualizada (advogados, sociólogos e economistas, entre outros), muitos ex-militantes de organizações que combateram a Ditadura Militar e adeptos da construção de uma sociedade socialista no país, que se conheceram na Escola Oficina e que depois de sua prisão, constituíram um grupo de apoio e assessoria às mobilizações populares, fermentando a criação de associações de bairros e dando ajuda às organizações dos trabalhadores Este grupo reunido em torno do escritório do advogado Edésio Passos irá promover encontros e debates com figuras de expressão nacional, como José Ibrahim, Olívio Dutra, Paulo Skromov, Djalma Bom e, é claro, Lula, entre outros, para compreender o processo de abertura política e intervir nele, procurando ampliar os espaços de discussão e participação política. Desta forma, tomaram conhecimento das lutas do ABC, da constituição do novo sindicalismo e também da intensa mobilização social, que marcou este período e, obviamente, da proposta levantada pelos sindicalistas e outros grupos da formação de um Partido dos Trabalhadores que levasse à atuação independente da classe trabalhadora e dos setores populares.

Segundo os documentos e as pessoas que entrevistamos[10], a discussão de formar o PT na cidade, surgiu efetivamente a partir de maio de 79, com o lançamento do Manifesto que descrevemos acima, no dia do Trabalho em todo país. A partir desse momento, se intensificaram os contatos com os novos sindicalistas, possibilitando a algumas pessoas, destacadamente Edésio Passos, participarem de reuniões nacionais de discussão da proposta de fundar o PT e transmitir as informações e os objetivos do movimento Pró-PT às demais pessoas interessadas. Além dele, outras pessoas ligadas a determinados agrupamentos de esquerda que já estavam integrados à proposta de formação do PT nacional, principalmente membros do MEP, PCBR e AP no caso de Curitiba, também recebiam informações e se integraram ao processo de formação do partido na cidade.

Tal processo de discussão e debate se concretizou na formação de um núcleo Pró-PT, em 2 de novembro de 1979, composto inicialmente por 29 militantes, que elegeram uma coordenação composta por 4 pessoas, uma comissão de organização para divulgar a proposta e realizar atividades no movimento social e uma comissão de finanças para estruturar tal processo e, principalmente, garantir a participação nos debates e encontros realizados em outros estados e no interior do Paraná.

Além disso, foram formadas cinco comissões para o processo de organização do PT no estado. Pelo que analisamos o contato era feito a partir do conhecimento pessoal e da participação em diversos agrupamentos e, como o objetivo principal era a formação de núcleos e diretórios por todo o estado, não havia muita preocupação com a ideologia política dos contatados. Outro aspecto a ser destacado é que, apesar da hegemonia dos membros da capital, algumas regiões adquiriram uma dinâmica própria e inclusive

[10] A relação dos entrevistados, as questões propostas e os documentos encontram-se nos anexos desta dissertação.

estabeleceram maiores ligações com outras lideranças, como é o caso de Londrina que, pela sua origem e ligação econômica, recebia grande influência e material de São Paulo.

O processo de formação do PT no Paraná foi hegemonizado pelas lideranças da capital[11], o que além de dificultar a distinção clara entre estes dois fenômenos paralelos, nos permite compreender que havia uma certa mistura e sobrecarga de atividades, já que neste período se realizaram diversos eventos para promover a discussão e a organização do partido no estado, entre os quais poderíamos destacar: I Encontro Estadual (fevereiro de 1980), II Encontro Estadual (março de 1980), I Encontro Municipal (outubro de 1980), I Encontro do Interior (outubro de 1980), II Encontro do Interior (novembro de 1980), III Encontro Estadual (fevereiro de 1981), II Encontro Municipal (março de 1981) e IV Encontro Estadual (janeiro de 1982). Desta forma, podemos perceber que o período analisado foi muito fértil em termos de encontros e debates para promover a formação do partido e todos estes eventos eram convocados ou organizados por pessoas da Capital, o que certamente fez com que o processo de formação e o formato que o partido adquiriu na cidade acabasse incidindo sobre o PT estadual.

Além disso, em 10 de fevereiro de 1980, foi realizado o Encontro Nacional de fundação do PT, no Colégio Sion em São Paulo, onde houve a participação de uma delegação de aproximadamente 100 pessoas do Paraná, ligadas, fundamentalmente, aos movimentos de bairros e lideranças que coordenarão o processo de estruturação e expansão do partido no estado, entre eles Edésio e Zélia Passos, Florisvaldo Fier - Dr. Rosinha, Gilberto Carvalho, Vitório Sorotiuk, Ivo Pugnaloni, Doático Santos, Romeu

[11] A primeira Comissão Diretora Regional Provisória (CDRP) era formada por Edésio Passos, Ivo Pugnaloni, Vitório Sorotiuk, Romeu Miranda, Elianc Nazaré, Jairo Graminho (todos de Curitiba), além de Arno Gucrsen e Luis Carlos Ribeiro (do interior). Também figurava como suplente Doático Santos, de Curitiba. Todos os membros da Comissão Executiva Regional (CER) eram de Curitiba. (conforme cópia heliográfica de 07/12/80).

Miranda e outros, que desta forma se tornaram fundadores do partido em âmbito nacional.

Neste mesmo ano, em 29 de setembro, ocorre a formação da Comissão Diretora Regional Provisória (CDRP), composta por 11 membros, sendo 7 da capital e 4 do interior. Faziam parte desta comissão: Edésio Passos, Ivo Pugnaloni, Vitório Sorotiuk, Romeu Miranda, Eliane Nazareth, Jairo Graminho, Manuel Isaías de Santana, José Gil de Almeida, Vander Rodrigues e Arno Guersen, tendo como suplentes Doático Santos, José Adalberto Maschio e Luis Carlos Ribeiro[12]. Esta comissão estabeleceu um plano de Trabalho para Curitiba e todo o estado, visando à legalização do partido, conforme estabelecia a lei eleitoral.[13]

O primeiro desafio para se conseguir a legalização provisória na Capital era atingir um número mínimo de filiados. Seguindo a legislação da época, a opção da Coordenação Diretora Municipal Provisória (CDMP) foi se organizar por zonas eleitorais. O número necessário por zonal era:

- 1ª ZONAL: 462 filiados.
- 2ª ZONAL: 480 filiados.
- 3ª ZONAL: 470 filiados.
- 4ª ZONAL.. 480 filiados
- 5ª ZONAL: 440 filiados.(depois mudou para 145ª ZONAL).
- Mínimo total Municipal: 2332.

Desta forma, percebemos que os primeiros momentos do partido na cidade foram constituídos pela luta por conseguir o maior número possível de filiados. Olhando

---

[12] Conforme cópia héliografada da Ata de 07/12/80.

[13] Estes elegeram, em 07 de dezembro de 1980, uma Comissão Executiva Regional (CER) composta pelos seguintes membros: Manoel Isaías de Santana (presidente), Ivo Pugnaloni (1° vice-presidente), Vander Rodrigues (2° vice-presidente), Edésio Passos (secretário-geral), Vitório Sorotiuk (1° secretário) e Eliane Nazareth (tesoureira), quase todos de Curitiba (conforme documento enviado ao TRE em 15/12/80)

os documentos da época, percebemos que grande parte das reuniões era de esclarecimentos sobre o procedimento de filiação, do preenchimento e do encaminhamento das fichas de filiação junto ao TRE, bem como de orientação do processo posterior, em termos de manter contato através do preenchimento correto do endereço, de lembrar que o filiado era um potencial filiador e da necessidade de formação política. Isto nos mostra que, de início, apesar de haver determinados critérios para a filiação, como a aceitação do Programa e dos Estatutos do Partido, o processo de filiação não foi tão rigoroso e, em muitos casos, havia a perda de contato com os filiados. Isto ocorreu em parte pela despolitização da sociedade, em parte pela necessidade de conseguir superar os requisitos legais, o que ficou ainda mais evidente diante dos resultados da eleição de 1982, onde o PT teve, no Paraná, menos votos que o número de filiados.

A partir do processo de formação e da necessidade de filiação, efetivou-se a organização de núcleos de base que, por determinação da Comissão Provisória Nacional, deveriam ser compostos, no mínimo, por 21 membros. Em maio de 1980, os núcleos criados ou em formação e os responsáveis eram os seguintes: estudantil (Ivo Pugnaloni), metalúrgicos (Gilberto Carvalho), outras categorias (Zélia Passos), Vila Formosa (Paulo), Nossa Senhora da Luz (Arlete Ramos), Barigüi (Inês), Sibisa (Eliane Nazareth), Pompéia (Zélia Passos), Tatuquara (Adelina Aparecida da Silva), São Carlos (Edésio Passos), Nossa Senhora das Graças (Romeu Miranda), Ipiranga (Edésio Passos), Esmeralda (Eliane Nazareth), Pimpão (Eliane Nazareth), Xaxim (Doático Santos), Parque Industrial (Felipe) e Santa Felicidade (Sazá)[14].

Devido ao intenso, e necessário, trabalho de filiação, no início de 1981, o processo de formação de núcleos em Curitiba se encontrava da seguinte forma: *Núcleos*

[14] Conforme o documento da CRDP de 21 de maio de 1980.

Formados - Parque Industrial (26 militantes), Tatuquara (35 militantes), São Carlos (43 militantes), Vila Sibisa (22 militantes), Vila Esmeralda (50 militantes), Formosa (42 militantes), Vila Pimpão (25 militantes), Centro (31 militantes), Estudantes (15 militantes), Juvevê, Metalúrgicos, Construção Civil, Água Verde e Vila Oficinas (todos sem número de militantes); *Núcleos em formação* - Kwazinski (3 militantes), Jardim Paranaense (17 militantes), Nossa Senhora da Luz (16 militantes), Vila Barigüi (15 militantes), Acordes (14 militantes), Vila São Pedro (14 militantes), Vila Leão (8 militantes), Vila São José (15 militantes), Vila Araçá (8 militantes), Vila Rex (11 militantes) e Jardim Itamarati (16 militantes); *Contatos para formação de núcleos* - Alto Boqueirão, Pinheirinho, Vila Maria, Capão Raso, Uberlândia e Vila Fanny. Estes núcleos foram fundamentais para a expansão do partido na cidade, contribuindo através de propaganda e outras atividades para que o número de filiados aumentasse. Além disso, serviam para diferenciar o PT dos demais partidos, pois tinham como objetivo promover uma maior discussão sobre a política partidária e interferir nas decisões, o que servia para democratizar o partido. Para sua maior eficiência e organização, no início dos anos 80, organizou-se um órgão extra-oficial chamado Internúcleos que procurava debater os rumos do partido, bem como unificar e incentivar a intervenção da base partidária no processo decisório interno.

Durante o período que analisamos foram realizados dois encontros municipais. O I Encontro Municipal, realizado em outubro de 1980, teve o intuito de congregar os diferentes segmentos envolvidos na constituição do partido, de fazer um balanço das atividades desenvolvidas até aquele momento e de definir a estratégia para a ampliação do mesmo. Pelos documentos e entrevistas analisados podemos perceber que, apesar das divergências políticas, acabou prevalecendo o clima de união de forças, bem longe dos embates politico-ideológicos que surgirão posteriormente No entanto, uma das análises

que conseguimos localizar mostra que o debate foi intelectualizado, o que dificultou a participação de trabalhadores e de setores populares, discutindo temas comuns nos agrupamentos de esquerda como o caráter da revolução e do socialismo brasileiros, a questão do partido de quadros ou de massas e outras que estavam longe da compreensão de grande parte dos militantes. No II Encontro Municipal, realizado em março de 1981, o objetivo principal foi o de "unificar e fortalecer a política do PT na cidade, com base no Programa e Plataforma de lutas e nas Resoluções Regional e Nacional". Além disso, ocorreu a eleição das Comissões Diretoras Zonais Provisórias e a aprovação de uma Coordenação Municipal para dirigir a implementação do Partido na cidade.

Como apontamos anteriormente, o processo de organização e direção da política municipal do partido era baseado em dois órgãos diretivos Em primeiro lugar havia a CDMP. Inicialmente era composta pelos membros da capital da CDRP e algumas lideranças. A seguir foi eleita uma CDMP composta por: Zélia Passos, Ligia Mendonça, Gilberto Carvalho, Doático Santos, Geraldo Mendonça, Manoel Izaías de Santana, Jairo Graminho e Romeu Gomes Miranda. A segunda coordenação provisória foi eleita em junho de 1981, sendo composta por: Cirlei Pires, Romeu Gomes Miranda, José Messias dos Santos, Ezail de Ramos, Nilo Kaway Júnior, Gilberto Carvalho, Nilo Atachi, Oziel Virgínio de Moraes, Antonio Backes, Roberto Salomão, Cley André Scholz, Marisa Keniche, José Mendes de Freitas, Márcia Marques, Jovino dos Anjos, Evaldo Theodoro, Arnaldo Cézar Machado e Luis Carlos Ribeiro. Estas coordenações tinham como principal tarefa a consolidação do PT na cidade, através da obtenção do registro definitivo.

Além dela, o partido se estruturou em diretórios zonais, de acordo com a legislação. Para cada zonal da cidade (1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª) foram eleitas comissões zonais provisórias, até que se alcançasse o número mínimo de filiados para encaminhar o

trabalho de organização e propaganda, segundo as especificidades de cada região. Só em 1984 é que irá ocorrer a formação de um Diretório Municipal definitivo, resultado das novas necessidades e da organização interna do partido

Apesar do intenso trabalho de filiação e organização para a obtenção do reconhecimento legal que, muitas vezes, camuflava a divergência política, é óbvio que, em um partido formado por diversos segmentos com tradição e linha política diferentes, apareciam os embates políticos. Porém, neste período, não estavam em primeiro plano e não produziam as mudanças políticas, as alianças e os rachas partidários que se tornarão freqüentes no final dos anos 80 e 90. Já na discussão sobre os Manifestos Nacionais do Partido, de maio e outubro de 1979, que se encontra bem reproduzida num documento da época, que salientava o caráter, o papel e o posicionamento do PT frente ao momento histórico, ganham destaques os debates sobre a retirada do termo socialismo, da falta de esclarecimento sobre que tipo de democracia o partido defendia[15] e do posicionamento do partido frente a temas fundamentais como a luta contra a Ditadura, a Constituinte, a Reforma Agrária e a relação do partido com os sindicatos, movimentos populares e parlamentares. Outra discussão importante destes momentos iniciais era sobre o caráter e a organização do PT. Alguns defendiam que se constituísse num partido de quadros, privilegiando o aspecto revolucionário e outros, em um partido de massas, dando ênfase aos aspectos organizativo e legal, conforme uma velha discussão no interior do marxismo, que trataremos adiante. Além disso, havia o debate sobre a proposta, restritiva para alguns, do MEP e outros setores, resumida na fórmula "um governo dos trabalhadores" em substituição à Ditadura Militar, que acabou sendo rejeitada, e outra que apontava para uma política mais ampla através da luta pela convocação de uma

---

[15] No livro "PT: uma estrela partida ao meio", Clóvis Bueno Azevedo irá analisar como a idéia de socialismo e democracia no partido sempre foi algo indefinido e como esta proclamação acabou gerando ambigüidades no pensamento petista, antes e depois da queda do Muro de Berlim.

Assembléia Constituinte que representasse toda a sociedade. Outra polêmica era sobre a questão da institucionalidade: se o partido deveria lutar pelo reconhecimento legal em um governo que considerava ilegítimo, privilegiando a atuação numa ordem democrática próxima, ou se, ao contrário, deveria conceber um processo revolucionário a partir da organização de estruturas e atividades clandestinas. Finalmente, havia a necessidade de caracterizar a linha classista do partido e sua intervenção direta nos movimentos sociais, bem como o posicionamento frente aos trabalhadores rurais e demais categorias do campo e da cidade. Estas discussões, que retomaremos na parte final deste estudo, nos ajudam a compreender os diversos caminhos apontados pelos diferentes grupos para a organização, a consolidação e a atuação do partido frente aos inúmeros dilemas que marcaram este momento histórico do país.

O primeiro grande teste para o PT municipal, e estadual, foram as eleições de 1982. Para prepará-las, o partido adaptou um estudo do petista mineiro Virgílio Guimarães de Paula[16], analisando as regras e os coeficientes eleitorais, definindo as metas eleitorais mínimas, o processo de formação de chapas de candidatos, os custos e outras observações necessárias para o bom desempenho eleitoral do partido. Depois de analisar e discutir estes temas dentro da realidade política paranaense, o documento qualifica o processo eleitoral como fundamental para desenvolver os seguintes trabalhos: consolidação da estrutura de núcleos; elaboração de programas de governo, extraindo subsídios dos movimentos populares que refletissem as necessidades dos trabalhadores; desenvolvimento de um amplo debate interno como fator de expansão do partido por toda a cidade e o estado, através do aumento do número de filiados e simpatizantes. Apesar do otimismo que perpassa o texto, o resultado eleitoral na cidade e em todo o Estado representou uma ducha de água fria nas pretensões petistas, pois o

[16] O documento chamado: "A análise das eleições mineiras", de dezembro de 1980, procurava apontar, depois de um estudo do processo eleitoral de 1978, as tendências e a estruturação das eleições de 1982.

partido obteve menos votos que o número de filiados que possuia, não conseguindo eleger nenhum parlamentar e observando a vitória esmagadora do PMDB paranaense. Mesmo contribuindo para a organização do Partido através dos núcleos, o percentual de votos obtidos serviu para demonstrar que algo estava errado e que a tarefa de consolidação do PT estava apenas começando. A partir das eleições, o partido será obrigado a fazer uma profunda avaliação e redefinir seus métodos em relação ao discurso político, à estrutura organizacional, à elaboração política, à forma de intervenção social e sua relação com os movimentos sociais organizados. Desta forma, inaugura-se uma nova etapa, a da reformulação e consolidação do Partido na cidade, que, entretanto, não é objeto deste estudo.

CAPÍTULO 2: OS SEGMENTOS SOCIAIS QUE FORMARAM O PT

Vários estudos sobre o PT[17], apontam que o partido foi resultado da confluência de, pelo menos, cinco grupos: os novos sindicalistas, alguns políticos do MDB, os movimentos sociais, em grande parte apoiados pela ala progressista da Igreja Católica, os intelectuais, ligados a diversas universidades, centros de pesquisa, a jornais alternativos e militância socialista; e, finalmente, os agrupamentos da esquerda organizada, que serão analisados no capítulo seguinte.

A integração destes segmentos no processo de constituição do PT ocorre de várias formas. Em primeiro lugar, poderíamos apontar que o novo sindicalismo exerceu o papel hegemônico no país, tanto numericamente como em termos de concepção e estruturação do partido, e que a partir de novas práticas sindicais e de lutas por melhores condições de vida para os trabalhadores e da percepção da necessidade de ter representantes políticos, lança e desenvolve a idéia de formação de um Partido dos Trabalhadores para lutar por seus interesses politicamente. Em seguida, estavam alguns políticos ligados a setores mais populares e radicais do MDB, que, com a possibilidade de lançar um partido de cunho socialista e de base social mais popular, passam a se integrar à idéia e contribuirão, principalmente com a estrutura de seus gabinetes, para a propagação da idéia, apesar do desligamento prematuro de muitos deles por não se enquadrarem na nova dinâmica que o partido estabelece para seu funcionamento ou discordarem dos pontos programáticos e ideológicos que o partido vai assumindo. Havia também os movimentos sociais, que através do apoio e da assessoria da Igreja Católica e de grupos de esquerda que passaram a realizar um trabalho de base, principalmente a partir dos anos 70, irão despontar no cenário nacional como um novo sujeito político

[17] Para isto ver: Rachel Meneguello, "PT: A formação de um partido"; Margareth Keck, "PT: a lógica da diferença"; Clóvis Bueno Azevedo, "A estrela ParTida ao meio"; Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, "Pra que PT", e diversas teses como de Clóvis Azevedo (1994), Maria do S. Braga (1996), entre outras.

que procura "ter voz e vez", e encontrará no PT um espaço de atuação e de acolhimento a seus anseios. E finalmente, os intelectuais, alguns ligados estritamente a Academia e outros com uma militância na causa socialista, que fizeram autocrítica do combate a ditadura pelas armas, e vão encontrar no partido um novo espaço para a militância, sem os vícios da velha esquerda, e para intervenção no processo politico brasileiro. Este capítulo pretende analisar quais eram estes grupos e de que forma se integraram à proposta de formação do partido na cidade, realizando de forma geral uma análise comparativa entre o papel de cada um deles em nível nacional e, principalmente São Paulo, com a cidade de Curitiba, procurando apontar as semelhanças e as diferenças entre a dinâmica de formação local e o processo nacional, considerando também as especificidades do processo politico paranaense. Desta forma, poderemos compreender de maneira mais precisa as características que o partido adquiriu na cidade.

Os Políticos

Quando falamos em políticos estamos designando basicamente aqueles que exerceram um papel de oposição à Ditadura Militar, exerciam alguma função executiva ou parlamentar e eram ligados ao único partido de oposição permitido, o MDB. Este partido, a partir de 75, era dividido em duas alas: os moderados e os radicais (KINZO, 1985: cap. 2). O primeiro grupo era constituído por políticos, cuja principal preocupação era o retorno ao Estado Democrático, sem maiores preocupações sociais, que, inclusive, no final da década, procuravam manter contato político com os militares, pois percebiam as brechas que se abriam para eles. Já o segundo grupo, além de elementos de agrupamentos de esquerda (PC do B, PCB,...) que encontravam aí o único espaço de atuação permitido, era constituído por uma ala chamada de tendência popular, que fazia um trabalho mais voltado aos movimentos populares (caso do Requião em Curitiba) e aos movimentos sindicais, através do fornecimento de materiais e assessoria

nas mais diversas áreas. A postura de tal grupo era de que seria preciso fortalecer os laços programáticos e ideológicos do partido e que o MDB estava fadado a ser uma grande frente das oposições.

Quando se inicia a discussão de formação do PT em nível nacional, participam dos debates, entre outros, Fernando Henrique Cardoso e Almino Afonso, já em junho de 1979. Porém, devido à iminência da reforma partidária e a declaração do Encontro Nacional Pró-PT de agosto de 79, que reafirmava a idéia de independência frente à classe política, colocando como base fundamental do partido a independência da classe trabalhadora e afirmando a opção socialista, poucos políticos ligados ao MDB acabaram aderindo ao PT. Na realidade, até início dos anos 80, o partido contava [illegible] adesão de Edson Khair no Rio de Janeiro (que logo abandonará o partido) e Antonio Carlos Oliveira no Mato Grosso do Sul. Quando o PT é fundado oficialmente, em fevereiro de 80, inúmeros parlamentares paulistas, devido ao trabalho que realizavam, acabam ingressando no partido: Geraldo Siqueira[18], com bases eleitorais no meio estudantil; Irma Passoni, ligada ao movimento do Custo de Vida e as organizações da Igreja, Sérgio Santos, ligado aos movimentos populares, Marco Aurélio Ribeiro e João Batista Breda, ligados a movimentos de classe média; Airton Soares, que se tornou líder do PT no Congresso; e Eduardo Suplicy, que hoje é senador pelo partido.

A contribuição destes parlamentares para a formação do PT foi importante e se desenvolve em dois níveis. Em primeiro lugar, possibilitaram recursos econômicos e uma estrutura, através de seus gabinetes, necessários às viagens e à divulgação do partido no país inteiro, recursos estes que eram limitados em outros grupos. Também,

[18] Numa carta, escrita em 21/02/80, Geraldo explica porque aderiu ao PT, afirmando, entre outras coisas, que "... o sucedâneo do MDB trouxe do extinto partido seu vício eleitoral e parlamentarista, seu processo de organização ficou quase que restrito aos antigos órgãos dirigentes do partido. (...) não vi no PMDB o espaço necessário para ampliar e solidificar uma alternativa popular. Vejo, isto sim, no PT as condições, o potencial e o espaço para que a organização política dos trabalhadores e do povo venha se ampliar e se consolidar no seu espaço próprio" (Trajetórias, Fundação Perseu Abramo, fevereiro de 2000).

por já serem parlamentares e possuírem certo conhecimento das normas necessárias ao registro do partido e sua oficialização pela justiça eleitoral, foram fundamentais no aspecto burocrático-legal, facilitando assim o registro definitivo do partido.

Em Curitiba, não houve adesões de políticos ligados ao MDB. Pelo contrário, seguindo o discurso predominante no partido, afirmava-se que a idéia de formar o PT era de interesse do Regime, pois este iria provocar uma fragmentação da oposição, abrindo espaço para vitórias eleitorais da situação, o PDS. Esta não adesão de setores do MDB pode ser explicada pelo fato de que a principal liderança deste setor na cidade, Roberto Requião, não via muito futuro no partido, e também pelas disputas de hegemonia no movimento popular, já que naquela época a Associação ligada ao MDB disputava espaço político e social com duas outras entidades, cujos líderes aderiram à idéia de formação do partido.(NEVES, 1995) e também pelas características específicas do partido no Paraná e sua inserção nos rumos da rearticulação partidária no estado.

Neste sentido, podemos apontar que o MDB paranaense foi um partido construído lentamente, com poucos políticos remanescentes dos partidos reformistas do regime anterior e, principalmente, com o trabalho persistente de persuasão e conquista de novos filiados. Devido às perseguições políticas e pelo fato de não ter poder efetivo, o MDB será um partido fragilizado até o final de década de 70, e só conseguirá atingir o poder no estado durante a década de 80[19]. Quais seriam as características específicas do MDB paranaense e que nos ajudam a compreender a não adesão de setores radicais à proposta de formação do PT?

Em primeiro lugar, o centro de crescimento do MDB ocorreu predominantemente na região Norte (Londrina, destacadamente), de onde surgiram as

[19] Retrato deste crescimento e hegemonia do PMDB na década de 80 foi que todos os governadores do estado eram pemedebistas (José Richa - 1982-1986; Álvaro Dias - 1986-1990; e Roberto Requião - 1990-1994) e os prefeitos da capital (Maurício Fruet e Roberto Requião), além da maioria das prefeituras e deputados estaduais e federais

principais lideranças do partido: José Richa, Álvaro Dias e Alencar Furtado, entre outros. Isto porque era a região de maior densidade populacional do estado e pelo fato de que a máquina do governo, instalada em Curitiba, dificultava a organização da oposição na capital. Além disso, as eleições majoritárias foram preservadas nos municípios de pequeno e médio porte, possibilitando a ascensão ao governo, enquanto que na capital o prefeito era indicado pelo regime. Outro ponto importante, a ser apontado, foi o fato de que o antigo PTB, do qual vieram quadros para o MDB, tinha maior penetração nas regiões Oeste e Metropolitana e foi muito enfraquecido por cassações e perseguições políticas, dificultando a formação e desenvolvimento do MDB nestas regiões. Portanto, na capital, o MDB ainda realizava um trabalho de estruturação que dificultava as defecções e encontrava-se num processo de crescimento que abria grandes perspectivas para a oposição, o que se confirmou com a vitória de Roberto Requião na primeira eleição direta para prefeito.

Outra característica específica do MDB paranaense é que dentro do partido havia diferenças e divisões políticas, mas elas não apareciam com a nitidez de outros estados. A oposição paranaense foi formada por políticos reformistas vindos do PTB e PDC, por militantes dos Partidos Comunistas abrigados no MDB e por jovens que entraram na política após a reforma de 65. Portanto, não aparecem aqui os setores conservadores presentes no MDB em outros estados, já que estes se abrigaram na Arena. Isto contribuiu para o forte caráter oposicionista e também para a união efetiva destes setores no partido, o que dificultou rachas e situava o partido como o grande canal de expressão da oposição, até sua ascensão ao poder, onde as disputas políticas, por espaços e cargos no governo, irão aflorar as divergências[20] (OLIVEIRA, 1998).

---

[20] Como foi o caso da saída dos secretários da Fazenda e da Agricultura no governo Richa, respectivamente, Erasmo Garanhão e Claus Germer (Oliveira, 1998: cap 3).

Quando ocorre o início do pluripartidarismo, com a reforma partidária de 1979, a política estadual encontrava-se polarizada entre duas propostas, o que dificultava a adesão e a formação, com perspectivas de consolidação, de outras agremiações. O que fica bem claro, ao se analisar a formação e a posterior integração do PP (Partido Popular) ao MDB, como forma de garantir o futuro político de seus membros, pois já em 1982 o partido encontrava-se com chances reais de vencer as eleições, o que de fato ocorreu. Por isso, neste momento ainda não ocorrem cisões importantes, e as divergências e o surgimento de novos partidos fortes na política paranaense só acontecerão a partir de meados dos anos 80.[21] Além do que, o partido adotou uma postura de luta em duas frentes por um lado, procurando manter a unidade e evitando cisões internas (no que foi bem sucedido até a chegada ao governo); e por outro, evitando que a sigla fosse extinta, conforme planejavam os militares com a reforma eleitoral. A reforma partidária, ao contrário do que desejavam os militares, não colaborou na desestruturação do MDB, mas sim na divisão da Arena no Paraná. Nas eleições de 82, o PMDB foi amplamente vitorioso. Preservando a imagem popular do antigo MDB, elegeu o governador, o senador e a maioria absoluta dos prefeitos e deputados estaduais e federais do estado. A partir daí, no entanto, ocorre uma profunda transformação no partido. Durante a década de 80, o PMDB sofrerá um processo de descaracterização, ideológica e programática, distanciando-se cada vez mais do antigo MDB, contribuindo para uma nova fase na política paranaense, marcada por uma intensa mobilização partidária, transferências e criação de siglas. (OLIVEIRA, 1998).

Mesmo assim, podemos encontrar dois fenômenos interessantes. Primeiro que algumas lideranças que contribuíram de maneira decisiva para a formação do PT em

---

[21] Neste sentido, destacam-se a formação e o crescimento de partidos como o PFL, o PSDB, o PRN, o PDT e o PT, entre outros que, com a adesão de lideranças provenientes dos partidos permitidos na Ditadura e de novas lideranças, além do crescimento eleitoral, irão complexificar o jogo político paranaense

Curitiba, e no Paraná, destacadamente Doático Santos, que foi membro da comissão provisória regional, realizaram o caminho inverso dos políticos que citamos anteriormente, deixando, após algum tempo, o PT e transferindo-se para o PMDB, quando este se torna hegemônico na política paranaense com a conquista do governo estadual e da prefeitura da capital.

Ainda assim, segundo alguns entrevistados, alguns políticos da tendência popular do PMDB, contribuíram indiretamente com o partido, ajudando as lideranças que eram perseguidas ou sendo um canal de comunicação e apoio às reivindicações populares com o poder oficial (prefeitura, governo do estado...) em momentos importantes neste período

Os sindicalistas

A partir de meados dos anos 70, podemos perceber uma renovação no movimento sindical brasileiro e identificar três importantes grupos de crítica à estrutura sindical vigente. O primeiro se refere às chamadas *oposições sindicais*, que compreendia militantes católicos e remanescentes de pequenos agrupamentos de esquerda, com uma atuação voltada para a construção de organizações sindicais extra-oficiais fundadas nas comissões de fábrica. O segundo grupo, chamado de *unidade sindical*, tinha como linha básica de atuação o não rompimento com a estrutura sindical brasileira e era sustentado por uma aliança com o Partido Comunista Brasileiro (na ilegalidade) e o MDB. Finalmente, o terceiro grupo era constituído pelo chamado *novo sindicalismo*, formado dentro dos sindicatos oficiais, mas sem vínculos com as oposições sindicais ou com tendências ideológicas de esquerda marxista e que era caracterizado pela defesa de uma proposta de transformação radical da estrutura sindical oficial e do sistema de relações trabalhistas. A disputa predominante, em nível nacional, se dará entre essas duas últimas tendências, e o novo sindicalismo logo irá predominar,

procurando redefinir o papel do sindicato e da classe trabalhadora no processo de democratização do sistema político. Para esses novos sindicalistas cabia ocupar o espaço de representação no cenário político nacional como representação independente e trazendo para a luta política a questão da cidadania plena e da democracia substantiva[22], entendida como a conquista dos direitos sociais e políticos, alienados pela ditadura militar (MENEGUELLO, 1989).

Diante de falta de representação política independente da classe trabalhadora e a partir do fracasso relativo por ocasião das greves de 78, 79 e 80, os novos sindicalistas percebem que era necessário passar da sua atuação estritamente sindical e econômica contra o capital para uma atuação política mais geral. Tal avanço foi proporcionado pela percepção do isolamento dos setores do novo sindicalismo com relação a outros agentes políticos na luta pelas causas sustentadas pela greve e o descrédito em relação à classe política, o que os levou a admitir a construção de uma organização política própria, como aponta sua principal liderança, Lula:

> Até o ano passado fui a pessoa mais apolítica que existe nesse país, (...), até um determinado momento eu achava que nós não deveríamos participar em nada que viesse tirar os trabalhadores desse puritanismo; mas depois de fazer um dos mais belos movimentos que a classe trabalhadora já fez neste país, a gente percebeu que a classe política não estava sensível aos nossos problemas, que os partidos políticos não tinham tomado uma posição em relação à greve. Nem tinham se manifestado em relação a nenhum grande problema nacional que nós enfrentamos durante anos de arbítrio. Então cheguei à conclusão de que a classe trabalhadora não poderia, pura e simplesmente, chegar à época das eleições e dar seu voto às pessoas que se fantasiam de trabalhadores para pedir seu voto, oferecendo, às vezes, favores. Daí, portanto, que eu entendi que os trabalhadores precisam se organizar politicamente... (LULA, 1980).

Desta forma, o novo sindicalismo torna-se um sujeito político, construindo sua capacidade de representação de interesses diversos e aproximando-se da arena

[22] Para uma maior compreensão da transição democrática e dos debates sobre o tipo de democracia que se deveria construir no país, ver KECK, 1989, capítulos 2 e 3.

política, colocando-se contra a perversão do Estado autoritário em dois planos fundamentais: o das relações de trabalho e o dos direito sociais e políticos.

Essa redefinição de relações entre o novo sindicalismo e política pode ser percebida também na seguinte entrevista de Lula:

> Realmente eu era um dirigente apolítico até 77. Foi só com as greves que percebemos a necessidade de participação política. Vimos que os dois campos estavam muito ligados. Que não adianta ganhar 10% se quem está no poder tem meios para baixar a política salarial, para tirar todas as conquistas da classe trabalhadora. Resumindo, eu diria que a década de 70, embora apenas com três anos de prática do sindicalismo, foi muito positiva por três coisas básicas: 1- os trabalhadores se redescobriram como único setor da sociedade capaz de propor uma transformação na sociedade; 2-com este redescobrimento, quebramos de uma vez por todas com a lei antigreve e com uma lei de arrocho salarial; 3-com tudo isso, descobrimos coisa ainda maior. Que não basta passar por cima da legislação de exceção e fazer greve. Que não bastava quebrar a lei do arrocho, porque só isso não iria solucionar o problema dos trabalhadores. Descobrimos então a necessidade da organização política do trabalhador para ter amparo e de alternativa de organização. Daí a proposta do Partido dos Trabalhadores: PT (ABCD jornal, dezembro de 79)

De forma geral, podemos dizer que a adesão do movimento sindical para a formação e a construção do PT em âmbito nacional foi resultado do trabalho dos líderes sindicais de maior destaque naquele momento, como Lula, Olívio Dutra, João Paulo de Vasconcelos e outros que direcionaram a unificação das demandas e lutas do sindicalismo para a construção de um novo agente político.

As principais mobilizações para a formação do PT deram-se através das lideranças do novo sindicalismo das regiões sul e sudeste do país, sobretudo no estado de São Paulo[23]. Dotado de forte carisma, Lula foi a figura principal das articulações para a construção do PT em todo o país, visitando Curitiba e o Paraná diversas vezes[24], articulando-se através de um novo modo de condição de lutas e de práticas mais

[23] Entre as principais lideranças podemos destacar: Luiz Inácio da Silva (sindicato dos metalúrgicos), Benedito Marcílio (sindicato dos metalúrgicos de Santo André), Henos Amorina (sindicato de metalúrgicos de Osasco), Paulo Skromov (sindicato dos coureiros), Jacó Bittar (sindicato dos petroleiros de Campinas), Hugo Perez (federação dos eletricitários), Arnaldo Gonçalves (sindicato dos metalúrgicos de Santos), Olívio Dutra (sindicato dos bancários de Porto Alegre), Wagner Benevides (sindicato dos petroleiros de Belo Horizonte), João Paulo de Vasconcelos (sindicato dos metalúrgicos de João Monlevade - MG).

[24] Em Curitiba, além de Lula, houve o apoio e a visita de Olívio Dutra(RS) e Paulo Skromov(SP).

democráticas, inclusive assembleístas, conseguindo mobilizar a classe trabalhadora, seja em sua base sindical, seja através da divulgação do PT em nível nacional.

Em Curitiba podemos perceber que o papel dos sindicalistas foi relativamente fraco, não sendo o grupo predominante na composição da direção inicial do partido, como também em suas caracteristicas na cidade. Apesar do primeiro presidente do PT municipal ter sido um sindicalista cassado pelo Regime Militar, Manoel Izaias de Santana, seu desempenho era muito mais simbólico e resultado de seu trabalho frente às associações de moradores do que fruto de uma liderança sindical expressiva e inconteste. Até mesmo na comissão provisória municipal, não encontramos grandes líderes sindicais, e mesmo aqueles ligados ao setor produtivo desempenhavam um trabalho a partir de sua formaçao universitária, tendo um perfil mais de classe média intelectualizada (caso de Ivo Pugnaloni e outros), que pelo seu local de trabalho ou pelas ligações com os operários que com os novos sindicalistas contribuíram para a formação do partido na cidade (como Edésio Passos, ex-militante da AP, que tinha contato com os novos sindicalistas do ABC e com os trabalhadores no Paraná, por sua antiga militância política e por sua posição profissional como advogado trabalhista)

No entanto, não podemos desprezar o papel exercido por lideranças nascentes, que eram ligadas basicamente às oposições sindicais e às Cebs. Neste sentido, vale destacar o papel desempenhado pela oposição metalúrgica e da construção civil. Tal processo, fruto da situação econômica e do desenvolvimento da abertura política do regime, das insatisfações e anseios, provocou uma verdadeira explosão de movimentos de insatisfação em todo país. No Paraná não podia ser diferente. No ano de 79, realizaram-se diversas mobilizações populares e sindicais. Entre estas, destacaram-se as greves dos carreteiros, dos motoristas de táxi, dos motoristas e cobradores de ônibus

urbano, dos médicos e residentes, dos professores, e principalmente, pelas questões tratadas abaixo, dos metalúrgicos e dos trabalhadores da construção civil (CPJP, 1982).

A Greve dos Metalúrgicos, ocorrida em novembro de 79, serviu para aglutinar as lideranças de oposição e como percepção da falta de apoio do sindicato oficial e fruto de um trabalho de conscientização desenvolvido por mais de dois anos pela Pastoral Operária e pelas Associações de Moradores, ligadas, fundamentalmente, a grupos de esquerda e às Cebs. Apesar de suas reivindicações não serem atendidas completamente (conseguiram 70% de reajuste dos 85% pedidos), de falhas organizativas devido à inexperiência, e da conseqüente perseguição após a greve com a demissão de muitos líderes, esta foi importante para despertar a necessidade de uma representação independente da classe trabalhadora, potencializando um trabalho de base para a tomada do sindicato oficial e para revelar algumas lideranças que contribuíram para a construção do PT na cidade. Entre essas lideranças, destacam-se Gilberto Carvalho e Ivo Pugnaloni.(CPJP, caderno 4, 1981).

A greve na construção civil foi ainda mais importante, pois ocorreu alguns dias após a dos metalúrgicos, em novembro de 79, potencializando um trabalho de base mais efetivo. De certa forma, foi um movimento mais radicalizado, inclusive com enfrentamentos com a polícia, e, apesar do não atendimento de todas as reivindicações, possibilitou um trabalho de conscientização em torno da necessidade de renovação da direção sindical, o que levou à vitória da chapa de oposição nas eleições de 1980 e marcou o início de uma nova hegemonia na categoria, que se manteve por toda a década. Contribuiu também para revelar novas lideranças nesta categoria, que depois iriam participar ativamente na construção do PT na cidade, sendo inclusive membros da direção –David, Valdecir Nascimento e Antonio Santana entre outros (CPJP, 1982).

Finalmente, vale apontar que estas greves possibilitaram a aglutinação de uma série de movimentos e lideranças, no apoio aos operários e trabalhadores, através da organização de grupos de ajuda, de arrecadação e distribuição de alimentos, gerando, desta forma, um elo importante que foi fundamental nos contatos para a formação do PT na cidade Em ambas, cumpre destacar também, o papel da CPJP (Comissão Pontífica Justiça e Paz)[25], que serviu como mediadora das negociações e cujo trabalho de organização acabou revelando inúmeras lideranças importantes do partido na cidade e contribuiu também, ao estabelecer um elo entre lideranças de classe média e lideranças populares, para uma integração com a proposta de formação do partido e para uma intervenção mais elaborada nas questões partidárias, fruto do trabalho de assessoria e formação de alguns de seus membros.

Os movimentos sociais

Durante a década de 70, estimulada pela abertura proposta pelo regime ocorreram intensas mobilizações políticas de diversos segmentos sociais. Estas eram fruto das intensas transformações infra-estruturais e do rápido assalariamento pelo qual passou a economia nacional, a partir dos anos 60, surgindo como reflexo, entre outras coisas, do assalariamento da classe média, do impacto no ocupacional urbano, caracterizado por um veloz processo de favelamento dos grandes centros urbanos e pela degradação das condições de vida. Além disso, podemos apontar que com pouco espaço de atuação política-institucional de várias organizações de esquerda, devido à repressão militar e aos processos de autocrítica dessas organizações, diversos grupos (MEP, PCBR, AP entre outros) procuraram retornar ao povo e fazer um trabalho de organização voltado às carências das periferias das grandes cidades. Dessa forma,

[25] Criada em junho de 1978, pelo Regional Sul II da CNBB, sua linha de atuação é marcada pela defesa dos Direitos Humanos em relação aos presos e perseguidos pelo Regime, e depois acaba se estendendo para assessoria e apoio aos movimentos populares e sindicais.

surgem os movimentos sociais que procuram organizar e sindicalizar diversos setores da classe média assalariada em torno de um espectro de demandas para satisfazer e melhorar suas condições de vida, e por outro lado, setores ligados às camadas populares que se articulam de forma, mais intensa em torno de reivindicações por melhores condições de vida (moradia, saúde, educação, transporte,...) e pela democratização do estado autoritário.

Em linhas gerais podemos dizer que, além de contribuírem para a construção de novas identidades sociais, no sentido de possibilitar a construção de forma autônoma dessas organizações frente às estruturas políticas tradicionais, quer de esquerda quer de direita, tais movimentos possibilitaram a emergência de uma nova práxis social que enfatizava o trabalho de base, a participação, o desenvolvimento da consciência social e política e uma forma de organização desde baixo, consciente e autodeterminada, possibilitando assim a emergência de novos atores políticos que ocuparam espaços proibidos aos partidos políticos e organizações de esquerda.

Vale ressaltar também que, ao lado dessa autonomia e espontaneidade características de boa parte das mobilizações populares, a Igreja Católica, através dos seus setores progressistas, teve uma atuação fundamental no estímulo e no abarcamento dessas iniciativas, como apoio e formação do processo de organização das camadas populares através das Comunidades Eclesiais de Base.

Boa parte desses movimentos, durante a década de 70, abrigou-se no MDB que se tornou um verdadeiro guarda-chuva das manifestações de oposição até a reformulação partidária e a conseqüente multiplicação de partidos e canais de expressão. Quando sindicalistas lançam a proposta de formação do PT, inúmeros desses movimentos sociais irão se integrar à construção do partido, em graus variados de apoio, pois vêem neste, uma nova forma de representação popular no âmbito

institucional, que rompe com a estrutura e as caracteristicas dos partidos políticos no Brasil ao longo do tempo. O partido passará a receber a adesão de uma diversidade de movimentos, tais como: grupos de negros, de feministas, de movimentos libertários, de associações de moradores, de movimentos de saúde e de educação e outros ligados à questão da terra, entre outros.

No Paraná, houve também profundas transformações na estrutura fundiária e um rápido processo de urbanização (e metropolização, na região de Curitiba) que acabarão incidindo na organização dos movimentos sociais e acabarão se refletindo na estrutura política. Durante essa década a população rural diminuiu em cerca de 250 mil famílias e agravou-se a concentração de terras, com mais de 100 mil proprietários perdendo suas terras (FLEISCHFRESSER, 1984). Outro milhão de famílias abandonou o Estado, como resultado do novo modelo econômico imposto à agricultura[26]. Por outro lado, ocorreu um processo de urbanização e metropolização. A Região Metropolitana de Curitiba foi a que mais cresceu dentre as regiões metropolitanas do Brasil, com a taxa de 5,62 ao ano, o que acabará se refletindo no surgimento e no agravamento de vários problemas urbanos, como o desemprego, o favelamento, a periferização, a carência de infra-estrutura e outros (CPJP, 1981; NEVES, 1995)[27]. A conseqüência de tais transformações estruturais (econômicas, sociais e políticas), foi a chamada "explosão da sociedade civil", com o aparecimento de inúmeros movimentos e lutas reivindicatórias em todo o Paraná e, particularmente, em Curitiba, conforme podemos perceber no quadro elaborado no início dos anos 80 pela CPJP-PR, que reproduzimos abaixo:

---

[26] Este novo modelo, no caso da agricultura, principal atividade do Estado, era baseado na introdução de novas tecnologias e em novos produtos para exportação, formando a chamada agro-indústria.

[27] Até mesmo os planejadores urbanos de Curitiba reconhecem tal processo e suas conseqüências. Ver Ippuc, "A memória da Curitiba urbana", 1992.

Movimento ou Mobilização	Objetivos	Participantes e Envolvidos	Local e Época
Feijão das Secas	Cobertura pelo Proago	Sindicatos Rurais, pequenos produtores	Oeste e sudoeste do Paraná, 1980
Combate ao Cancro Cítrico	Evitar destruição de pomares	Sindicatos Rurais	Paranavaí, maio de 1980
Cafeicultura	Subsídios e melhores preços	Cafeicultores e Sindicatos rurais	Pérola, março de 1980
Dia do trabalhador rural	Discutir problemas do campo	Trabalhadores e Sindicatos Rurais	Paranavaí, 1980
Posseiros da Fazenda Curitiba	Desapropriação da área	Posseiros, Contag e Fetaep	Terra Rica, 1980.
Operação Bóia-Fria	Cumprimento da CLT	Igreja, bóias-frias e sindicatos rurais	Todo o Paraná, 1980
Desapropriação Barragem Ilha Grande	Apoio e definição de ações	Pescadores, posseiros, CPT, CPJP	Guaíra e Naviraí, setembro e dezembro de 1980
Fumicultores	Alteração da Portaria 875	Fetaep e agricultores	São Miguel do Iguaçu, 1980
Convenção Coletiva Trabalho	Piso salarial e mais 53 pedidos	Trabalhadores rurais e Sindicalistas	Várias regiões, 1980 e Curitiba, 1981
Professores de Colombo	Salário, plano de carreira e outros	Professores municipais	Colombo, 1980
Combate aos borrachudos	Obrigar frigorífico combater poluição	População, entidades de Apucarana	Apucarana, 1980
Recuperação de Estrada	Recuperação de estrada municipal	Trabalhadores e Sindicatos rurais	Santa Izabel do Oeste, 1980
Concentração de Posseiros	Exigir posse da terra	Posseiros e Sindicatos	Marmeleiro, 1980
Acidente com Bóias-Frias	Garantir apoio às famílias	Bóias-frias e sindicato rural	Bela Vista do Paraíso, 1980
Ocupação de favelas	Obter parcelamento	Trabalhadores rurais	Querência do Norte, 1980

Ação contra Trombini Florestal	Cumprimento de Convenção	Trabalhadores e Sindicatos rurais	Rio Branco do Sul, 1980
Posseiros da fazenda Pau Dalho	Embargar despejo e garantir colheita	Posseiros e sindicatos rurais	Santo Inácio, 1980
Posseiros de Rancho Alegre e Cunha	Acordo para por fim a intimidações	CPT, posseiros e sindicato rural	Ortigueira, 1980
Greve dos Caminhoneiros	Aumento do valor dos fretes e outras	Cerca de 3000 caminhoneiros	Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, 1980
Greve dos estudantes da PUC	Melhores condições ensino	Estudantes da PUC-PR	Curitiba, outubro de 1979
Greve dos estudantes Filosofia	Melhores condições ensino	Estudantes da PUC-PR	Setembro de 1979
Greve de estudantes Geologia- UFPR	Várias reivindicações	Alunos do curso de Geologia	Abril-maio de 1980
Greve de estudantes da UEL	Melhores condições ensino	200 estudantes de odontologia da UEL	Londrina, abril de 1981
Greve de Estudantes de Direito- UFPR	Melhores condições ensino	500 alunos do curso de Direito	Curitiba, junho de 1979
Greve dos Policiais	Melhores salários	Delegados, peritos, policiais,...	Todo o estado, novembro de 1980
Professores e funcionários- UEM	Reajustes salariais	Professores e funcionários	Maringá, 1980
Greve dos taxistas	Subsídios, pontos livres e outros	Taxistas autônomos e empregados	Curitiba, 1980
Greve dos professores- UFPR	Democratização e autonomia	Professores e sociedade civil	Curitiba, 1980
Greve dos professores- Ctba	Reajustes e solidariedade	1500 professores municipais	Curitiba, de junho/80 até setembro/81
Greve professores estaduais	Reajustes e outras reivindicações	Professores estaduais	Todo o estado, 1979
Greve dos médicos e residentes	Reajustes e outras reivindicações	Médicos e residentes	Curitiba, 1979
Greve de	Reajustes e outras	Mais de 3000	Curitiba, novembro de

Metalúrgicos- Ctba	reivindicações	operários	79
Greve da Construção Civil	Reajustes e outras reivindicações	Mais de 3000 trabalhadores	Curitiba, novembro de 1979

(Fonte: CPJP-PR, 1982).

Comparando com os períodos anteriores da história paranaense, podemos perceber que tal período foi marcado pela efervescência dos movimentos sociais, caracterizados pela amplitude e pelo estabelecimento de novas formas de mobilizações.

Alguns estudiosos utilizam como movimento social o conceito amplo desenvolvido por Emir Sader (1988) que entende como movimentos sociais uma ampla gama de lutas que vão até o sindicalismo de classe média, porém, em nosso trabalho, destacamos as mobilizações e associações que possuem uma base na classe média ou nas populações marginalizadas sem cunho sindical. Estamos nos referindo à base, portanto, isto não significa que um movimento popular não possa ter apoio e assessoria na classe média, ou que um movimento de classe média não se interesse pelos interesses e pelas lutas das camadas populares. Desta forma, podemos perceber a dinâmica dos movimentos sociais em Curitiba em dois níveis No primeiro, estariam aquelas organizações com base na classe média, como sindicatos de profissionais médios e organizações de assessoria e organização com um corte ideológico mais definido. Entre as primeiras poderíamos situar o caso da movimentação dos professores paranaenses, através de sua entidade a APP-Sindicato, dos professores da UFPR, através da APUF-PR, e dos sindicatos dos jornalistas[28], dos engenheiros (SENGE), o SINDIPETRO (Sindicato dos Petroleiros) e, mais adiante, o SISMUC (Sindicato dos Servidores Municipais de Curitiba) e o SISMMAC (Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba) que começam ou já se organizam nesse período e foram mais

atuantes na década de 80, inclusive colaborando com a organização do partido na cidade. No segundo nível, poderíamos apontar entidades sem cunho sindical, voltadas para o trabalho de organização e assessoria a movimentos populares e de luta pela redemocratização do país. Neste caso, destacaram-se o comitê regional de luta pela anistia da Comissão Brasileira de Luta pela Anistia (CBA)[29], a já citada CPJP-PR, de onde saíram inúmeros quadros do PT municipal, o CEFURIA (Centro de Formação Urbano e Rural Irmã Araújo), cujo trabalho de assessoria e formação será importante ao longo da década, os estudantes universitários da PUC e da UFPR, que manterão núcleos atuantes durante a década de 80, entre outros

Já o movimento popular propriamente dito, organizado e lidera[illegible] da população marginalizada, será destacado por grupos de Associações de Moradores de Bairros, de luta por creches e por transporte coletivo. As Associações de Bairro existiam na cidade desde 1960, porém eram isoladas, pequenas e sem caráter de resistência e de enfrentamento com o Estado. Somente na década de 70, principalmente com o trabalho desenvolvidos pelas Cebs e por grupos de esquerda (destacadamente o MEP e a AP), elas irão adquirir consistência ideológica e força de mobilização, como aponta o texto de Carvalho:

> Assentados principalmente nos espaços e na prática do cotidiano, assim como nas várias dimensões de batalha pela sobrevivência, esses movimentos se voltam para interesses relativos ao trabalho, à moradia, ao transporte, à saúde ou à educação, entre outros. A difusão das Cebs (Comunidades Eclesiais de Base), as invasões coletivas de terra, o crescimento das associações de bairro, reivindicando melhorias de água, transporte, postos de saúde, escolas, creches e outros serviços de consumo coletivo, eclodiram de forma significativa. Além disso, mobilizações mais amplas contra o desemprego, o custo de vida e os precários serviços urbanos (como saques e depredações de transporte) multiplicaram-se a partir da segunda metade dos anos setenta. A emergência do novo sindicalismo, como alternativa renovadora e combativa de organização das classes trabalhadoras, também concorreu para a expansão das formas contestadoras de expressão

---

[28] Este sindicato, através da Casa do Jornalista, teve uma atuação importante na Luta pela Anistia e no debate sobre o processo de Redemocratização, trazendo pessoas de destaque em nível nacional ou abrindo sua sede para reuniões e debates locais, inclusive sobre a formação do PT.

[29] Num documento de 1980, os membros do partido destacam o papel e a importância, em nível nacional, dos Comitês de Anistia. No entanto, no estado, era necessário realizar um trabalho para que este apoiasse as reivindicações populares

> política, em moldes e linguagem que constituíram novo referencial de representação de interesses na composição das forças sociais aglutinadas em torno da redemocratização. Com isso, o povo voltava ao primeiro plano do cenário político nacional (CARVALHO & LANIADO, 1989, p. 110).

A partir do trabalho das Cebs e de outros grupos, irão surgir duas vertentes no movimento popular: as associações de bairros vinculadas ao Conselho de Representantes das Associações de Bairros e Amigos de Vilas e Jardins de Curitiba e as Associações de Bairros vinculadas às Cebs. O grande foco dessas organizações será a região sul de Curitiba, numa área próxima à CIC (Cidade Industrial de Curitiba), devido às condições de oferta de emprego e proximidade do trabalho.

O surgimento das Associações vinculadas ao Conselho de Representantes se deu a partir de 1978, com a fundação da Associação de Moradores da Vila Formosa, a Associação de Moradores da Vila Maria e a Associação de Moradores da Cidade Industrial, que nascem como resistência à política da prefeitura municipal, na gestão de Saul Raiz (1975-1978), que decidiu pela erradicação das favelas, com a remoção dos moradores, utilizando o uso da repressão e da violência policial (NEVES, 1995). A resistência dos moradores marca o início do confronto com o Estado, abrindo caminho para o surgimento de um novo tipo de movimento social e de novas práticas políticas. Ligado a estas Associações, surge, em julho de 1979, o Conselho de Representantes de Associações de Moradores e Amigos de Bairros e Vilas de Curitiba, dirigido por lideranças destas e assessorado por intelectuais de esquerda (Edésio Passos e outros), que terão papel importante na formação do PT em Curitiba, porém, sua fundação oficial se dará em março de 80.

As Associações vinculadas às Cebs surgem apoiadas pela CPJP-PR, na defesa dos moradores de loteamentos clandestinos, principalmente no bairro do Xaxim, na Paróquia São Francisco de Assis, onde havia um trabalho de padres e freiras italianos em prol da organização popular. A primeira delas foi a Associação de Moradores 1° de

Julho, onde os moradores lutavam pela legalização dos terrenos. O apoio da CPJP-PR era no sentido de que os próprios moradores se organizassem e aprendessem a resolver este e outros problemas por eles mesmos. Vale lembrar que já havia outras formas de organização dos moradores locais que, incentivados pelas Cebs, organizaram, na metade dos anos setenta, o CECOMA com o objetivo de diminuir os custos com alimentação, através de compras cotizadas entre as famílias no CEASA e com pequenos agricultores do interior. Também na região do bairro Boqueirão e Solitude, organizaram-se movimentos de associações de moradores que procuraram lutar por melhorias dos serviços públicos de saúde, educação, segurança e saneamento. Estas e outras associações ligadas às Cebs irão se unificar, a partir de 82, no MAB (Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana), com o apoio do CEFURIA, que, ao colocar a idéia de "movimento", se constituía numa proposta que visava superar a rigidez e a hierarquização que já começavam a surgir em certos movimentos sociais, procurando conciliar a idéia de participação e agilidade, pregando uma maior autonomia do movimento social, apesar de suas posições e militantes estarem próximos ao PT, em relação aos partidos políticos, se contrapondo desta forma, à Federação de Bairros do Paraná – ligada ao PMDB- e a União Geral de Bairros - ligada a determinados setores do PT (NEVES, 1995)[30].

A inserção político-partidária destes e outros movimentos sociais se deu de forma bem particular. A Federação de Bairros, surgida no início de 81, e assessorada pelo advogado Roberto Requião, logo irá se integrar ao PMDB e se constituirá no grupo de sustentação da carreira política deste, inclusive conseguindo cooptar algumas lideranças que de início eram ligadas à formação do PT (caso de Doático Santos),

[30] Apesar das críticas mútuas, o MAB e a União Geral realizaram, a partir de 80, vários encontros de unificação das lutas e das propostas destes movimentos para poderem enfrentar de forma mais sólida as negativas e tentativas de cooptação do movimento popular (NEVES, 1995)

contribuindo para expandir a penetração deste nos movimentos populares. O conselho de representantes de Bairros realiza um debate sobre a reformulação partidária, no início dos anos 80, e decide pela adesão à proposta de formação e construção do PT, elegendo inclusive seu primeiro presidente (que também era presidente da entidade) Manoel Isaías de Santana, e seu secretário-geral, o advogado Edésio Passos, que era seu assessor. Os militantes de Cebs definem pelo PT em sua maioria, com alguns aderindo ao PMDB. Foi exatamente na área de atuação das Cebs que surgiram importantes núcleos do partido e de onde, em 1982, aparece o primeiro candidato ligado aos movimentos populares por este partido, Manoel Proença, então presidente da Associação de Moradores 1° de Julho.

Além destes, cumpre destacar o papel desempenhado por dois outros movimentos que, apesar da invisibilidade típica de alguns movimentos populares, realizaram importantes trabalhos na década de 70 e início dos anos 80. O primeiro foi o Movimento contra a Carestia, também chamado de Custo de Vida. Este movimento se espelhava em outro que teve destaque em nível nacional, ocorrido em São Paulo, sob a liderança, entre outras, de Irma Passoni que acabou se elegendo pelo MDB e depois irá se integrar ao PT (HARNECKER, 1995). Em Curitiba o trabalho era desenvolvido com a assessoria de economistas e sociólogos, que irão desenvolver pesquisas e capacitação a grupos da periferia ligados às Cebs, principalmente na região sul de Curitiba, nos bairros Xaxim e Boqueirão. Tal trabalho era caracterizado pela verificação de preços e pela denúncia do aumento do custo de vida comparado à deterioração dos salários. Além da divulgação destes fatos em órgãos da imprensa da época, havia mobilizações e mesmo boicote a determinados produtos. Um dos frutos desse trabalho foi a constituição do CECOMA no Xaxim, com o objetivo de conseguir produtos, principalmente alimentícios, a custos mais baixos, diretamente no Ceasa ou com

pequenos produtores, diminuindo assim os gastos da população e contribuindo com a conscientização política dos moradores.

Finalmente, neste período, vemos a emergência do movimento popular de transporte, cuja intervenção será mais destacada durante os anos 80, como reflexo da crise econômica e social do país e da centralização política dos órgãos municipais. Já a partir de 78, o movimento popular de Curitiba, organizado em Associações de Bairros, Cebs e Movimento pela Anistia, começa a se articular para intervir na questão do transporte coletivo Em maio de 79, aproveitando o dia do Trabalho, realiza uma ampla manifestação na Vila Nossa Senhora da Luz, região da CIC, exigindo melhoria dos transportes coletivos com horário integral (dia e noite) e o congelamento das tarifas. Em 8 de julho de 79, chamado dia da Unidade, foi entregue ao prefeito Jaime Lerner, um documento com as reivindicações, na presença de cerca de 2000 pessoas, convocadas por 17 associações de Bairros. Após a greve dos motoristas e cobradores de ônibus, os empresários do setor reajustam novamente a tarifa, descumprindo[31] o acordo, o que foi o estopim para novas manifestações. A partir disso, se consolida o movimento que após uma ampla mobilização, por meio de um abaixo-assinado, passa a questionar não só a questão das tarifas, mas também alguns problemas com a RIT (Rede Integrada de Transportes), como a forma de embarque, as condições de higiene e a exploração privada do serviço, propondo sua estatização. Finalmente, em junho de 81, o prefeito aceita conversar com uma comissão de negociação que questiona, entre outras coisas, o papel do Conselho Municipal de Transportes que havia sido favorável ao aumento de tarifas e passa a reivindicar a sua participação no mesmo, alegando que este não tinha representação popular. A partir daí, o Movimento de Luta por Transportes amplia-se e

[31] Segundo a ADOC (Associação de Defesa do Consumidor), que foi a primeira entidade da sociedade civil a contestar os preços abusivos das tarifas de transporte, enquanto os salários dos trabalhadores foram reajustados em 45%, as tarifas aumentaram 84% (Diário do Paraná, 28/06/81).

passa a abranger, além dos setores populares, sindicatos e outras entidades da sociedade civil. Apesar do avanço no papel e na representação e do aumento da pauta de reivindicações, durante os anos 80, será intensa a mobilização pela garantia desses direitos e a questão do transporte coletivo de Curitiba, apesar do reconhecimento nacional de sua qualidade quando comparado a outras grandes cidades brasileiras, continuará mal resolvida (NEVES, 1995, cap.4 e conclusão).

Ao longo dos anos 80, como podemos perceber, é que estes movimentos irão se consolidar e aparecer de forma mais destacada no cenário político da cidade. Nesta década também, surgirão novos e fortes movimentos como o Movimento pelas Creches, o Movimento de Mulheres, o Movimento de Negros e outros.

Para concluir, podemos apontar algumas características que marcam os movimentos sociais do Paraná. Em primeiro lugar, há uma fragmentação e até mesmo uma desarticulação destas lutas com a de outros setores e, em muitos casos, com o que ocorria em nível nacional. De certa forma, isto era conseqüência da fragilidade dos movimentos sociais no pré-64 e mesmo na oposição ao regime militar. Não havia uma penetração, e uma maior identificação com a luta desenvolvida por grupos de esquerda e uma total ausência de imprensa alternativa que pudesse dar visibilidade a estas manifestações. A exceção seria o trabalho desenvolvido pela Igreja, na questão da Terra e nas Cebs em algumas cidades. Outra característica é que esses movimentos, apesar de seu trabalho de conscientização, eram política e ideologicamente fracos, ambíguos e, em geral, desconheciam o que se passava em nível nacional, principalmente no que se refere à busca de uma alternativa popular ao processo de transição. Em grande medida, eram dependentes do trabalho de setores da classe média, o que dificultou o aparecimento de grandes e expressivas lideranças, que só irão despontar, sem, no

entanto, ocupar a cena principal na cidade, nos anos 80[32] Tudo isso acabará incidindo na construção do PT, particularmente em Curitiba, o que será analisado mais adiante.

Os intelectuais

Em geral os estudos sobre a relação entre intelectuais e política destacam duas variantes para estes conceitos Alguns se referem aos intelectuais a partir de uma noção estritamente acadêmica[33] e procuram enfatizar o posicionamente destes membros da Academia diante das discussões e rumos sobre a nação, destacando que a capacidade intelectual, o lugar privilegiado de estudos e os debates da academia proporcionam um conhecimento mais profundo da realidade e propiciam aos intelectuais-acadêmicos melhores condições de intervir e dirigir os organismos estatais. Outra ..

Gramsci, que em seu livro "Os intelectuais e a organização da cultura" elaborou uma diferenciação entre intelectual tradicional e intelectual orgânico. O primeiro se refere àqueles setores que tradicionalmente trabalham com a cultura (escritores, pintores,...) e que possuem, por sua posição profissional ou financeira, maior acesso aos diversos meios de comunicação e expressão, produzindo, desta forma, uma arte específica. O segundo se refere a todos aqueles que, independemente de sua formação intelectual, ocupam um lugar específico dentro de sua classe e cuja produção, voltada para os projetos e posições de tal classe, o tornam um elaborador e propagador de uma cultura alicerçada em sua experiência. Tal modelo de intelectual engajado realiza um trabalho mais amplo, voltado para a sua classe e a sociedade e não apenas em âmbito acadêmico e compreende como intelectuais todos aqueles que, independente de sua posição profissional, contribuem para dar coerência ou instaurar uma visão de mundo ligada a sua militância. O conceito de intelectual que utilizamos, aborda a contribuição dos chamados intelectuais acadêmicos, mas pretende ir mais longe, sem a ampliação

---

[32] Tal fragilidade se tornou mais evidente a partir do refluxo dos movimentos sociais no início da década de 90 e também na incapacidade de se eleger representantes políticos de cunho popular

proposta por Gramsci, no sentido de compreender como intelectual todo aquele que possuía uma formação universitária, porém sem estar ligado à Academia, e cuja posição social estava ligada à classe média, principalmente profissionais liberais, possibilitando a formação de uma cultura específica, através do acesso a meios (jornais, revistas,...) que são difíceis a determinados setores e de participação e adesão a grupos de esquerda que procuravam assessorar os movimentos populares nascentes e discutir os rumos do processo de redemocratização do país no final da Ditadura Militar. O conceito que utilizamos está ligado, primeiro, à idéia de formação universitária que contribui para uma nova visão e possibilidade de intervenção no mundo; segundo, a uma melhor situação financeira que permite acesso a inúmeros bens e serviços não disponíveis às camadas populares; e finalmente, à inserção em uma cultura específica, caracterizada pelo debate e possibilidade de interferência no cenário político-social do país.

A participação destes nos debates pela formação de um novo partido deu-se antes mesmo da definição deste como um Partido dos Trabalhadores, quando, ainda no início de 79, se discutia a formação de um partido popular. Devido à indefinição de alguns desses intelectuais, à iminência da reforma partidária e às características propostas pelos sindicalistas e grupos de esquerda para este partido, muitos deles preferiram continuar dentro do MDB alegando que não era hora de dividir a oposição e também porque este, possuindo uma estrutura mais consolidada, poderia potencializar os votos, tornando-se assim uma aposta mais segura e viável

Em nível nacional, a maioria dos intelectuais envolvida nas discussões partidária era membro de importantes centros acadêmicos nacionais ou de universidades que ocupavam uma projeção de destaque em todo país. Neste caso, podemos citar os intelectuais ligados ao CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), ao

---

[33] Ver Meneguello, 1989.

CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), e a diversas universidades importantes no cenário nacional como a USP, a UNICAMP, e a PUC-São Paulo entre outras, que durante o regime militar, principalmente na década de 70, contribuíram para a formação de quadros intelectuais que se engajaram nas organizações partidárias de oposição ao regime. Além disso, estes intelectuais tentaram reconstruir o discurso da sociedade sobre si mesma, no sentido de fundir as forças que eram contra o Regime. Tratava-se de preservar a história e a memória dos grupos excluídos - o operariado, os movimentos comunitários, os grupos de esquerda - e construir alguns lugares onde ocorressem estudos e análises sobre o futuro da sociedade brasileira. Entre os intelectuais que se destacaram podemos citar o caso de Francisco [illegible]
Moisés, Roque Aparecido da Silva e Fábio Munhoz ligados ao CEDEC, de Francisco de Oliveira, Paul Singer e Vinicius Caldeira Brant ligados ao CEBRAP, Marco Aurélio Garcia e outros ligados à UNICAMP e Florestan Fernandes

Além destes intelectuais, organicamente ligados à Academia, poderíamos citar outros que, por sua militância durante o regime ditatorial ou sua adesão à luta armada, não figuravam nos quadros destas instituições acadêmicas, como é o caso de Mário Pedrosa, Sérgio Buarque de Hollanda, Alípio Freire, Lélia e Perseu Abramo, Frei Betto, entre outros. Em geral, estes já tinham uma militância na esquerda brasileira e se aproximaram do partido porque percebiam este como algo novo, independente, fruto do trabalho do operariado, algo que acontecia pela primeira vez no país. Segundo Weffort, esta aproximação se deu porque estes sindicalistas rompiam com a tradição getulista, populista e pelo fato de o PT se tornar alternativa de militância para a esquerda reprimida pelo regime militar (HARNECKER, 1995). Estes intelectuais foram muito importantes para a constituição do PT porque já possuíam uma militância e muitos eram editores de jornais alternativos (Em Tempo, Versus, Movimento,...) e aproveitaram este

espaço para divulgar e debater a proposta do PT. Além disso, contribuíram assessorando as discussões sobre a situação do país e na elaboração do programa e de outros documentos iniciais do partido, bem como de textos para divulgação e discussão em todo o país. (MENEGUELLO, 1989).

No entanto, a relação com os intelectuais em geral não foi toda harmoniosa. Como apontam alguns líderes partidários, havia alguns intelectuais que se colocavam numa posição de superioridade e tentavam impor suas idéias e projetos sobre os caminhos que o futuro partido devia seguir, ou então se colocavam como estrelas que deviam ser ouvidas e seguidas, tendo dificuldade para debater propostas e para acompanhar o ritmo do processo de acordo com os diversos grupos.

Em Curitiba, não havia nenhum intelectual de expressão nacional que tenha aderido à proposta de formação do partido. Isto se explica pela cultura provinciana do Estado, pelo conservadorismo e conseqüente fragilidade da esquerda ao longo da história paranaense. Mesmo os intelectuais que se destacavam no campo das artes ou da Academia e possuíam uma cultura mais libertária eram isolados ou obrigados a emigrar.

Entretanto, podemos perceber que as classes médias intelectualizadas tiveram um papel fundamental, até mesmo hegemônico, na formação deste, contribuindo decisivamente em termos materiais e políticos para o surgimento e a expansão do PT por todo o estado.

A figura de destaque, e fundamental, no processo de formação do PT em Curitiba foi o advogado trabalhista Edésio Passos e seu escritório de advocacia que, além da ligação com o movimento sindical, possuía um trabalho de assessoria voltado aos nascentes movimentos sociais. Tal escritório realizava, no final dos anos 70, inúmeros encontros com lideranças nacionais de esquerda, sobreviventes do regime,

principalmente de pessoas ligadas a AP[34], que analisavam o processo político brasileiro e divulgavam a novidade que acontecia no ABC e a idéia de formação do PT. Em seus encontros participavam pessoas que tinham ligação com a esquerda e tinham uma tendência socialista, e que ocupavam uma posição de assessoria e apoio aos movimentos populares e sindicais, principalmente advogados (Edésio Passos, Cláudio Ribeiro, Vitório Sorotiuk, Clair e outros), economistas (Everlindo Heinklein e outros), sociólogos (Lígia Mendonça, Zélia Passos, Carmem e outros) e engenheiros (Ivo Pugnaloni e outros) que discutirão e alguns se engajarão na proposta[35]. Foi a partir destes encontros e dos contatos com os sindicalistas do ABC que muitos se integraram à formação do PT em Curitiba e no Paraná.

Deste grupo sairão as primeiras lideranças e muitos membros da Comissão Provisória Municipal. Neste sentido, vale destacar o papel de Edésio Passos, que se tornará o primeiro secretário-geral do PT na cidade e no Estado. Tal fato pode ser explicado, além do tato político deste, pela reunião de três outras condições: em primeiro lugar, Edésio tinha uma ligação histórica com a esquerda socialista e como ex-membro da AP era muito respeitado; em segundo lugar, por sua assessoria e apoio ao movimento sindical, possuía contatos com as oposições sindicais na cidade e no Estado e, mais importante, com os sindicalistas do ABC e de outras regiões que serão as lideranças do partido, o que o tornava um interlocutor privilegiado; e finalmente, possuía condições políticas e, principalmente, materiais (carro, secretárias, dinheiro para gastos,...) que nenhum dos outros membros tinha. Desta forma, sua participação e sua

---

[34] Entre os que vieram para estes encontros estão: Duarte Pereira (AP), Paulo Schilling, Lula, Paulo Skromov, Olívio Dutra, Vinícius Brant, Paul Singer e outros.

[35] Grande parte dessas pessoas já atuava junta desde a metade da década de 70, quando fundaram a Escola Oficina, cujo trabalho era baseado nos ideais libertários da escola inglesa Summer Hill, de participação dos alunos e formação alternativa. Os custos eram divididos de acordo com o salário dos pais e podiam ser pagos com trabalho na escola. Na Páscoa de 78, grande parte deles foi presa acusada de ensinar marxismo para crianças. O caso teve ampla divulgação nacional, principalmente na Revista Veja, e provocou a intervenção da Igreja Católica e a constituição da CPJP-PR

liderança do processo estavam asseguradas e tornou-se seu primeiro secretário-geral e candidato a prefeito na cidade.

Além dele, ou melhor, em torno dele irão se aglutinar outros intelectuais, já no final da década de 70 e início dos anos 80, que contribuirão para a formação do partido na cidade, principalmente advogados, sociólogos, economistas e engenheiros. Havia também médicos que iriam para o PT. Entre esses se destacam Mauro Goulart, que era membro do PCBR, e Florisvaldo Fier, o doutor Rosinha, que neste momento não era da direção partidária e realizava um trabalho de assessoria aos movimentos sociais na área da saúde, dando palestras sobre saúde em Associações de Moradores e Cebs.

Estes intelectuais serviram para dar uma maior respeitabilidade à proposta de formação do PT e ampliar os setores de influência com a interlocução com outras camadas médias, caso da Universidade e sindicatos de classe média, que depois se integrarão ao partido No entanto, contribuíram também para a fraca penetração do PT em setores sociais populares e para uma indefinição do rosto do partido, que não conseguiu atrair a classe média curitibana de forma efetiva e consequente e deixou de realizar um trabalho de base mais consistente, impossibilitando com isso o aparecimento de novas lideranças, independentes e bem formadas politicamente, para renovar as estruturas partidárias

CAPÍTULO 3: A ESQUERDA ORGANIZADA E A FORMAÇÃO DO PT

O marxismo e o partido político

Como o PT se declara um partido socialista, e inúmeras de suas tendências se pretendem revolucionárias, a principal referência em termos de programa e forma de organização partidária é o marxismo. Sendo assim, pretendemos realizar uma breve discussão sobre a questão do partido no interior do marxismo tendo como referência três nomes fundamentais nesta discussão. De Marx apontamos a noção de um partido ligado a classe operária, cuja principal tarefa é fazer a revolução, tendo para isto se organizar de forma específica compreendendo o momento histórico em que atua para atingir seus objetivos. Em Lenin, encontramos uma grande elaboração sobre o papel e a forma como deve atuar um partido socialista em uma sociedade autocrática em que o processo de modernização ainda não está em seu auge e a forma como este deve se organizar para desencadear o processo revolucionário. Em Gramsci, encontramos uma elaboração que colocando o partido como o príncipe moderno, procura adaptar o marxismo as sociedades ocidentais, onde a luta política (e o ideário revolucionário) deveria debater-se com formas mais desenvolvidas de organização do Estado e da Sociedade, necessitando portanto de uma estratégia que correspondesse a essa realidade. Fundamental na visão gramsciana de partido é a elaboração do conceito de hegemonia, seja como forma de construir uma nova sociedade a partir da direção política e ideológica, seja para compreender em que medida determinados grupos hegemonizaram o processo de formação do PT em Curitiba, através da condução e do predomínio de suas posições e interesses no processo, no programa e na estrutura adotada pelo partido.

Em Marx não encontramos uma teoria desenvolvida a respeito do partido político, no entanto, em vários momentos de sua obra podemos encontrar passagens que

nos apontam quais seriam as características e as funções do partido na visão deste autor. Deve-se, de antemão, frisar que neste autor o partido político está ligado a idéia de classe, que este é uma representação dos interesses de determinada classe, e como esta não é monolítica os partidos são resultado da divisão das classes em frações[36] pois, conforme demonstrou Engels, no prefácio de As lutas de classe na França de 1848 a 1850[37].

No Manifesto Comunista encontramos que, na luta de classes o proletariado necessita de um partido para se organizar politicamente e conseguir vencer o poder da burguesia

> a organização do proletariado em classe e, portanto, em partido político , é incessantemente destruída pela concorrência que fazem entre si os próprios operários. Mas renasce sempre e, cada vez mais forte, mais firme, mais poderosa Aproveita-se das divisões intestinas da burguesia para obrigá-la ao reconhecimento legal de certos interesses da classe operária, como, por exemplo, a lei da jornada de dez horas de trabalho na Inglaterra"(MARX & ENGELS,1980,29).

Portanto, o partido aparece como teórico da classe operária, no sentido de que deve ser capaz de analisar e desenvolver ações concretas que permitam a tomada do poder. O operariado não pode ser uma classe, no sentido orgânico, enquanto não possui um partido que possa orientar a sua intervenção na sociedade para transformá-la. O partido constitui-se assim como algo que é externo a classe, mas que, ao mesmo tempo, também faz parte desta, parte que desenvolve a sua consciência na busca da transformação da sociedade.

A noção de partido, no que se refere ao proletariado, está ligada indissoluvelmente a idéia de revolução Cabe ao partido desenvolver a consciência das

---

[36] O termo fração política é analisado principalmente nas suas obras históricas que mostram os diversos interesses presentes no interior de cada classe. Ver "O 18 de Brumário" e "As lutas de classe na França".

[37] ... o método materialista terá de se limitar, frequentemente, a reduzir os conflitos políticos as luzes dos interesses entre as classes sociais e as frações de classe existentes, determinadas pelo desenvolvimento econômico e a demonstrar que os diversos partidos políticos são a expressão política mais ou menos adequada das referidas classes e frações de classe (MARX & ENGELS,1980:94).

massas (Marx não explica como) e analisar o momento propício para a ação no sentido de tomar o poder dos burgueses e transformar a sociedade, pois segundo ele "o objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos operários: constituição dos proletários em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado"(MARX & ENGELS,1980:31). Mesmo com a ênfase na Revolução, compreendida como assalto ao poder, os fundadores do marxismo não desconhecem outras formas de ascensão ao poder como demonstrou Engels sobre o desempenho do Partido Social-Democrata Alemão[38].

O partido em Marx também é marcado pela idéia de internacionalismo, "os operários não tem pátria", como forma de atuação que permite ao proletariado compreender que a sua luta não é uma luta que se dá apenas no terreno nacional, já que o capitalismo, conforme a análise do Manifesto, deitou suas raizes nos diversos cantos do mundo e criou o mercado global. Portanto a luta e a vitória do proletariado só pode ser concluída no momento em que todos os operários do mundo perceberem que deve se unir contra o inimigo comum, a burguesia, e vencê-la em todo o globo o que ficou registrado em sua célebre frase "operários de todo o mundo, uni-vos"(MARX & ENGELS,1980:47).

Em Lenin, o marxismo encontra um de seus maiores teóricos do século XX, e o grande mérito do leninismo foi o de adaptar as idéias e os conceitos do marxismo a Rússia, sem modificar o núcleo central dessa teoria.

---

[38] "... na Alemanha, pelo contrário, onde a indústria é favorecida pelo maná dos bilhões franceses, desenvolvia-se em um ritmo cada vez mais acelerado, a social-democracia crescia com rapidez e obtinha êxitos ainda maiores do que antes. Graças a inteligência, com que os operários alemães utilizaram o sufrágio universal, instituído em 1866, o crescimento espantoso do Partido surgiu abertamente aos olhos do mundo inteiro em cifras indiscutíveis" (MARX & ENGELS,1980:101).

Desta forma a teoria leninista é uma espécie de russificação do marxismo, russificação[39] esta que contribuiu para o desenvolvimento e renovação do marxismo, e possibilitou a tomada de poder na Rússia pelos revolucionários bolcheviques através de um trabalho revolucionário profissional e de um conteúdo para a Revolução que pudesse ser compreendido e apoiado pelos operários e pela população em geral, resumido no famoso slogan "Paz, Pão e Terra".

Para Lenin, a conquista do poder demandava necessariamente a existência de dois elementos fundamentais, visceralmente articulados: a necessidade de uma teoria revolucionária pois "sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário" (LENIN, 1988:18); e a existência de um partido revolucionário que tivesse a capacidade de fundir o movimento espontâneo das massas com o projeto do movimento operário.

Toda preocupação leninista, ao discutir o papel do partido de vanguarda, é a de como transformar a consciência espontânea produzida pelos elementos das massas populares em teoria de ação política. Podemos verificar que no campo da ação, o partido leninista é sempre o organismo que deve dar respostas imediatas às situações objetivas valendo-se de um corpo teórico, que ao mesmo tempo não pode ser considerado mera abstração, dentro do qual deve procurar levar em conta as análises objetivas das forças em disputa. Dentro desse esquema teórico, o partido pode construir a hegemonia política dos trabalhadores objetivando a consolidação de um campo proletário de interpretação e de iniciativa política permanente cujo papel é a contraposição às idéias dominantes. Esse entendimento pode ser visto claramente no detalhamento do papel que deve ter o jornal partidário, que deve apresentar-se como outro organizador coletivo

[39] Russificação esta que foi abandonada nos congressos da Internacional Comunista e na política revolucionária externa soviética, principalmente quando se leva em conta a classificação, feita pelo próprio Lenin, na fórmula de países " coloniais, semi-coloniais e semi-feudais", que colocava no mesmo patamar, por exemplo, Brasil, Índia e China, e fez os PCs adotarem a política de aliança com as burguesias nacionais e de apoio as revoluções democratica-burguesas.

criativo, que subordinado a direção do partido deve ser expressão deste com o claro intuito de elevar a consciência política-cultural das massas.

O partido tem que ser o fator da mobilização política do vértice a base, com um conhecimento e avaliação científica da situação existente como forma de intervenção direta na luta de classes, procurando destruir pela violência o estado burguês. Dessa forma o autor se distancia da organização de massa dos sociais-democratas que se baseia na perspectiva de uma conquista progressiva do Estado e se desenvolve dentro da legalidade exigindo concessões de direitos políticos e reformas sociais, e prevenindo através das redes de organizações a intervenção estatal no econômico. Ao contrário, o partido leninista visa a imediata e total destruição do Estado, e é com esse objetivo que Lenin defende "que o único princípio organizativo sério tem de ser este: rigorosa clandestinidade, escolha minuciosa dos inscritos, e preparação de revolucionários de profissão". O profissional do partido será um especialista da revolução, que deve estar na vanguarda e está chamado a prestar dedicação integral a mobilização revolucionária[40]. No revolucionário de profissão, se reflete a nova concepção do partido de classe operária não só sobre o aspecto da dedicação total ao serviço do partido, do qual tem de receber necessariamente meios de sustento, mas também nas formas segundo as quais deve se efetuar a sua relação com o resto do partido. Para ele trata-se de questionar e criticar a idéia da consciência espontânea que pensa que a classe operária poderá produzir por si mesmos através de suas lutas a consciência necessária para fazer a revolução. O profissionalismo permite ao partido a possibilidade de

---

[40] ... ora eu afirmo:1) que não seria possível haver movimento revolucionário sólido sem uma organização estável de dirigentes, que assegure a continuidade do trabalho.2) que quanto maior a massa espontaneamente integrada a luta, formando a base do movimento e dele participando, mais imperiosa é a necessidade de tal organização, e mais sólida deve ser essa organização (senão será fácil para os demagogos arrastar as camadas incultas das massas). 3) que tal organização deve ser composta principalmente de homens tendo por profissão a atividade revolucionária, 4) que, em um país autocrático, quanto mais restringirmos o contingente dessa organização, ao ponto de ai não serem aceitos senão revolucionários de profissão que fizeram o aprendizado na arte de enfrentar a polícia política, mais difícil será capturar tal organização,...(LENIN,1988:96).

conhecer de forma mais profunda a situação e atuar como vanguarda, possibilitando a compreensão do momento e da maneira correta de agir em cada situação, além de desempenhar um trabalho de formação, de educação das massas no processo revolucionário[41].

Gramsci pensa o partido político tendo como objetivo resolver duas problemáticas. Em primeiro lugar, superar os problemas gerados pela concepção leninista, principalmente no que se refere a questão da democracia (tanto interna, como na sociedade socialista em construção), como a questão do poder e a forma como ele deve ser utilizado e compartilhado, sem que se caia no autoritarismo e ignore a diversidade social[42]. A segunda problemática é a necessidade de criar um partido que perceba as especificidades de cada formação histórica (país) e que possa atuar de forma conseqüente e frutífera em acordo com as características desta sociedade, ampliando o jogo político através da relação com a sociedade civil que possibilitaria novas formas de luta e de transformação social rumo ao socialismo. É diante disto que se pode compreender a famosa formulação gramsciana que divide as sociedades entre Oriente e Ocidente. Segundo ele,

> no Oriente o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no Ocidente havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e em qualquer abalo do Estado

---

[41] Vale ressaltar que tal concepção de partido não foi aceita de modo unânime no interior do movimento comunista. Para Rosa Luxemburgo trata-se de uma concepção blanquista que não reconhece as divergências e deixa pouco espaço a diversidade, além de abrir caminhos para o autoritarismo por ser demasiadamente centralizado e de se constituir como uma seita marcada pelo fanatismo e intolerância. Para Gramsci tal forma de organização conduziria a burocratização, além de um elitismo político que implicaria na separação das massas e na idéia de que estas deveriam ser comandadas, sendo incapaz de realizar uma profunda democratização e socialização da vida social.

[42] Nunca é demais insistir no caráter premonitório da advertência de Gramsci sobre a possibilidade de se desfigurar a vontade política geral. Ele anteviu, no fenômeno do "partido único e totalitário de governo", a sombria perspectiva de a organização assumir funções políticas "determinantemente negativas", como as "de policiamento, de influxo moral e cultural". A cúpula dirigente envereda por uma espécie de "conluio estreito que tende a perpetuar os seus mesquinhos privilégios, regulando ou sufocando o nascimentos de forças contrastantes". Nos congêneres do PCUS, o nome de partido político não passava, para o teórico italiano, de "uma pura metáfora de caráter mitológico".

> imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas..."(GRAMSCI.1980:75).

portanto, caberia distinguir diferentes formas de fazer a revolução em cada uma destas sociedades, e diferentes formas de organização e atuação do partido revolucionário em cada uma destas realidades. Neste sentido, podemos dizer que Marx considerou a sociedade ocidental (na maioria dos seus escritos), só que esta ainda estava em formação não apresentando seu caráter maduro, enquanto Lenin considera a sociedade oriental. O grande avanço do autor está em desenvolver conceitos e estratégias que possibilitariam a tomada do poder nas sociedades ocidentais, como o de hegemonia (como direção política e cultural), de estratégia revolucionária (guerra de posição, ao lugar de guerra de movimentos), e de partido (com o centralismo e homogeneidade sendo postos a serviço da ideologia e da luta política). É dentro deste contexto que ele irá pensar o Partido, como o Príncipe moderno, numa alusão a Maquiavel, considerando principalmente a maneira de agir do Partido dentro das sociedades ocidentais e formulando inúmeros conceitos que poderiam levar o Partido ao poder, como síntese de uma nova ordem social.[13]

O partido revolucionário moderno, na visão de Antonio Gramsci, é o centro de uma ampla rede de instituições sociais e políticas que compõem a sociedade civil. No interior dessa rede, entram em cena forças sociais- uma classe e seus aliados. Gramsci designa o partido com o nome de "moderno Príncipe", o agente da vontade coletiva

---

[13] O autor estima que os mesmos princípios que gerou a luta da burguesia contra aristocracia devem prevalecer na luta a classe operária ocidental contra burguesia acrescentando essa análise da superestrutura o exame das estratégias militares utilizadas no começo do século, sobretudo durante a primeira guerra mundial, e deduz que a estratégia das classes subordinadas devem adaptar-se a superestrutura do bloco histórico : nos países de sociedade civil forte (ocidental) a luta só pode assumir a forma de uma guerra de posições, pois o Estado não é mais do que uma trincheira avançada através da qual se encontra uma cadeia de fortalezas e casamatas. Já nos países que, como os Rússia de 1917, a sociedade civil é primitiva e gelatinosa, a luta ao contrario, é essencialmente política e deve por isso a adotar a forma de uma guerra de movimentos.

transformadora. Sua tarefa fundamental consiste em superar os resíduos corporativos (que o pensador italiano define como "egoístico-passionais") da classe operária e contribuir para a formação de uma vontade coletiva nacional-popular. Enquanto organismo de mediação e de síntese, deve assumir iniciativas políticas que englobem a totalidade dos estratos sociais e vigorem sobre a universalidade diferenciada do conjunto das relações sociais.

Como moderno príncipe, o partido deve ser capaz de instaurar uma nova ordem e garantir a manutenção da mesma. Isto implica que, assim como o Príncipe de Maquiavel, o partido deve ser o instaurador de uma nova vontade coletiva que transforme a sociedade, pois

> o moderno príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo da sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais(GRAMSCI,1980:6).

As características gerais deste príncipe moderno seriam: a formação de uma vontade coletiva, possuir capacidade de ação conforme as diversas circunstâncias, compreender e intervir na História possibilitando assim a construção da mesma conforme os seus interesses, promover o rompimento com a ideologia tradicional ampliando os horizontes e incentivando o desenvolvimento de novos caminhos pois, conforme demonstrou Maquiavel é preciso "romper a unidade baseada na ideologia tradicional, sem cuja ruptura a força nova não poderia adquirir consciência da própria personalidade independente"(GRAMSCI,1980:11) e realizar uma reforma moral e intelectual, o que significa para Gramsci "criar o terreno para um desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional-popular, no sentido de alcançar uma forma superior e total de civilização moderna"(GRAMSCI,1980:9), ligada a um programa de

reforma econômica. Desta forma a tarefa do Príncipe-Partido, a partir da leitura gramsciana de Maquiavel, demonstra que não existe natureza humana por si, abstrata, imóvel e fixa que a ação não possa transformar; que a política deve ser percebida como ciência autônoma com suas regras e com interferência nos destinos dos homens; e que a ação do Príncipe nas diversas lutas deve ser a expressão do seu tempo e lugar para ser eficiente, o que implica também na necessidade de perceber a historicidade do marxismo, pois o partido não é dono da verdade ad hoc, pois para organizar, dirigir e transformar é preciso conhecer.

Para Gramsci, o partido é o representante de uma classe e sua história e desenvolvimento serve para explicar os interesses e a forma como se desenvolve esta classe na busca por uma intervenção na sociedade e sua modificação ou estruturação a partir de seus interesses. Portanto na história do partido está condensada o pensamento e a organização de determinada classe que procura fazer-se ouvir e intervir nos rumos da sociedade, pois:

> a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado: tem amigos, afins, adversários, inimigos. Só do quadro complexo de todo o conjunto social e estatal (e freqüentemente com interferências internacionais) resultará a história de determinado partido. Assim, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando um seu aspecto característico" (GRAMSCI,1980:24).

Para ele, existem dois tipos de partidos: o de quadros e o de massas. O primeiro é constituído, por uma elite de homens que tem a função de dirigir um grande movimento de partidos, ou seja, estabelecer a partir da cultura e da ideologia os caminhos que devem ser trilhados pelos diversos partidos, fornecendo os elementos para o debate e a tomada de decisões dentro de determinados interesses. Já o partido de massas, fruto do desenvolvimento das sociedades, é um partido não-elite, no sentido de

que possui uma fidelidade genérica a um centro político (visível ou invisível) que realmente determina os seus rumos e sua forma de atuação. O primeiro é limitado numericamente mas formado por pessoas com capacidade de análise e intervenção, o segundo é numericamente superior mas possui uma capacidade limitada; disto resulta, segundo ele, que o Partido-Príncipe deve conciliar estas duas formas tendo uma capacidade de análise e intervenção, tanto numérica como qualitativamente superior para realizar seu objetivo. Trata-se, portanto, de um partido que seja de vanguarda, não como dono da verdade, mas como parte integrante das massas, ensinando e aprendendo com elas os caminhos para realizar a transformação da sociedade.

Em relação a questão da estruturação interna do partido, principalmente no que tange a questão democrática, o desafio é a superação do seguinte paradoxo: o debate pode (e constantemente leva) ao fracionismo partidário e a paralisação, e a centralização leva a burocracia. A superação para Gramsci estaria em articular estes dois momentos, promovendo uma síntese que estabelecesse momentos e mecanismos de debate em determinadas circunstâncias, assim como mecanismos de centralização em outras, possibilitando ao partido ser ao mesmo tempo, centralizado e democrático, garantindo assim a expressão das diversas opiniões, bem como eficácia na ação. O genuíno centralismo democrático é um centralismo em movimento, que nas palavras de Gramsci significa "uma contínua adequação da organização ao movimento real, uma capacidade de temperar os impulsos da base com o comando do alto, uma inserção contínua dos elementos que desabrocham do mais profundo das massas no quadro sólido do aparato da direção que assegura a continuidade e a acumulação regular das experiências" (GRAMSCI,1980:65).

No que se refere aos militantes, o partido não seria profissional no sentido leninista, mas formado por membros com inserção social, que não se dedicam

exclusivamente a atividade partidária no sentido estrito, ja que para ele os meios de comunicação, sindicatos, organizações também são partido, se constituindo acima de tudo como cidadãos, cujo trabalho se desenvolve de forma mais ampla que a militância partidária, permitindo ao partido intervir nas diferentes esferas sociais, assim como receber as demandas da sociedade de forma mais próxima e direta e possibilitando uma maior participação popular na definição de suas diretrizes. Analista da política na sociedade moderna, o autor compara também a estrutura do partido com a de uma organização militar, sem a ênfase leninista, que deve fornecer, segundo ele, um modelo para o partido que deve representar as classes subalternas e permitir a lutar política-ideológica com outros intelectuais da classe dirigente, derrubando assim o sistema hegemônico. Neste sentido, ele distingue no seio do partido, estruturado de maneira militar, três níveis: no nível inferior a massa dos militantes: sua disciplina, sua fidelidade, mas não o espírito de criação e de auto-organização. Sua força, de baixo nivel teórico e organizativo, depende de sua centralização e direção pelo segundo elemento: o elemento intermediário que efetua a ligação entre a base e a cúpula, estabelecendo uma relação entre ambas "por um contato não somente fisico, mas moral e intelectual". São eles que fortalecem o partido, educando e organizando os militantes. A eles, o autor atribui especial importância pois se constituem no reservatório de futuros dirigentes e os organizadores da base. Enfim o terceiro elemento é o dos dirigentes e grandes intelectuais que formam "o elemento principal de coesão que centraliza a nível nacional e torna eficaz e poderoso um conjunto de forças que abandonadas as próprias seriam zero ou pouco mais que isso" (GRAMSCI,1980:55). Esse núcleo de dirigentes é, ao mesmo tempo, o estado maior político-militar e teórico-ideológico, posto que então o partido sociedade civil e sociedade política estão reunidas.

Os intelectuais assumem o protagonismo na articulação do partido revolucionário que empreenderá a reforma intelectual e moral. Gramsci entende que todos os membros de uma agremiação devem ser considerados intelectuais, não pelo seu nível de erudição, mas pelas funções que exercem. Para ele, existem dois tipos de intelectual: o "intelectual orgânico", que, em sintonia com a emergência de uma classe social determinante no modo de produção econômico, procura dar coesão e consciência a essa classe, também nos planos político e social; e o "intelectual tradicional", que se conserva relativamente autônomo e independente, mesmo tendo desaparecido a classe à que pertencia no passado. Ambos cumprem funções análogas às do partido: buscam dar forma homogênea à consciência da classe a que estão ligados ou, no caso dos intelectuais tradicionais, às classes a que emprestam sua adesão, e desse modo preparam a hegemonia sobre o conjunto de seus aliados. São, em suma, instrumentos da consolidação de uma vontade coletiva, de um bloco histórico.

Finalmente, uma questão central, apontada pelo autor, no que se refere a compreensão e análise do partido e seu papel na sociedade, e também como forma de perceber a dinâmica interna deste, trata-se do conceito de hegemonia[44]. Para Gramsci, o conceito de hegemonia caracteriza a liderança cultural- ideológica de uma classe sobre as outras. As formas históricas da hegemonia nem sempre são as mesmas e variam conforme a natureza das forças sociais que a exercem. Os mundos imaginários funcionam como matéria espiritual para se alcançar um consenso reordenador das relações sociais, conseqüentemente orientado para a transformação.

[44] Este conceito é fundamental para compreender não só a visão gramsciana de partido em relação ao seu papel na sociedade, mas pretendemos instrumentalizá-lo para nosso trabalho procurando captar a dinâmica interna de um partido dividido em correntes, no qual uma delas torna-se hegemônica, fornecendo-lhe sua direção política-ideológica, através da forma como se estrutura e dos temas de debates internos, bem como da primazia sobre os cargos partidários.

Em Gramsci, o conceito de hegemonia[45] está próximo da idéia de ditadura do proletariado em Marx e de direção em Lenin[46], no entanto, o primeiro avança num ponto central, para as sociedades ocidentais: a preeminência da direção cultural e ideológica. Gramsci procura situar tal conceito no terreno essencial da luta contra classe dirigente na sociedade civil: o grupo que a controla é hegemônico e a conquista da sociedade política coroa essa hegemonia estendendo-a ao conjunto do estado[47]. A hegemonia é a primazia da sociedade civil sobre a sociedade política.

A constituição de uma hegemonia é um processo historicamente longo, que ocupa os diversos espaços da superestrutura. Para Gramsci, a hegemonia pode (e deve) ser preparada por uma classe que lidera a constituição de um *bloco* [illegible] durável aliança de classes e frações). A modificação da estrutura social deve preceder uma revolução cultural que, progressivamente, incorpore camadas e grupos ao movimento racional de emancipação.

---

[45] Etimologicamente, hegemonia deriva do grego *eghestai*, que significa "conduzir", "ser guia", "ser chefe", e do verbo *eghemoneuo*, que quer dizer "conduzir", e por derivação "ser chefe", "comandar", "dominar". *Eghemonia*, no grego antigo, era a designação para o comando supremo das Forças Armadas. Trata-se, portanto, de uma terminologia com conotação militar. O *eghemon* era o *condottiere*, o guia e também o comandante do exército.

[46] Hugues Portelli esclarece que o conceito gramsciano de hegemonia e leninista de direção se aproximam em quatro aspectos: na base de classe da ambos, na organização inteléctual, na base social em que uma classe deve se apoiar em outros aliados, e na análise da correlação de forças. No entanto, como ressalta o autor, a divergência acontece em um ponto capital: a preeminência (enfatizada por Gramsci) da direção cultural e ideológica.

[47] Gramsci supera o conceito de Estado como sociedade política (ou aparelho coercitivo que visa adequar as massas às relações de produção). Ele distingue duas esferas no interior das superestruturas. Uma delas é representada pela *sociedade política*, conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle dos grupos burocráticos ligados às forças armadas e policiais e à aplicação das leis. A outra é a *sociedade civil*, que designa o conjunto das instituições responsáveis pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e de ideologias, compreendendo o sistema escolar, os partidos políticos, as corporações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e cultural, etc. Sociedade civil e sociedade política diferenciam-se pelas funções que exercem na organização da vida cotidiana e, mais especificamente, na articulação e na reprodução das relações de poder. Em conjunto, formam o Estado em sentido amplo: "sociedade politica + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção". Na sociedade civil, as classes procuram ganhar aliados para seus projetos através da direção e do consenso. Já na sociedade política as classes impõem uma "ditadura", ou por outra, uma dominação fundada na coerção.

Como sustenta Gramsci, a primazia econômica da classe fundamental é uma condição necessária, mas não suficiente, para formação de um bloco ideológico, é preciso que a classe dirigente tenha uma verdadeira política para os intelectuais, pois "a hegemonia de um centro diretor sobre os intelectuais afirma-se através de duas linhas principais: 1) uma concepção geral da vida, uma filosofia que ofereça aos aderentes uma dignidade intelectual, que crie um princípio de distinção e o elemento de luta contra as velhas ideologias que dominaram pela coerção; 2) um programa escolar, um princípio educativo e pedagógico original que interesse e proporcione atividade própria no domínio técnico a essa fração dos intelectuais que a torne mais homogênea e numerosa" (GRAMSCI,1980:155). O aspecto ideológico é fator de hegemonia pois, por um lado, permite a orientação e, por outro, permite a classe dirigente controlar outras camadas sociais.

A análise da hegemonia distingue três tipos de grupos sociais no interior do bloco histórico: a classe fundamental que dirige o sistema hegemônico, os grupos auxiliares que servem de base social a hegemonia e de viveiro para o seu pessoal, e finalmente, as classes excluídas do sistema hegemônico: as classes subalternas. A relação é de dominação e utilização predominante ou exclusiva da sociedade política. O aspecto coercitivo das relações entre as classes dirigentes e as classes subalternas aparece em três momentos possíveis: quando as classes subalternas desempenham um papel decisivo na vitória das classes fundamentais, quando há a preeminência da sociedade política sobre a sociedade civil e, finalmente, quando ocorre a ditadura pura e

simples utilizando a sociedade política para dominar as classes subalternas[48].

Diante desse quadro, se tona mais clara a concepção gramsciana de "guerra de posições". A conquista do poder do Estado, nas sociedades capitalistas desenvolvidas, não se dará, segundo ele, por um colapso repentino da dominação burguesa. A estratégia da "guerra de posições" reside numa ocupação progressiva (ou processual) de espaços na sociedade civil. A expansão da hegemonia das classes subalternas -tal como entendida por Gramsci- implica o acúmulo de posições por um bloco histórico, que inicialmente modifica a correlação de forças e termina por impor a direção de uma nova classe (ou bloco de classes) no Estado.

O paradigma da revolução como processo, inspirado em Gr
continuidade orgânica de rupturas parciais que favoreçam reformas radicais na ordem vigente. Um reformismo, convém sublinhar, que se obstine em extirpar as agudas desigualdades e injustiças inerentes ao atual ciclo de reprodução planetária da hegemonia do capital. A interferência cada vez maior das forças renovadoras da sociedade civil na execução de uma política conseqüente de reivindicações e avanços sociais torna-se, assim, pré-requisito para se vislumbrar uma progressiva inversão na correlação de forças, capaz de deslocar a burguesia como classe hegemônica e substituí-la pelos conjuntos dos trabalhadores.[49]

---

[48] Em condições de hegemonia, a burguesia solidariza o Estado com as instituições que zelam pela reprodução dos valores sociais, conformando o que Gramsci chama de Estado ampliado. Essas instituições se comportariam como aparelhos ideológicos de Estado, de acordo com a visão de Althusser. A distinção importante entre os enfoques de Althusser e as instituições de hegemonia de Gramsci está no fato de o teórico italiano ter salientado que a solidariedade dos aparelhos ideológicos com o Estado não decorre de um atributo estrutural imutável. As classes subalternas podem visar, como projeto político, à separação de determinados aparatos ideológicos da sua aderência ao Estado, a fim de se tornarem agências privadas de hegemonia sob sua direção.

[49] Conforme seus livros "A dualidade de poderes: introdução à teoria marxista do Estado e da revolução". São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 61e ss; e "Democracia e socialismo: questões de princípio e contexto brasileiro". São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992, p. 84-5.

As Esquerdas no Brasil

A história da esquerda, ou das esquerdas, no Brasil ainda é uma história a ser contatada e reconstruída. Até os anos 90, os estudos mais significativos abrangiam apenas o PCB, sua história, desenvolvimento e crises. Somente na última década do século XX, surgiram estudos que analisam, de maneira mais ampla e profunda, os diversos grupos políticos de esquerda e sua atuação.[50] No entanto, há ainda um longo caminho a ser percorrido para que se possa efetivamente compreender a esquerda brasileira, evitando equívocos ou simplificações, como entender que as cisões e a formação de inúmeros grupos se referem apenas à disputa por poder, desconsiderando o caráter dinâmico do marxismo (referência principal destes agrupamentos) em seu desenvolvimento ao longo do século XX, como um processo que pode apreender a diversidade das sociedades, dos momentos históricos e dos caminhos para se construir a sociedade por eles almejada.

O movimento operário nasce com a presença das mais variadas correntes de pensamento em seu seio.[51] Mas, historicamente, a superação de correntes tidas como reformistas ou atrasadas é resultado do avanço do movimento operário, de seus embates teóricos e práticos, e do próprio processo histórico. O que implica este processo de cisão? Este processo de divisão é positivo ou negativo? A unidade seria possível? Não se pode entender esta questão de forma tão simplificada. Por um lado, como conseqüência negativa, o resultado das cisões é a fragmentação e o enfraquecimento de forças na luta contra um inimigo teoricamente comum: a burguesia. Por outro, o aspecto positivo, está, por mais paradoxal que seja, na própria divisão, pois a existência de inúmeras correntes que se reivindicam de esquerda provoca um debate, que contribui

---

[50] Neste sentido, se destaca a coleção organizada por João Quartim de Moraes "História do Marxismo no Brasil", atualmente no quarto volume.

[51] Ver as obras do próprio Marx "O Manifesto Comunista", de Eric Hobsbawn "História do marxismo", principalmente o vol. 1, e outros.

para a superação de equívocos e para a qualificação política da esquerda, a partir da politização e das definições dos diversos grupos, dinamizando o processo histórico de cada um e abrindo caminhos para uma ação política mais realista.

As causas da cisão e do aparecimento de agrupamentos de esquerda no país podem ser relacionadas a dois tipos de dinâmicas. Uma de ordem externa e outra de ordem interna. Primeiro, as mudanças e reviravoltas na esquerda mundial, destacando as diversas revoluções (a Russa, a Chinesa e a Cubana), assim como o desenvolvimento e os conflitos na construção do socialismo nestas sociedades que, mesmo internos, acabaram dividindo e influenciando a esquerda mundial, e brasileira, como foi o caso da disputa entre stalinismo e trotskismo na URSS, do maoísmo na C[illegible]
Cuba e assim por diante. Tratava-se de reordenar táticas e estratégias em vista da tomada do poder e seguir um caminho que possibilitasse a realização da Revolução e a construção do socialismo.

Desta forma, podemos perceber que a Revolução Russa conduziu, primeiramente, à cisão entre anarquistas, que dominavam o movimento operário brasileiro até então, e comunistas, como aponta Leandro Konder:

> ...os anarquistas haviam conquistado uma posição de liderança e mereciam enorme respeito pela firmeza e pela combatividade que demonstravam. Porém, quanto mais crescia a tendência, no sentido de organizar os trabalhadores num partido político, mais eles reagiam contra a idéia e iam se isolando no movimento operário(...). Quando a situação da Rússia ficou mais esclarecida, a divisão dos anarquistas brasileiros passou a ter conseqüências irreversíveis: uns ficaram fiéis às doutrinas de Bakunin, Kropótkin e Malatesta; outros, porém, resolveram estudar o leninismo e acabaram aderindo às novas concepções adotadas na Revolução Russa (KONDER, 1995:32)[52].

A segunda cisão provocada pela Revolução Russa, devido aos seus desdobramentos internos, foi a separação entre trotskistas e stalinistas já na década de

---

[52] Para uma análise mais histórica dos motivos e momentos dessa ruptura ver Antonio Ozaí da Silva, História das Tendências no Brasil, cap. 1 "Do anarquismo ao comunismo", São Paulo, Proposta Editorial, 1987, Leandro Konder, A derrota da dialética; Edgar Carone, O marxismo no Brasil (das origens a 1964), e Evaristo de Moraes Filho, "A proto-história do marxismo no Brasil", in: "História do Marxismo no Brasil", vol. 1.

20. A maioria dos dirigentes do partido comunista da URSS, posta sob a liderança de Stálin foi criticada por antigos dirigentes importantes, que haviam participado da Revolução Russa de 1917 ao lado de Lenin e não concordavam com a orientação política que vinha sendo adotada. Entre esses dirigentes se destacavam Zinoviev, Kamenev, Bukhárin e, acima de tudo, Trotsky. Para eles, Stálin usava a doutrina codificada do marxismo-leninismo exposta em manuais para promover uma concentração de poderes, tanto no plano político como no teórico, e um processo de burocratização dos ideais revolucionários. A discussão no interior dos partidos comunistas era sufocada. A reflexão se empobrecia, o pensamento não se renovava. O que contava era só o cumprimento das tarefas determinadas pela direção e disciplina partidária. Esse modo de agir passou a ser designado de Stalinismo e seus seguidores se colocavam como os herdeiros legítimos de Lênin. Falavam muito em revolução, declararam-se os únicos intérpretes autorizados da verdadeira revolução, mas ao mesmo tempo se permitiam uma surpreendente flexibilidade no plano tático; davam guinadas súbitas e faziam alianças surpreendentes, pois quando decretavam que a revolução estava longe, permitiam-se agir de maneira bastante oportunista. Essas características eram criticadas em outras correntes de pensamento socialista. Mesmo entre os leninistas, houve reações diversas contra o stalinismo. Porém, foi em torno de Trotsky que se organizaram numerosos comunistas e rebeldes que consideravam o stalinismo como um desvio de direita e criaram a Oposição Internacional de Esquerda no movimento comunista, organização esta que foi brutalmente reprimida pelos stalinistas.

Os chamados trotskistas se viram numa situação angustiante. Por um lado, denunciavam a truculência de Stálin e seus seguidores, por outro, disputavam com os stalinistas a condição de legítimos herdeiros do leninismo e com isso se moviam no

terreno minado, pois eram obrigados a assumir, no plano teórico, uma certa truculência que estava implícita nas concepções e métodos do próprio Lenin[53].

No Brasil, a direção do partido comunista ficou com os stalinistas[54]. Os descontentes se articularam em torno de Mário Pedrosa, que entrara em contato com os comunistas dissidentes em Berlim e voltara ao Brasil para defender as novas idéias que adotara. Entre eles estavam pessoas com Lívio Xavier, Raquel de Queiroz, Fúlvio Abramo, Rodolfo Coutinho e Aristides Lobo. Já em 1929, os efeitos do desdobramento da Revolução Russa e da divergência entre Stálin e Trotsky se fazem sentir no movimento comunista brasileiro nascente. Os membros do grupo de Pedrosa e outros intelectuais que foram expulsos do PCB por razões disciplinares formam a Liga Bolchevique Lenin, que edita o jornal "Luta de Classes", um órgão de divulgação de suas propostas políticas e de instrumento de ataque à política do PCB. Inicialmente esse grupo atuou no Rio de Janeiro e depois da Revolução de 30, centralizou suas atividades em São Paulo, onde fundou a Liga Comunista Internacional, seção brasileira da Oposição Internacional de Esquerda[55].

Nos anos 50, duas outras revoluções irão demarcar novas cisões na esquerda brasileira. A Revolução Chinesa introduzirá inúmeros elementos na esquerda mundial, e brasileira, começando pela desqualificação da capacidade revolucionária da URSS e, conseqüentemente, da sua condição de farol da revolução mundial, abrindo espaços para

---

[53] Ver análise da concepção leninista de partido no capítulo anterior e as críticas recebidas, principalmente de Rosa Luxemburgo e Gramsci.

[54] Para uma análise mais aprofundada da influência do stalinismo na esquerda brasileira, a forma como foi apropriado e a persistência do mesmo, ver o artigo de João Quartim de Moraes Filho "A influência do leninismo de Stálin no comunismo brasileiro", in História do Marxismo no Brasil, vol. 1.

[55] A partir da orientação do Partido Comunista Soviético, cujo órgão para discutir a política dos PCs de todo mundo era a Internacional Comunista, da política de frente popular contra o fascismo, e da mudanças de posições adotadas pelo PCB, bem como da tentativa de golpe realizado pela intentona comunista, os trotskistas denunciam tais fatos como contrários ao marxismo e fundam em 36 o Partido Operário Leninista (POL) formado por Mário Pedrosa e pela parte da LCI que consegue resistir à repressão. Porém o novo partido nem chega a se constituir como tal, devido a sua fragilidade teórica, ao pequeno número de militantes, às divergências internas e à perseguição policial e desaparece em 1937.

que a China e seus dirigentes se apresentassem como novos guias, liderando então a formação de uma autêntica nova internacional comunista: o chamado movimento marxista-leninista, constituído, em sua grande maioria, por cisões no interior dos partidos comunistas que, de modo geral, acompanharam o processo de desestalinização promovido por Moscou.[56] Os elementos do maoísmo que fascinavam a esquerda brasileira eram: a ênfase no mundo rural e nos camponeses, pregando a autonomia e a valorização do movimento camponês, atribuindo-lhe um papel central nas lutas de libertação e transformação social; a preocupação com a formação da consciência como fator central de construção do socialismo e na promoção dos valores socialistas; o enfoque da questão de alianças, destacando o papel de hegemonia do proletariado [illegible] início ao fim da revolução independente de seu caráter, sendo que para Mao, hegemonia residia no cano do fuzil; o destaque à luta armada, com a teorização sobre a guerra de guerrilhas, tão em voga nos anos 60, enfocando o aspecto militar da luta e da construção da sociedade socialista[57]; e, finalmente, uma crítica ao burocratismo partidário, que paralisava o aspecto revolucionário e de transformações sociais rumo ao socialismo. Inúmeros agrupamentos irão se identificar com o maoísmo entre os quais: a ALN, o PCBR[58], a Ala Vermelha, a AP, o PRT (que contribuíram para a formação do PT, após uma autocrítica) e o PC do B.

---

[56] Segundo Daniel Aarão dos Reis Filho, o maoísmo pode ser percebido em três dimensões. A primeira se refere ao papel desempenhado por este no interior do marxismo, papel que pode ser chamado de sinização, no sentido de adaptar o marxismo às condições chinesas e de conceber uma estratégia revolucionária que, preservando os aspectos essenciais da teoria, pudesse chegar ao poder. Em segundo lugar, o maoísmo deve ser considerado como uma alternativa à crise do movimento comunista de forma de geral, representada pela denúncia dos crimes de Stálin e pela noção de coexistência pacífica, se tornando um novo modelo de revolução para as sociedades ditas orientais, e para todas as sociedades subdesenvolvidas. Finalmente, representou uma proposta singular para a construção do socialismo que, além de resolver os problemas econômicos e sociais, pudesse conduzir a uma sociedade com novos valores, procurando criar o homem novo da teoria marxista, impregnado pelos valores do socialismo.

[57] Como aponta Daniel Aarão "... o maoísmo é mais do que uma sistematização bem formulada da guerra de guerrilhas. A rigor, essa sistematização é expressão de uma concepção mais ampla, que atribui à força militar um papel decisivo, tanto para a conquista do poder como para a realização das transformações no sentido da nova sociedade" (1991:117).

[58] Estes dois tiveram uma maior influência da Revolução Cubana e cedo deixaram o maoísmo.

Outra revolução que determinará um rearranjo dos agrupamentos de esquerda no país é a Revolução Cubana, no final da década de 50. Dos elementos dela que incidirão sobre a esquerda brasileira podemos destacar: a atualização da idéia de Revolução, pois até então o modelo inatingível era a Revolução Russa; a legitimação da heterodoxia política e ideológica, seja no sentido de tática revolucionária, seja a respeito da construção do socialismo; o antiimperialismo e o anticapitalismo caracterizado pela ruptura radical e contraposição aos EUA; a estratégia de guerra de guerrilhas, baseada no campo, onde um pequeno grupo conseguiu derrotar um exército regular; o internacionalismo de sua formação ideológica e ação política, marcado pelo treinamento e apoio a movimentos guerrilheiros e à construção do socialismo nas diferentes partes do planeta, notadamente na África e América Latina; a ética da dedicação revolucionária, caracterizando a militância revolucionária identificada com a própria vida; e, finalmente, a ênfase no papel de vanguarda nos aspectos subjetivos do processo revolucionário[59]. No Brasil, os grupos que procuraram seguir o caminho cubano para a revolução foram a maioria dos que aderiram à luta armada, principalmente a AP, a POLOP, a ALN e o PCBR[60].

Além da influência destas revoluções e do desenvolvimento e cisões do movimento comunista internacional, o segundo elemento, causador da divisão da esquerda brasileira, era a crítica à estratégia revolucionária que se deveria adotar no país e à análise da sociedade brasileira e sua conjuntura, principalmente entre as décadas de 40 e 60. Neste sentido, destaca-se a desagregação e a recusa da linha política do PCB,

---

[59] Para um desenvolvimento mais detalhado destes elementos e da influência da Revolução Cubana no Brasil ver o artigo de Emir Sader "Cuba no Brasil: influências da revolução cubana na esquerda brasileira", in História do Marxismo no Brasil, ed. Paz e Terra, 1991.

[60] Talvez pela proximidade, pela similaridade das sociedades, por seu caráter mais heterodoxo e pela própria política externa cubana neste momento, tal revolução incidiu mais sobre a mentalidade e a ação política dos grupos que lutaram contra a ditadura militar. Para um retrato mais detalhado da luta armada ver Jacob Gorender, Combate nas Trevas, ed. Ática, 1987.

principalmente no pós-64, que foi considerado culpado pelos erros da esquerda no momento de ascensão das massas e ao modo como se deveria combater a Ditadura Militar, principalmente no que se refere à adoção da luta armada. Desde a sua fundação, o PCB seguiu a orientação soviética no que se refere ao comportamento e à atuação dos PCs, adotando, sem maiores reflexões, inúmeras formulações que irão custar caro à esquerda brasileira. Tais formulações acompanhavam o vai e vem da política externa soviética, e caracterizavam o Brasil como sendo um país semi-colonial, cuja primeira etapa da revolução deveria ser conduzida pela burguesia nacional, democrática-burguesa, que se constituía numa aliada do proletariado. Um exemplo fundamental desta reflexão teórica do PCB é a "Resolução Política do IV Congresso", de 1954, onde há uma tentativa de realizar uma análise mais acabada da sociedade brasileira. Esta, porém, é apenas um produto da sistematização de pontos que já apareciam na Internacional Comunista e do PCB sobre o Brasil, enfatizando os elementos de atraso brasileiro que é caracterizado como um país "semi-colonial e semi-feudal".

Refletindo o clima da guerra fria afirma-se que "as principais contradições que no momento atual, se verificam no Brasil são as que contrapõem os imperialistas norte-americanos à maioria esmagadora da nação e, simultaneamente, os restos feudais do povo brasileiro". Portanto, "a revolução brasileira em sua etapa atual" deveria estar orientada para resolução desses problemas, tendo um caráter democrático popular de cunho antiimperialista e agrário anti-feudal" (CARONE,1982:128). As principais medidas dessa revolução seriam: estabelecer o controle sobre os trustes internacionais e garantir a posse da terra para os camponeses brasileiros. As forças progressistas que, pretensamente, corresponderiam ao proletariado, ao campesinato e à maior parte da

pequena burguesia poderiam, além do mais, contar, em tese, com a simpatia de um setor da burguesia. Isto porque

> a burguesia brasileira encontra-se hoje dividida em dois grupos distintos. Um deles é formado pelos grandes capitalistas e estreitamente ligados aos latifundiários que defendem os interesses de monopolistas estrangeiros e o segundo grupo é constituído pela parte restante da burguesia brasileira, denominada pelo programa de burguesia nacional, e que reflete, principalmente, os interesses da indústria nacional" (CARONE,1982:132).

Mas a partir do suicídio de Vargas, em 1954, e do XX Congresso do PCUS, de 1956, onde se reconhecem os crimes de Stálin, o PCB vai, progressivamente, mudando de orientação, passando a valorizar a democracia e a reconhecer que a sociedade brasileira se transforma profundamente, principalmente devido à industrialização, mudança esta incompleta no que se refere à compreensão da sociedade brasileira e da estratégia revolucionária, criticada por outros grupos de esquerda que apontam o oportunismo e o abandono do ideário revolucionário, o que, de certa forma, possibilitou o Golpe de 64.

Grande parte da política do PCB pode ser sintetizada nas teses sobre a persistência de restos feudais ou semifeudais no campo e o conceito de burguesia nacional. Dois conceitos de referência para a construção do que se constituirá no projeto de revolução democrática antiimperialista e anti-feudal para o Brasil.

Estas mudanças irão se refletir num documento central para compreender o pensamento e a ação política do partido denominado de "Declaração Política"[61], de março de 1958, documento de grande importância, pois balizaria a orientação do PCB nos anos seguintes. Segundo ela, o comitê central do partido estabelecia que:

---

[61] Neste período começam a se destacar análises de intelectuais ligados ao partido, como Alberto Passos Guimarães que escreveu " Quatro Séculos de Latifúndio", e Nelson Werneck Sodré, que escreveu, entre outros, "Introdução a Revolução Brasileira", que fundamentam estas e outras teses defendidas pelo partido à época.

> as modificações na situação econômica do país, bem como da situação internacional, determinam importantes alterações na disposição das forças sociais que define o caminho para a solução dos problemas da revolução brasileira.
> Como decorrência da exploração imperialista norte-americana e da permanência do monopólio da terra, a sociedade brasileira está submetida na etapa atual de sua história a duas contradições fundamentais. A primeira é contradição entra a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura. O desenvolvimento econômico e social do Brasil torna necessária a solução dessas duas contradições fundamentais. A sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa nas várias formas de luta de classes entre operários e capitalistas, essa contradição não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo (CARONE, 1982:183).

Ao substituir o conflito de classes por aquele que opõe nação e antinação, o mesmo documento desenhava um amplo arco de alianças para combater o imperialismo e o latifúndio, feudal ou semifeudal, e prosseguia dizendo que

> estas forças incluem o proletariado, lutador mais conseqüente pelos interesses gerais da nação; os camponeses, interessados em liquidar uma estrutura retrógrada que se apóia na exploração imperialista; a pequena burguesia urbana, que não pode expandir suas atividades em virtude dos fatores de atraso do país; a pequena burguesia, interessada no desenvolvimento independente e progressista da indústria nacional; os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo, derivadas da disputa em torno dos preços dos produtos de exportação, da concorrência do mercado internacional ou da ação extorsiva de firmas norte-americanas e de seus agentes no mercado interno..."(CARONE, 1982:185),

e continuava, concluindo que a tática a ser adotada deveria considerar que: "embora explorado pela burguesia, é do interesse do proletariado aliar-se a ela, uma vez que sofre mais do atraso do país, da exploração imperialista que do desenvolvimento capitalista"(CARONE,1982:187). Tudo isso servindo como fundamento para a adoção da tese da "frente única por um governo nacionalista e democrático"

Reconhece, além do mais, um desenvolvimento capitalista nacional entre os quais se destaca: o estabelecimento de um importante parque industrial, o desenvolvimento de um capitalismo de Estado no setor da indústria pesada, a ocorrência de transformações até mesmo na agricultura no sentido de desenvolvimento capitalista e a ampliação do mercado interno. Essas mudanças trariam transformações sócio-econômicas para política, e o Estado brasileiro não mais representaria apenas "os

interesses dos latifundiários e dos setores capitalistas ligados ao imperialismo, mas também da burguesia interessada no desenvolvimento da economia nacional". O que faria com que surgissem "contradições e tipos diversos de compromisso de classes no seio do próprio estado". De um lado estariam unidos no movimento nacionalista "a classe operária, os camponeses e a pequena burguesia urbana, a burguesia e os setores latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano" e, de outro lado, se encontrariam o imperialismo e seus tradicionais aliados. Desta forma, está claro que a opção política a ser adotada seria a formação de alianças com os setores que desenvolveriam as forças produtivas, conduzindo o capitalismo brasileiro a uma transformação econômica e política representada na forma da revolução democrática-popular. Esta formulação, e suas conseqüências políticas, que se mantiveram mesmo após o golpe de 64, será apontada como principal responsável do fracasso da esquerda[62]. Inúmeros grupos irão apontar que tal política foi a principal responsável pela fragilidade da esquerda, questionando as posições do partido, mesmo após o golpe, e irão assumir que a única forma de transformar as estruturas da sociedade brasileira será o caminho revolucionário, aderindo à luta armada.[63] Com a percepção da derrota desta tática e dos caminhos que se abriam, com o surgimento de novos movimentos de massa e o processo de democratização (mesmo que lenta, segura e gradual), inúmeros destes grupos irão desenvolver a idéia de se constituir um partido político, e se engajar, em

[62] Além dos grupos que irão aderir à luta armada, dos trotskistas e outros agrupamentos com ligações internacionais, alguns intelectuais irão criticar tal formulação como Caio Prado Jr que, em 1966, escreve a Revolução Brasileira.

[63] Já em 1961 surge a POLOP(organização revolucionária marxista política operária) a partir de alguns militantes que saíram do PCB, de setores radicalizados do PCBR e de marxistas independentes, A princípio não teve muita influência do movimento de massas e se caracterizava pela crítica à política reformista que dominava o PCB e o governo Jango. Segundo Ozaí, trata-se da primeira organização, depois os trotskistas que apresenta uma concepção de revolução brasileira que contesta a concepção stalinista e por etapas propondo um programa socialista para o Brasil. Além disso, é também reflexo de uma dissidência em nível internacional da fração comandada por Thalheimier, que rompera com Stálin sem unir-se a Trotsky.

maior ou menor grau, na construção do PT. A seguir, analisaremos quais eram estes grupos, o que pensavam e como se integraram a este processo.[64]

A esquerda pró-petista no início do PT[65]

A Ação Popular (AP)

Segundo depoimento de um de seus dirigentes, Jorge Almeida[66], a Ação Popular surgiu no início da década de 60, originária das ações juvenis da igreja católica, principalmente a JEC e a JUC, tendo nesta época um rápido desenvolvimento notadamente nos meios universitário e estudantil. Em seguida, estabeleceu relações importantes com outros setores e movimentos sociais. Tinha uma política radicalizada de luta por reformas sociais e políticas, mas nesse instante não se assumia como marxista, nem tinha uma estratégia global definida. Um de seus principais fundadores foi Herbert de Souza, o Betinho[67].

Após o golpe de 64, passou à clandestinidade, desenvolveu maior discussão sobre marxismo, a realidade nacional e a estratégia para se alcançar o socialismo, ampliando os contatos com a esquerda nacional e internacional, tendo uma visão muito crítica da política interna e externa da União Soviética, evoluindo para uma visão revolucionária, fazendo a opção por estudar prioritariamente as experiências chinesa e cubana e fazendo deslocamento de quadros para diversos países no sentido de estudar estas e outras experiências. Havia uma crítica bastante contundente das experiências do

---

[64] Vale salientar que este processo também nos ajuda a compreender o surgimento do PT e o apoio que este recebeu dos agrupamentos de esquerda, bem como a posição contrária e as críticas do PCB à formação do PT.

[65] Nesta parte procuraremos compreender quais eram as principais tendências e o que pensavam sobre o processo de construção do partido. Não abordaremos o desenvolvimento posterior, os conflitos e rupturas que aconteceram no seio do partido, o que foi analisado por Antonio Ozaí da Silva em "As tendências entre os anos 80 e 90" , tese de mestrado na PUC-SP, 1998.

[66] É médico, foi dirigente da corrente Força Socialista e membro da direção nacional do PT durante vários anos.

[67] Além de Betinho, outros líderes da AP irão se destacar no cenário político brasileiro como José Serra, Paulo Renato e Sérgio Motta que serão ministros de Estado no governo FHC, demonstrando a força deste grupo.

Leste Europeu e do socialismo burocrático, que então já era visto como um projeto que não colocava uma proposta revolucionária internacional. De início, havia uma simpatia por Cuba, mas acaba prevalecendo uma linha de maior identidade com o PC chinês, a partir de 68, e a organização passa a se chamar a Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil. Nessa época, entretanto, ocorre uma dissidência que funda o Partido Revolucionário dos Trabalhadores que tinha maior aproximação com Cuba e defendia o caráter socialista da revolução. Porém, a grande maioria da organização fica com a chamada linha chinesa e o maoísmo, assumindo um projeto estratégico que caracterizava a revolução brasileira como nacional, democrática e popular, o operariado como classe dirigente, mas o campesinato como força principal de uma revolução que teria ainda a burguesia nacional como aliada estratégica. Desta forma, o imperialismo e o latifúndio eram os inimigos centrais e a ditadura militar um instrumento destes. O caminho para a realização da revolução era o da guerra popular prolongada com o cerco das cidades pelo campo, o que colocou a AP numa relação privilegiada com o PC do B. Isso porém não significava unanimidade e homogeneidade, pois continuaram existindo diferenciações sobre o peso específico de cada classe na revolução, assim como sobre a questão do partido, do próprio PC do B e da construção de um partido operário. Isto provocou um novo racha, pois alguns membros acharam que o PC do B já era o partido do proletariado e não existia sentido em continuar existindo a AP. O grupo que não se juntou aos comunistas adotou uma postura cada vez mais divergente em relação ao caráter da revolução, defendendo seu caráter socialista e não nacional, que a força principal era o operariado e não o campesinato, que a burguesia nacional não era revolucionária e que o PC do B, tanto por sua estratégia como por sua concepção de partido, não era o partido do proletariado, o que significava uma crítiça ao stalinismo.

Este grupo veio a enfrentar sérios problemas, pois, por um lado ainda não tinha posições mais definidas e não se preparou organicamente para o racha, precisando de tempo para se recompor, e, por outro, sofreu um violento ataque da repressão militar, que assassinou vários de seus membros. Durante vários anos a organização se mostrou enfraquecida, não existindo uma direção centralizada, com uma política claramente definida, mas mesmo assim, tendo uma militância muito sensível aos movimentos sociais, conseguiu uma retomada de trabalhos nos movimentos estudantil, sindical e popular e, em 1978, elegeu deputados no Rio de Janeiro e São Paulo por meio da legenda do antigo MDB. Depois iniciou uma retomada do trabalho camponês. Mas foi somente no início de 79, com a realização da quarta reunião nacional ampliada, que se definiu uma linha política e se reconstruiu o primeiro comitê central desde o início dos anos 70.

No início das discussões, havia diversos grupos e tendências em seu interior, com opiniões divergentes sobre a questão do partido, do marxismo, do leninismo, da relação com outras forças, da estratégia e da tática. Neste momento, a APML tinha uma definição mais genérica sobre o caráter socialista da revolução brasileira e sobre a grande importância que tinha a questão democrática na luta e na construção do socialismo. Já colocava importância da disputa de hegemonia, da luta institucional e da necessidade de um acúmulo prolongado de forças antes de uma ruptura revolucionária. Havia, portanto, uma grande influência das idéias de Gramsci e o marxismo-leninismo era criticado em várias de suas posições, como a questão da vanguarda, da centralização, da clandestinidade, etc.

A grande resolução foi a aprovação da defesa de um partido popular, que a princípio seria mais amplo do que o PT, mas esperava-se a participação nesse de todos os que o defendiam. Isso ocorria em fevereiro de 79 e as discordâncias da maioria com

PT tinham basicamente duas vertentes: uns achavam que o PT seria uma espécie de partido trabalhista e viam a proposta com desconfiança, outros achavam que era uma proposta muito estreita que não teria condições de se viabilizar institucionalmente, cumprindo os requisitos legais e isto era fundamental. Com o surgimento do movimento Pró-PT a crise da APML se agrava.

Quando, em meados de 79, fica claro que a proposta de um partido popular era inviável, o comitê central reuniu-se para definir uma posição e por ampla maioria decidiu se incorporar ao movimento Pró-PT. Uma parte menor defendia a entrada no PMDB. Um grupo mais à esquerda passou a defender o PT como partido de classe mais claramente definido numa perspectiva socialista e revolucionária. E finalmente, havia um grupo mais ao centro que defendia o PT como um partido popular mais amplo, mais voltado para à institucionalidade.

Neste quadro, foi realizado o 2° congresso da AP, que definiu a participação na construção do PT, sem o espírito utilitarista de autoconstrução e foi formada uma coordenação nacional sem poderes de centralização, o que na prática significou o fim da organização com cada grupo ou militante aplicando a sua linha. A única exceção foi o setor da Fração Organizada que se manteve organizado até o início de 82, quando realizou um congresso fundando uma nova organização chamada Organização Comunista Democracia Proletária, que definiu o PT como partido estratégico, cabendo aos comunistas transformá-lo num partido revolucionário de massas, que era necessário possuir uma organização própria para melhor lutar por este rumo revolucionário e impedir que saíssem vitoriosas, dentro do PT, as concepções reformistas e social-democratas. Esta organização criticava um certo basismo e esquerdismo prático

existente no PT que resistia a assumir algumas bandeiras democráticas e dar a importância devida à institucionalidade, além de defender alianças mais flexíveis.[68]

Em Curitiba, a contribuição da AP foi importante. Várias lideranças, que efetivamente coordenaram o processo de formação do partido, eram ligadas ou tinham sido membros da AP, o que tornava suas idéias a referência principal. Entre estas lideranças, havia um grupo organicamente ligado ao agrupamento, como Cláudio e Carmem Ribeiro, e outro grupo constituído por ex-militantes da organização, como o caso de Edésio Passos e Zélia Passos.

Antes mesmo de se iniciar o movimento pró-PT na cidade, estes e outros militantes de outros agrupamentos, realizavam debates e palestras para compreender a conjuntura do país à época, analisar o processo de abertura e compreender a emergência do novo sindicalismo e dos movimentos sociais. Entre os debatedores, que vinham de outros estados, se destacou a presença de Duarte Pereira, membro da Revista Realidade e dos jornais Opinião e Movimento, e que era uma das lideranças nacionais da organização. Além das palestras, Duarte Pereira se tornou ponto de referência e contato, para alguns militantes, do processo de formação do PT nacional.

Para as lideranças que entrevistamos, a AP contribui teoricamente para enriquecer o debate sobre o papel do PT e sobre a construção do socialismo no Brasil. Podemos perceber que, estes membros da AP, possuíam, como já apontamos, uma visão de socialismo que procurava conjugar alguns aspectos do maoísmo com o pensamento gramsciano. Do primeiro, retomavam principalmente a idéia de política de base, do trabalho junto aos setores marginalizados, e adaptavam a idéia de guerra popular prolongada para as lutas diárias do movimento social, enfatizando o papel das greves e mobilizações, como uma forma de construção do socialismo. De Gramsci, que pouco a

[68] A DP continuou existindo até 1986 quando se fundiu com MEP e Ala Vermelha, dando origem ao Movimento Comunista Revolucionário.

pouco se tornou a referência principal, retomam a idéia de construção do poder socialista, que passa pela luta por hegemonia, que deveria ser construído a partir de um trabalho de elaboração (cultural e política) de novas referências e de direção das lutas empreendidas (daí o apoio e assessoria às lutas de bairros e outras lutas populares e sindicais) para a ocupação e a construção de novos espaços que possibilitariam a construção do socialismo. Para eles, tratava-se de possuir uma estratégia socialista, que em grande medida era baseada na idéia de que o povo brasileiro era avesso aos enfrentamentos armados, sendo necessário, portanto, ocupar os diversos espaços possíveis para a construção da hegemonia socialista.

Entre os elementos que destacavam para a sua adesão ao PT estavam: a possibilidade de formar um partido de quadros e de massas, que rompesse com o vanguardismo e o isolamento presente na esquerda; a idéia de democracia, como elemento fundamental para a construção de um partido aberto e de uma sociedade socialista autêntica; a defesa do pluralismo, partidário e social, como forma de evitar a burocratização e o totalitarismo e como possibilidade de renovação; e, finalmente, o desenvolvimento da formação política que possibilitasse a emergência de novas lideranças, bem como a organização dos novos sujeitos políticos (os movimentos sociais e sindicais) e a construção da hegemonia socialista.

A Ação Libertadora Nacional (ALN)

A ALN foi uma organização fundada por Carlos Marighella, surgida de uma das cisões do PCB. Logo após sua expulsão do comitê central do partido, ele forma o Agrupamento Comunista de São Paulo, que se define pela luta armada e contra a idéia de construir um partido. No final de 1968, esta organização passa a se denominar ALN. Seu princípio básico era a ação, pois para eles era a ação que fazia a organização e a desenvolvia. Valorizava, neste primeiro momento, a guerrilha urbana como tarefa tática

e sua base era basicamente estudantil, em São Paulo, de onde vieram cerca de 70% de seus militantes.

Segundo Paulo Vannuchi[69], o núcleo dirigente desaparece em 74, o que fez com que diversos grupos se colocassem como herdeiros da organização. Neste período, há um processo de autocrítica que não rejeitava a luta armada, como faziam outros grupos, mas havia uma crítica ao processo concreto de luta armada na Brasil. O problema básico para o grupo era a relação, mal resolvida, entre vanguarda e massas no desenvolvimento da luta armada no país, pois alguns consideravam que "havíamos caído no erro vanguardista de ficar formulando projetos estratégicos que nascem de um pequeno grupo que, com uma proposta já estruturada, vai às ma[illegible]
(HARNECKER, 1994:145).

Devido à ligação com a Igreja, inúmeros membros do grupo vão estar ligados ou fazer parte do clero progressista, como Frei Betto, que, no final da década de 70, é deslocado para São Paulo, a fim de dar impulso ao trabalho de educação popular junto aos bairros operários, realizando vários cursos de formação política junto aos militantes de Cebs, pastorais sociais, etc. A grande ênfase era no trabalho de base e na conscientização política junto às massas. Além disso, ocorre a identificação com a Revolução Sandinista, que de certa forma resolve a questão da luta armada da seguinte forma: esta só deve ocorrer quando a sociedade, em amplos círculos, adquirir consciência de que este é o caminho e não através de um trabalho doutrinário de propaganda.

Quando se inicia a discussão sobre a formação do PT, a ALN não é uma organização estruturada, porém há uma certa identificação com o processo e a proposta

[69] Economista, foi assessor político do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Atuou junto a movimentos de educação popular sendo um dos fundadores do CEPIS (Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientae). Atualmente é membro do Instituto da Cidadania, ONG dirigida por Lula.

de construção do partido, segundo Vannuchi. Até um certo entusiasmo na construção de algo novo, onde cristãos e marxistas poderiam conviver e se unir politicamente por um objetivo comum. Para estes, desde o início o PT se constitui num partido estratégico, e não tático como para outros agrupamentos, que poderia responder aos desafios históricos colocados à sociedade brasileira. Tratava-se de não se constituir enquanto grupo ou tendência, mas de apoiar e estabelecer um canal de discussão com as lideranças partidárias do momento e com pessoas de fora da estrutura que pudessem contribuir numa experiência de diálogo e de ampliação da ação. Para Vannuchi, a grande contribuição do grupo foi a preocupação com as questões organizativas, sobre como funciona e o que é um partido de massas, para garantir a participação popular e a qualidade da mesma, de acreditar no potencial do PT enquanto um partido revolucionário e estratégico para a transformação da sociedade.

Em relação a este agrupamento, o que conseguimos perceber foi que havia lideranças que tinham contatos com ele e discutiam suas formulações, sem efetivamente pertencer a seus quadros, estando desta forma sob a órbita de influência do mesmo. Além disto, podemos apontar que, devido sua íntima ligação com os setores da igreja progressista e, consequentemente, com os movimentos sociais, muitas de suas concepções, principalmente no que se refere ao trabalho de base, à autonomia do movimento popular, à constituição de um partido de massas e à emergência de novos sujeitos políticos acabaram influenciando a construção do partido na cidade, destacadamente os militantes oriundos de CEBs e movimentos populares.

O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)

Segundo Apolônio Carvalho[70], o PCBR nasceu em abril de 68 como forma de enfrentar a luta política e a busca por alternativas de organização e de opção da

[70] Dirigente histórico do Partido Comunista Brasileiro, foi militante da Guerra Civil Espanhola e da Resistência Francesa. Foi fundador do PCBR e do PT.

esquerda, a partir da dissidência política do antigo estado da Guanabara do PCB. Na conferência de Abril existiam dois grupos políticos: uns consideravam a ida para o PC do B e outros pregavam a criação de um novo partido ligado à luta armada. Desta forma surgiu o PCBR.

As principais teses programáticas do novo agrupamento foram: o PCB não preparou o movimento operário e popular para enfrentar a violência das classes dominantes, a burguesia nacional faz parte do bloco dominante e não do campo popular, as transformações estruturais da sociedade só podem ser alcançadas através da revolução social na qual a classe operária, à frente do conjunto das forças populares, constrói um exército revolucionário que desmantela o aparelho burocrático-militar da burguesia e inicia a construção do socialismo; para dirigir essa luta é preciso um partido enraizado em locais de trabalho e moradia, que seja capaz de combinar a luta armada com as lutas de massas, que se estrutura de forma clandestina, e tenha a mais ampla democracia, que seja capaz de praticar o internacionalismo proletário sem admitir a subordinação aos partidos comunistas.

O PCBR expressava uma base social composta de operários e camponeses e setores da classe média, mas a maioria de seus militantes eram oriundos do movimento estudantil que experimentou um grande ascenso de massas em 68. Com o AI-5, de dezembro de 68, intensificaram-se as ações armadas nas cidades e nos campos como principal forma de luta política contra a ditadura. O protesto armado do PCBR durou cinco anos, de 68 a 72, quando seus militantes foram desbaratados pelo aparato militar.

Segundo Carvalho, a partir de 69, os seus dirigentes já estavam condenados à morte: Marighella é morto em novembro de 69, Mário Alves em princípio de 70, Bacuri em 70, e outros morrerão neste período ou serão obrigados a se exilar. Neste período da luta armada, alguns dirigentes tiveram a noção clara de que não havia possibilidade de

vitória, e que para isso pudesse acontecer era preciso combinar as formas de luta e ação, desde simples protestos de rua, greve, insurreição, até a luta armada em si, isto porque a grande derrota havia se dado em 64. Em sua autocrítica, o PCBR vai admitir que havia enveredado pelo caminho da vanguarda, que substituiu as massas nas tarefas de transformação da sociedade e que havia um certo desvio militarista no enfrentamento direto e permanente com o aparelho militar, que provocou a decomposição dos quadros.

Para eles, o PT se constituía no instrumento estratégico, cabendo ao PCBR aprofundar o caráter revolucionário do partido, dando-lhe condições de se converter numa das forças sociais e políticas de transformação radical da sociedade, segundo os interesses da classe operária e das outras forças populares. A orientação geral do partido era de construir instâncias petistas na linha do PT, mantendo certa autonomia. Já em 79, no documento intitulado "Conjuntura Nacional e o Movimento Pró-Construção do Partido dos Trabalhadores" o PCBR, além de apontar propostas de programa, de estratégia e tática, critica dois desvios iniciais: uma corrente doutrinária que apostava no PT enquanto organização de quadros, desfigurando a idéia de um partido de massas; e uma corrente que carregava componentes social-democratas, transformando o partido numa representação das lutas do povo e definindo o parlamento como espaço privilegiado de sua prática, ou seja, um partido sem política e sem intervenção direta na luta de classes. Por isso, o documento propunha que "o eixo principal para que o PT se viabilize como instrumento alternativo de transformação no terreno da luta pelo socialismo é a ligação com o movimento". Por outro lado, segundo seus dirigentes, o PCBR contribuiu no trabalho de formulação teórica e elaboração política, participou da organização interna das atividades de base e de massa do partido, do trabalho de montagem da estrutura que possibilitou ao PT se transformar num partido nacional,

tendo uma presença destacada na implantação do PT na região Nordeste, principalmente nos estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba, Pernambuco e Bahia.

Em Curitiba, e no Paraná, o trabalho desenvolvimento por seus militantes foi importante e a organização exerceu uma influência considerável. O PCBR possuía um número razoável de militantes que irão se engajar na construção do PT e uma ampla rede de contatos no interior do estado que possibilitará a expansão do partido. Em Curitiba, sua grande liderança foi Vitório Sorotiuk, um ex-exilado que ao retornar à cidade, em julho de 79, beneficiado pela Lei de Anistia, se integra ao grupo inicial que formará o Partido, sendo um dos membros da CDRP e do primeiro Diretório Nacional do partido.

O grupo de militantes que se reunia em torno do PCBR irá se aproximar da AP, criticando a postura do MEP, marcada pela idéia de um certo puritanismo, pois defendiam que o partido deveria ser composto exclusivamente de trabalhadores, o que deixaria de fora setores sociais, como pequenos camponeses e profissionais liberais. Tendo como objetivo estratégico a construção da sociedade socialista, seus membros, segundo as entrevistas, defendiam uma ampla política de alianças com diversos setores sociais, que possibilitasse o avanço das lutas políticas e o fortalecimento dos movimentos sociais e populares. A ligação com o movimento social era, para eles, fundamental para a construção de uma nova ordem. Desta forma, compreendiam os núcleos de base como um fator mobilizador do partido e da sociedade e uma forma de garantir a participação dos militantes de base que, ao mesmo tempo, serviria para revolucionar estes militantes, no sentido de despertar novas lideranças e de possibilitar a formação política. Também assinalam, o caráter democrático do partido, destacando o convívio e a integração de diferentes correntes políticas. Finalmente, podemos apontar que o PCBR tinha, assim como a maioria do partido, uma relação ambígua com o

Parlamento, no sentido de achar necessário a participação do mesmo, mas de que esta não fosse limitada à legalidade, mas servisse ao desenvolvimento de uma luta revolucionária[71].

O Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP)

O MEP é originário de uma cisão da POLOP. Foi fundado em janeiro de 76, com poucos quadros.

A organização realizou uma crítica política da luta armada e organizou a resistência à ditadura na clandestinidade. Sua linha geral se baseia no caráter socialista da revolução brasileira, que não poderia se realizar com uma aliança com a burguesia nacional. Sua grande base será o movimento estudantil, onde ocorre seu maior engajamento e o recrutamento de novos militantes. A partir do governo Geisel, com a distensão lenta, gradual e segura, salta em poucos anos de uma dezena para milhares de militantes espalhados por vários estados da federação.

Além do movimento estudantil, o grupo passa a ter uma projeção muito grande no movimento de professores e foi um dos principais responsáveis pela organização de suas entidades estaduais, principalmente nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro e Paraná. Teve também destacada presença no movimento operário, participando da formação de algumas lideranças operárias e na preparação dos movimentos de massa como greves e manifestações. Entre 75 e 81, editou a revista "Brasil Socialista" que congregava diversas organizações de esquerda.

Compreendia que o principal problema das organizações de esquerda no Brasil era o seu caráter de vanguarda, e que o processo de construção de um movimento de massa socialista era uma tarefa de mais longo prazo, destacando como necessário a

[71] Na metade dos anos 80, o PCBR sofrerá um duro golpe na tentativa de assaltar, ou expropriar segundo eles, um banco no Nordeste; devido ao fracasso, muitos militantes abandonarão a organização e a direção do PT se distanciará deste agrupamento.

formação de um forte movimento operário de resistência a ditadura e a constituição de um partido político de esquerda como alternativa para a sociedade brasileira; por isso, seus militantes acharam atrativa a idéia de um partido de massas e se engajaram na construção do PT. Tal engajamento levou a um processo de dupla militância, onde os membros tinham de participar de todas as instâncias do partido e também da tendência. Com o passar do tempo, o MEP fortaleceu a visão de estratégia de longo prazo para a revolução brasileira, e considerou a construção do partido como fundamental para a classe trabalhadora. Além disso, compreendia o processo de formação do PT, como a constituição de um forte movimento de massas, que poderia suprir a falta de uma corrente marxista de pensamento da sociedade e levar a sua transformação. Por não estar ligado às organizações internacionais, compreendeu tal processo de forma mais aberta, menos dogmática e como algo fundamental para o processo histórico brasileiro, se engajando desde os primeiros momentos e contribuindo para a sua inserção no movimento sindical, popular e estudantil. Apesar de reconhecer o caráter estratégico do PT, se manterá enquanto organização, constituindo um núcleo político que procurará disputar a direção partidária e influir na definição de um projeto socialista claro para o partido.

Em Curitiba, o MEP possuía inúmeros militantes e grande parte das lideranças do partido neste momento virá de seus quadros. Entre elas podemos destacar: Ivo Pugnaloni, que será membro da CDRP e do Diretório Nacional do PT e que realizava trabalho sindical; Arlete Rosa, assistente social que trabalhava na região da CIC, também membro da CDRP; Doático Santos, principal liderança na região do Xaxim Eliane Nazareth, assistente social que trabalhava na região da CIC[72]. Todos eles

[72] Vale assinalar que, contrariando as posições extremistas do MEP neste momento, inúmeros de seus quadros acabarão deixando o PT e se integrando ao PMDB, assim que Roberto Requião assume a prefeitura da cidade. Dentre eles Arlete Rosa e Doático Santos.

realizavam trabalho nos bairros, principalmente organizando e assessorando as associações de moradores. Além destes, militantes de outras organizações serão influenciados pelas posições políticas do MEP, e mesmo sem fazer parte da organização, estarão alinhados com elas. Dentre eles, está Romeu Gomes Miranda, que realizava um trabalho entre os professores da rede estadual de ensino e pertencia à POLOP, mas devido à fragmentação e ao pequeno número de militantes desta na cidade, acabará se aliando ao MEP e, em geral, adotando suas posições.

Neste momento inicial, o MEP defendia posições consideradas extremistas, em relação à construção do PT, à questão de alianças, à legalização, à participação nas eleições e à necessidade de construção de um governo exclusivamente de trabalhadores. Para este grupo, a revolução no Brasil não precisaria passar por uma etapa democrática-burguesa, ou seria socialista ou não haveria mudanças reais na estrutura da sociedade e nem mesmo seria possível contar com o apoio da pequena burguesia, ou de setores desta, por isso enfatizavam a defesa de um partido constituído exclusivamente de trabalhadores. Para eles a direção do PT deveria ser constituída apenas por trabalhadores, para que houvesse maior identificação com as massas e para seu desenvolvimento político, cabendo aos setores intelectualizados apoiarem quando chamados. Desta forma, destacavam também que a manutenção das finanças do partido, de sua estrutura e de sua formação política deveriam ser realizadas através de contribuições e mutirões dos próprios trabalhadores, sem contar com a ajuda atrativa (e perigosa) de membros com maior poder aquisitivo. Outro elemento presente nas concepções do MEP é a ênfase num processo de formação e conscientização, para despertar, politicamente, os trabalhadores no sentido de construir uma sociedade socialista. Finalmente, o MEP tecerá duras críticas à questão da luta pela legalização do PT, principalmente no que se refere ao processo de filiação que, em alguns casos não

despertava a consciência e a participação, servindo apenas para o cumprimento dos requisitos legais e sua participação nas eleições de 82. Para eles, mais importante do que disputar essas eleições, seria continuar com o trabalho de organização do partido e desenvolver um processo de formação, a partir dos núcleos de base, que conduzisse a mais mobilizações sociais e à construção de um poder paralelo dos trabalhadores, ao estilo do sovietes, independente da "democracia burguesa", pois nesta as condições eram desiguais e o resultado já estava dado antecipadamente.

TENDÊNCIAS TROTSKISTAS e o PT

As organizações trotskistas brasileiras estão historicamente vinculadas à trajetória do movimento comunista internacional, à organização fundada por Trotsky: a IV Internacional, fundada numa conferência realizada em Paris, em 03 de setembro de 1938. Os fundadores adotaram um documento base redigido por Trotsky, que ficou conhecido como "Programa de Transição"[73]. Para Trotsky e seus seguidores, além da crítica à burocratização e ao desvirtuamento da Revolução Russa, era necessário manter o fio da revolução proletária mundial rompido pela contra-revolução stalinista. Com o passar dos anos, a IV Internacional se dividiu em diversas tendências e frações. No emaranhado de siglas que reivindicam a continuidade da IV Internacional fundada, destacam-se Ernest Mandel, Nahuel Moreno e Pierre Lambert.

Mandel morreu em 20 de julho de 1995. Dirigente da IV Internacional (Secretariado Unificado - SU) desde 1946, Mandel iniciou a militância durante a 2ª guerra mundial na resistência ao nazismo: tinha então apenas 16 anos. Sobrevivente do campo de concentração, continuou a militância na Internacional e no Partido Socialista Belga. Expulso desse partido, em 1964, por sua adesão ao trotskismo, ele fundou o Partido Socialista Operário da Bélgica. Internacionalista, chegou a ser proibido, no

início dos anos 70, de entrar na França, EUA, Suíça, Austrália e Alemanha Ocidental. Sua produção intelectual é extensa. No Brasil, suas idéias permanecem vivas na ação dos militantes da Democracia Socialista, tendência petista vinculada ao SU.

O argentino Nahuel Moreno liderou a formação da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT), uma dissidência da IV Internacional (Secretariado Unificado). Fundada em 1981, em Bogotá (Colômbia), a LIT é identificada ao morenismo. Após a morte do seu líder, em 26 de janeiro de 1987, a LIT viveu sua crise no final dos anos 80 e início da década de 90 O ápice deste processo foi a divisão da sua maior e mais importante seção: o Movimento ao Socialismo (MAS). No Brasil era representada pela CS[74].

A QI-CIR (Quarta Internacional – Centro Internacional de Reconstrução) representa a VS lambertista do trotskismo. Assim ficou conhecida devido à liderança de Pierre Lambert, dirigente histórico da Organização Comunista Internacionalista, seção francesa da QI-CIR. O lambertismo também se dividiu nos anos 80 e, em 1993, reproclamou a IV Internacional. Sua seção brasileira é a Corrente O Trabalho.

Não é nosso objetivo discutir os motivos da sua fragmentação em diversos organismos internacionais. Contudo, é inquestionável que esta realidade também influi diretamente sobre a atuação prática e as formulações teóricas dos trotskistas brasileiros Sem desconsiderar este fator, interessa-nos, sobretudo, analisar como cada organização particular se posicionou em relação à construção do PT e de que forma se engajou na mesma (OZAÍ: 1998).

---

[73] A programação partia da análise leninista do imperialismo e concluía que as reformas sociais no capitalismo não eram mais possíveis, restando como alternativa a revolução socialista, sendo que esta encontrava-se travada por uma direção burocratizada e que havia abandonado o ideal revolucionário.

[74] A CS participou ativamente da formação do PT e se estruturou enquanto tendência interna. No início dos anos 90, foi expulsa do partido com o argumento de que se constituía na verdade num partido dentro do PT, e fundou, junto com outros grupos, o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado).

A Organização Socialista Internacionalista - O Trabalho (OSI)

Segundo Markus Sokol[75], um de seus dirigentes, a OSI se formou em 1976 como resultado da fusão de vários grupos e organizações que conseguiram sobreviver à ditadura militar. Entre estes grupos estava a Organização Marxista Brasileira e o grupo comunista Primeiro de Maio. Já no mesmo ano, levanta um debate público por um partido operário, o Partido Revolucionário Independente dos Trabalhadores, enquanto outras correntes se definiam pelo apoio ao MDB. Seu jornal, "O Trabalho", começou a fazer campanha pela criação de tal partido e é a origem do nome usado atualmente por esta corrente interna. No entanto, a denominação inicial, que tinha um caráter pejorativo, do grupo era LIBELU (Liberdade e Luta), originado de uma chapa estudantil da organização que concorreu às eleições ao DCE da USP.

Boicotou a Arena e o MDB nas eleições de 78, propondo o voto nulo e, quando o grupo de sindicalistas lançou a proposta de criação do PT, este grupo criticou a proposta por achá-la pouco revolucionária, como demonstrou o Congresso de Lins, onde esta tendência propunha um partido mais radical e acreditava que a idéia proposta mostrava que o partido não era suficientemente delimitado, e não tinha suficiente clareza política para ser apoiado, afirmando que "surgido no interior do sindicato corporativista, aglutinando velhos pelegos e pelegos novos, o PT vem mostrando a cada greve o seu verdadeiro papel de manter a estrutura sindical corporativista. Quebrar o movimento grevista (...) é uma articulação burguesa que joga ao lado do PCB, um papel de apoio à ditadura..." (OZAI, 1987:180).

No início dos anos 80, a tendência mudou de posição, com uma resolução tomada em fevereiro deste ano, em que afirma que

---

[75] Economista, foi dirigente do Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Sul.

> o PT é uma resposta ao movimento do operariado no sentido de sua organização independente. É uma resposta que atende aos interesses de auto-preservação da pelegada "autêntica" bem entendido. Porém para os trabalhadores o mais importante não é conhecer as intenções ocultas dos pelegos; o importante é que o PMDB é inaceitável como partido, como também é inaceitável a limitação de suas lutas no plano sindical (OZAI, 1987:5),

afirmando ainda que "o PT apesar de nascer como uma articulação de agentes da burguesia no movimento operário, não evolui como pilar da ditadura, pois a força motriz de sua articulação é a luta dos trabalhadores e não os partidos burgueses nem a ditadura militar"(OZAI,1987:7) e aderiu ao Movimento Pró-PT, mas sem romper totalmente com suas posições iniciais[76]. A partir disso, a corrente passa a reivindicar que o compromisso do PT fosse de luta pelo socialismo. Não acreditava, portanto, em ser este apenas um partido tático que era um partido independente dos trabalhadores e como tal devia ser defendido. Segundo Markus Sokol, o PT representava um momento de ruptura, seja pela sua independência de classe, seja pelo seu aspecto histórico concreto de questionamento do stalinismo e da social-democracia, constituindo-se numa frente de luta pelo socialismo, que deveria ser apoiada e fortalecida.

Para a OSI, apesar destes avanços, muitas coisas precisavam ser delimitadas. O programa do partido ainda era incompleto, precisando de um desenvolvimento mais revolucionário. Para eles, tratava-se de incorporar a um partido não-marxista, mas que poderia produzir um programa marxista atualizado.

Outra característica da corrente, que contribuiu para a estruturação do partido, foi o aspecto do internacionalismo, afirmando que o PT deveria ter uma dependência do cenário internacional solidária com as lutas dos trabalhadores, tal como ela se apresentasse, e onde quer que se apresentasse e na forma em que se apresentasse. Como foi o caso da defesa do sindicato Solidariedade na Polônia contra o regime comunista.

---

[76] Para muitos dirigentes do Partido, a OSI foi a corrente que mais críticas teceu e a que mais demorou a se incorporar ao processo de formação do PT.

Segundo Markus "o surgimento do PT foi o fator de maior importância na história do movimento operário no Brasil, não é menos que isso" (HARNECKER, 1994:159), isto porque, pela primeira vez, os trabalhadores tiveram a experiência, a possibilidade de organizar um partido independente, apesar das limitações políticas, programáticas e organizativas. A corrente aderiu ao partido como uma tendência organizada e não clandestina e defendeu a idéia de que o partido deveria comportar naturalmente o direito de tendência.

Nos primeiros anos da década de 1980, a tendência O Trabalho evoluiu de uma postura intransigente em relação ao PT para a integração ao mesmo. Assim, da concepção de que o PT seria uma articulação burguesa, passou a defender a possibilidade dele se constituir no partido da IV Internacional, instrumento da revolução socialista. Simultaneamente, também passa a considerar que para atingir este objetivo é necessária uma política de estreita aproximação com a direção partidária.

Em Curitiba, a participação do Trabalho na formação do Partido só ocorrerá a partir de 1981, ou seja, dois anos depois de iniciado o processo, com a chegada de dois militantes, deslocados de outros estados: Roberto Elias Salomão, jornalista, vindo de São Paulo e Alfeo Capellani (Cafuringa), professor, vindo do Rio Grande do Sul.

Apesar de não estarem desde o início, o grupo se integra à construção do PT na cidade e seu trabalho se desenvolve em duas frentes. Em primeiro lugar, procuram participar das instâncias partidárias e acabam se integrando à CDMP e à coordenação estadual, como também, certamente devido capacidade política, o contato com a teoria revolucionária e com membros da direção nacional, acabam se tornando delegados para encontros nacionais do PT e participação em outras instâncias, tentando influenciar o partido para posições mais à esquerda.[77] Além disso, estes militantes irão procurar

[77] Ainda em 1981, Roberto Elias Salomão é eleito membro do Diretório Municipal e delegado para o Encontro Estadual.

fortalecer a tendência com um trabalho de ampliação, a partir de contatos com estudantes da UFPR e PUC, onde vão surgir novas lideranças, entre elas Ângelo Vanhoni, que serão importante para a consolidação do partido na cidade.[78]

A Convergência Socialista (CS)

Segundo Valério Arcary[79], a Convergência era um movimento político ligado à Liga Operária que em 77 tinha em torno de 100 militantes, fundamentalmente estudantes universitários. O grupo era formado por dirigentes da geração de 68 que se refugiaram no Chile, onde conheceram Mário Pedrosa e o trotskismo, e depois na Argentina, onde tomaram contato com o PST argentino de Nahuel Moreno, ligados à IV Internacional, de matriz trotskista.

O projeto da CS era baseado na idéia de que um pequeno núcleo revolucionário clandestino, ligado aos trotskistas, poderia lançar um movimento político legal, socialista amplo e aberto para, junto com outros setores da esquerda, romper com o bipartidarismo da ditadura. Tal movimento foi chamado de Convergência Socialista na Luta por um Partido Operário Socialista.

A partir de 77, a CS passa por um desenvolvimento extraordinário influenciada pelas mobilizações estudantis e sindicais, influindo na formação de sindicatos de várias categorias como os bancários, professores e metalúrgicos em todo território nacional. Sua atuação sindical se baseava na defesa da construção de sindicatos paralelos para esvaziar os sindicatos oficiais ligados a dirigentes pelegos. Em 78, desenvolve um projeto de ampliação nacional, principalmente nas cidades e nos setores mais dinâmicos

---

[78] Ângelo Vanhoni, se tornará vereador em 1988 e a partir daí terá uma sólida carreira política sendo reeleito e depois deputado por duas vezes, além de disputar a prefeitura da cidade. No entanto, no final dos anos 80, se desligará do agrupamento.

[79] É professor, foi dirigente da Convergência Socialista até 1992, quando esta foi expulsa do PT. Atualmente é dirigente do PSTU.

da luta de classes daquele momento, cuja marca registrada era o apoio incondicional às greves dos trabalhadores, fossem quem fossem as direções.

Já neste período, segundo seus dirigentes, a CS possuía sedes públicas nas grandes capitais, consolidando uma estrutura nacional. Tinha também uma formulação mais acabada sobre a necessidade e o programa de um partido operário, isso por causa de suas relações internacionais. Segundo Valério, o tema do partido operário era muito desenvolvido na tradição da IV Internacional e representava a continuidade do marxismo revolucionário do início do século, que debatera com questões como: de que forma os comunistas, os marxistas revolucionários, em determinadas circunstâncias lutam pelo partido operário, mesmo sendo minoria no partido, para ajudar a classe a conquistar a sua independência política?

Uma diferença metodológica profunda entre a CS e outras organizações de esquerda nesse período, foi a compreensão, sem hesitações, de que se deveria fundar o PT sem colocar restrições ideológicas ao movimento que faziam os sindicalistas e que poderia fazer um setor da esquerda reformista. Para eles, a construção do partido operário, repleto de contradições, era globalmente progressivo e nesse partido os revolucionários não deveriam se dissolver. Estes dois princípios vão marcar a atuação da CS na fundação do PT. Isto porque trabalhavam com a hipótese de que os dirigentes sindicais do ABC se deslocassem à esquerda, construindo um partido de classe, não necessariamente marxista revolucionário, que tivesse um programa socialista ou somente laborista, mas que desenvolvesse a consciência política dos trabalhadores e que tivesse independência de classe.

Em 79, a CS realiza um congresso, com cerca de 200 delegados nacionais, onde ocorre uma cisão com a saída de vários membros. De 2000 militantes que existiam, a CS ficou reduzida a apenas 300, com alguns se incorporando à DS, o que acabou

enfraquecendo a estrutura e organização da tendência que deixou de ser um polo de atração na esquerda e perdeu a possibilidade de ter uma maior influência nos debates sobre a construção do PT e nos rumos do partido. Mesmo assim, os principais núcleos militantes de trabalhos se mantiveram dentro da organização, como os militantes dos sindicatos dos bancários e professores do Rio e São Paulo, dos metalúrgicos do ABC, dos bancários do Rio Grande do Sul e metalúrgicos de Minas (HARNECKER: 1994).

Em relação ao PT, a CS compreendia que se tratava de um fenômeno globalmente positivo, marcando o avanço no nível de organização da classe trabalhadora e que a vocação do partido era de se constituir como um partido de influência de massa. Tratava-se de um instrumento para a organização mais ampla da classe trabalhadora. Considerava que a luta dos revolucionários dentro do PT seria difícil, e por isso não quiseram se dissolver enquanto organização. Diferentemente de outras correntes de esquerda que se integraram ao PT, a CS fez duas opções: não se dissolver enquanto organização e definir como espaço prioritário para a militância o movimento sindical. Isso porque acreditava que a única possibilidade de lutar por uma organização revolucionaria era fazer com que os quadros tivessem experiência de viver a realidade da luta operária, o que gerava inúmeras tensões devido à necessidade de uma sólida militância no sindicato, no partido e na organização.

Em Curitiba, o número de militantes da organização era pequeno, o que contribui para compreender que sua influência e participação no PT da cidade foi reduzida. Assim como O Trabalho, seu papel será mais importante a partir da vinda de militantes de outros estados, que chegarão na cidade a partir da segunda metade da década de 80, num período que não é objeto de análise deste trabalho.

A Democracia Socialista (DS)

Segundo Carlos Árabe[80], dirigente da organização, a DS só se constitui enquanto tendência, propriamente dita, em dezembro de 79. Foi formada a partir de um grupo de Minas e Rio Grande do Sul, que pertenciam à tendência socialista do MDB, junto com alguns quadros do POR (Partido Operário Comunista), cuja base de ação era em São Paulo. Além disso, um grupo originário da OSI, chamado CLTB e outro da CS, chamado Furpe, acabaram se incorporando no início de 81.

A DS teve grande influência no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, onde havia maior número de militantes e também uma inserção maior na sociedade, tanto que no Rio Grande do Sul tinha, inclusive, um deputado estadual.

Fundou o jornal "Em Tempo", que passou a relatar e divulgar as lutas dos operários, principalmente no ABC, e que passou a discutir a necessidade de formação de um partido dos trabalhadores, produzindo análises e entrevistas com as figuras que se destacavam no movimento operário e incorporando, em seu conselho editorial, militantes de outras organizações, pois segundo Carlos Árabe "pensamos o jornal 'Em Tempo' como um instrumento que fosse organizando pessoas que tivessem uma afinidade política com o PT, com a idéia de independência de classe, de independência política e que, ao mesmo tempo, fosse um instrumento que permitisse a aproximação de grupos marxistas" (HARNECKER, 1994:157). Isto levou a divisão do jornal em três setores: um, ligado a AP, defendia a formação de um partido popular; outro, ligado ao MR-8 defendia a continuidade no MDB; e outro, chamado de autonomista, ligado a DS, que defendia a autonomia do movimento operário e a idéia de um partido como PT, independente e estratégico.

---

[80] Economista, natural de Minas Gerais, foi diretor do jornal Em Tempo, e é dirigente da DS.

Segundo seus dirigentes, desde o início a DS aderiu à idéia de formar o PT, com críticas, mas sem restrições. Tinham a compreensão de que o PT deveria se colocar como partido socialista, que deveria ser um partido estratégico, e se incorporou como tendência com o objetivo de ter um peso suficiente para interferir nos rumos do partido. Tal posição é marcada pelos seguintes fatores: questionava a idéia de vanguarda, presente no leninismo, defendendo que a construção do PT seria o resultado de lutas sociais; a tentativa de alguns grupos de elaborar um programa pronto e acabado para o partido; recusava o argumento de alguns marxistas-revolucionários de que deveriam se colocar contra a formação do partido por falta de consciência marxista, pois isto seria ir contra o processo de transformação social, assim como pedir uma adesão e formulação acabadas do que seria o socialismo petista; e, finalmente, acreditava que o PT se constituía num fato novo e importante e que, do ponto de vista estratégico, era a construção mais avançada das lutas sociais do momento.

A DS vê o PT como um partido estratégico, e a constituição de uma articulação com outros grupos faz parte da perspectiva de construção de um PT que não seja apenas "um partido operário independente de massas, mas também de militância e intervenção, como um partido de combate" (OZAI, 1987:193), o que passa pela constituição de "uma nova hegemonia, de uma nova direção, que seja fruto de um amplo reagrupamento em seu interior, unificando todos os setores que defendem a independência de classe dos trabalhadores" (OZAI, 1987:193). Isto como parte de sua estratégia de procurar a fusão dos marxistas revolucionários com o setor mais amplo possível da vanguarda classista, trabalhando por um papel e um peso maior da esquerda no partido.[81]

[81] Em meados de 81, a DS realiza o Congresso de Unificação com a Organização Revolucionária dos Trabalhadores (composta por militantes oriundos da Liga Operária e da Convergência Socialista) e passar a se chamar Organização Revolucionária Marxista- Democracia Socialista (ORM-DS), e no ano seguinte ganha também a adesão de militantes da OSI.

Diante disso, a DS se define como "uma corrente organizada no interior do PT, como uma organização revolucionária que se empenha na construção do PT, que tem um programa mais desenvolvido que o partido e também uma militância mais avançada que o PT" (OZAI, 1987:195), cujo papel, no interior deste, é conduzir o partido a um desenvolvimento revolucionário e socialista.

Assim como os outros grupos trotskistas, a DS não desempenhará um papel expressivo na formação do partido na cidade, primeiro porque decidiu se integrar posteriormente e segundo, e mais fundamental, seu trabalho no estado inicialmente estava restrito a algumas cidades do interior, como Londrina e Maringá, sendo que na capital somente a partir de 83, com a vinda de militantes, do interior e de outros estados, como Magda Flores, que vem do Rio Grande do Sul, esta tendência irá se fortalecer e desempenhar um papel mais ativo, mesmo como grupo minoritário.[82]

[82] Vale ressaltar que grande parte de seus militantes teve papel fundamental na constituição dos sindicatos de servidores municipais, SISMMAC e SISMUC, e também que sua influência será maior a partir de conquista de mandatos parlamentares, principalmente o de Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha), que se integrará à tendência.

Capítulo 4: O PT EM CURITIBA

O modelo originário do PT

Pelo que procuramos desenvolver ao longo deste trabalho, o PT de Curitiba, apesar de inserido na dinâmica de formação e organização do PT nacional, possui algumas características específicas que marcam a origem do partido na cidade e nos ajudam a compreender seu desenvolvimento posterior e sua inserção política no cenário partidário curitibano. Compreender o processo de formação é fundamental para a compreensão do desenvolvimento posterior do partido, a partir dos dilemas e oportunidades oferecidas pela política concreta.

Este trabalho considera que o modelo originário de um partido determina, em grande medida, o modo pelo qual ele soluciona os impasses e reage às novas situações que lhe são propostas. Desta forma, a sua gênese nos ajuda a compreender e pode explicar como um partido se desenvolve e trabalha as modificações surgidas no ambiente em que atua. Já Duverger, em seu clássico, assinalava que

> ... é o conjunto da vida do partido que traz a marca do seu nascimento, e a atitude em relação aos eleitos não passa de uma manifestação particular da importância geral proporcionada às atividades eleitorais e parlamentares no tocante aos outros. Os partidos criados de fora manifestam a seu respeito um apego muito maior que os nutridos no serralho e nascidos a sua sombra. (...) Para os primeiros, ao contrário, a luta eleitoral e parlamentar permanece muito importante, mas ela não é senão um dos elementos da ação geral do partido, um dos meios que ele emprega, dentre outros, para realizar seus fins políticos (DUVERGER, 1980:33).

Desta forma, a dicotomia entre partidos de criação externa e partidos de parlamento nos permite compreender o grau de adesão à política institucional e até mesmo os mecanismos de funcionamento interno para a realização dos fins políticos do partido.

Além de Duverger, Panebianco apontava que:

> Um partido, como qualquer outra organização, é uma estrutura em movimento, que sofre evoluções, que se modifica no tempo e que reage às modificações externas, à mudança do ambiente no qual está inscrido e opera. É possível sustentar que os fatores que incidem majoritariamente sobre o arcabouço organizativo dos partidos, que lhe explicam a fisionomia e o funcionamento, são a história organizativa do partido (o seu passado) e as relações que o partido, de em vez quando, estabeleceu com seu mutável ambiente externo (...). As características organizativas de qualquer partido, além de outros fatores, dependem da sua história, de como a organização nasceu e se consolidou. As modalidades de formação de um partido, os traços fundantes da sua gênese são efetivamente capazes de exercitar um peso sobre os seus caracteres organizativos mesmo a decênios de distância. Toda a organização leva sobre si a marca de suas modalidades de formação e das decisões político-administrativas cruciais operadas pelos seus fundadores, as decisões que modelaram a organização."(PANEBIANCO, 1988:103-104).

No caso brasileiro, o trabalho clássico de Maria do Carmo Campello de Souza (1976) que analisa o sistema partidário brasileiro pós-45 considera as condições do nascimento dos partidos políticos, para melhor compreender o seu desenvolvimento e os impasses que surgem no período. Da mesma forma, compreendemos que o modelo originário do PT curitibano, mesmo inserido nos moldes do PT nacional, nos fornece importantes elementos para a compreensão do desenvolvimento posterior do partido na cidade. Mas então, qual o modelo originário do PT em Curitiba?

Um partido da classe média intelectualizada

O aspecto de fundamental importância como apontamos ao longo deste trabalho é que o partido foi basicamente formado e hegemonizado pela classe média intelectualizada, que começou e coordenou toda a discussão a respeito da implantação do partido na cidade.

Tal hegemonia pode ser visualizada no seguinte quadro com as principais lideranças do período:

NOME	PROFISSÃO	AGRUPAMENTO
EDÉSIO PASSOS	ADVOGADO	INDEPENDENTE (ex-AP)
ZÉLIA PASSOS	SOCIÓLOGA	INDEPENDENTE (ex-AP)
GILBERTO CARVALHO	FILÓSOFO	ALN (?)
IVO PUGNALONI	ESTUDANTE	MEP

ARLETE RAMOS	ASSISTENTE SOCIAL	MEP
DOÁTICO SANTOS	ASSISTENTE SOCIAL	MEP
ELIANE NAZARETH	ASSISTENTE SOCIAL	MEP
ROMEU G. MIRANDA	PROFESSOR	MEP (POLOP)
VITÓRIO SOROTIUK	ADVOGADO	PCBR
MAURO GOULART	MÉDICO	PCBR
MANOEL I. SANTANA	Ex-SINDICALISTA	INDEPENDENTE
FLORISVALDO FIER	MÉDICO	INDEPENDENTE (DS)
JAIRO GRAMINHO	TRABALHADOR	INDEPENDENTE
CLAUDIO RIBEIRO	ADVOGADO	AP
CARMEM RIBEIRO	SOCIÓLOGA	AP
ROBERTO SALOMÃO	JORNALISTA	O TRABALHO

Isto significa que, este grupo exerceu o papel de liderança e coordenação, e que os demais segmentos apontados (movimentos sociais e sindicalistas nascentes) exerceram uma influência relativa. Nesse sentido, o PT curitibano adquiriu um perfil de classe média intelectualizada, diferente do PT nacional, por exemplo, onde a hegemonia dos sindicalistas é claramente visualizada, tanto em termos de concepções como na composição de sua direção nacional. Isto ocorreu porque, em primeiro lugar, aqui não havia lideranças sindicais de grande expressão e reconhecimento, bem como inexistiam movimentos populares com grande destaque e peso suficiente para interferir nos rumos iniciais do partido. Além disso, os contatos e os recursos necessários (material e politicamente) estavam concentrados nas mãos desta classe média.

Esta classe média intelectualizada foi o grupo fundamental para a origem e a consolidação do partido na cidade. Vale destacar, no entanto, que o posicionamento e a inserção política desta acontece de formas variadas. Um grupo, obviamente, estava ligado aos agrupamentos de esquerda (destacadamente o MEP, a AP e o PCBR inicialmente, e com o tempo, e em menor medida, O TRABALHO e a CS); outros se integram como socialistas independentes, que apesar de possuírem um passado ligado às diversas organizações de esquerda que combateram a ditadura militar, no período que

analisamos já não faziam parte destes agrupamentos, integrando-se ao PT de forma individualizada.

As conseqüências desta hegemonia são razoavelmente claras. O partido teve dificuldades para se inserir nas várias regiões da cidade, tendo conseguido construir uma base efetiva, apenas nos locais onde havia algum trabalho organizacional ou em segmentos com trabalho sindical, desenvolvido por estes elementos. Além disso, a inserção ocorreu em áreas onde havia um processo de conscientização desenvolvido pela Igreja Católica, como nas Cebs e nas pastorais sociais, conduzido por lideranças que aderiram ao processo de formação do partido. Outro aspecto importante foi que os encontros e as discussões partidárias, neste momento, eram limitados por dois elementos: os velhos vícios e chavões da esquerda, que permaneciam em lideranças ligadas aos agrupamentos; e a dificuldade de compreensão dos debates por parte de trabalhadores mais simples e que não tiveram acesso à educação formal ou não foram introduzidos nos conceitos do marxismo. Finalmente, tal configuração levou ao desenvolvimento de tensões, que permanecerão no desenvolvimento do partido, a partir das diferentes concepções políticas trazidas por estas lideranças. A principal delas se refere à adesão ou não à ordem institucional, à participação ou não em processos eleitorais, o desenvolvimento ou não de uma estratégia revolucionária, que irá diferenciar os diversos grupos do partido. Pelo que analisamos, podemos perceber que para os intelectuais independentes ou sob influência de correntes moderadas, como a AP, a adesão à institucionalidade e a participação em eleições era algo definido, seja como forma de transmitir a mensagem do partido e consolidá-lo, seja como forma de iniciar uma carreira política que individualmente almejavam. Para as correntes mais radicais (MEP e os trotskistas) a participação em eleições, com regras e condições tão desfavoráveis, teria o efeito contrário ao pretendido, divulgação e consolidação do

partido, e poderia abrir espaços para uma domesticação da mensagem revolucionária do PT. Por isso criticavam a participação incondicional nas eleições.

Vale destacar também que, apesar de formado por segmentos médios, o partido não conseguiu se inserir devidamente entre os intelectuais da cidade, pois estes viram a proposta com desconfiança. Em geral tinham um perfil mais conservador ou estavam ligados ao MDB que estava se afirmando como a força política hegemônica no Paraná. O caso mais conhecido é o do professor universitário Claus Germer, que se manterá no PMDB, sendo inclusive secretário de agricultura do governo Richa e depois de romper com a política do mesmo irá se integrar aos quadros do PT, tornando-se seu presidente estadual, no final da década de 80, e membro de correntes consideradas radicais.

Isto vai de encontro às conclusões de Leôncio Martins Rodrigues (1989) que, em um estudo sobre a origem e a natureza de classe do PT, aponta que, apesar do partido possuir em suas diversas instâncias um número maior de operários, sindicalistas e membros de camadas populares, demonstra que este é fruto da classe média, ou de um setor desta classe. Isto porque a adesão de intelectuais ao partido, mesmo que a maioria dos intelectuais nacionalmente conhecidos tenha permanecido no PMDB e depois no PSDB, se deu a partir da incorporação de intelectuais de renome, que ocupavam "posições dominantes nas principais universidades brasileiras, nos meios de comunicação de massa mais importantes, no meio artístico, etc..." (RODRIGUES, 1989:16). Desta forma, mesmo que numericamente inferiores e sendo que por si mesmos não teriam condições de viabilizar um partido político, sua adesão ao PT do ponto de vista qualitativo, foi fundamental e alguns chegaram a ocupar posições estratégicas. Para citar, os casos mais ilustrativos basta lembrar o nome de Francisco Weffort, que por muitos anos foi secretário-geral do partido, de Marco Aurélio Garcia, de Marilena Chauí, entre outros. Além disso, um grande número de sindicalistas tinha

formação universitária (como em Curitiba) e um nível de vida diferente dos trabalhadores assalariados em geral, seja porque eram membros de sindicatos da classe média (professores, bancários,...), seja porque eram dirigentes de setores de ponta da indústria nacional (metalúrgicos, petroleiros,...). Também, analisando os membros da Executiva Nacional do partido e os candidatos (de São Paulo) aos cargos proporcionais das eleições de 1986, Leôncio demonstra que as profissões declaradas da grande maioria dos candidatos eram profissões típicas da classe média (professores- em sua maioria -, metalúrgicos, médicos, bancários, jornalistas, economistas, comerciantes, assistentes sociais,...). Por isso, o autor conclui que o PT é "um partido de classe média assalariada, notadamente de profissionais liberais e outras profissões intelectuais, sendo minoritária tanto a proporção de trabalhadores manuais como a de membros das classes altas, e praticamente inexistente a de proprietários (pequenos, médios ou grandes)" (RODRIGUES, 1989:25)[83]. Ao longo deste trabalho, podemos demonstrar que o partido tende à conclusão de Leôncio M. Rodrigues, porém constatamos que, no caso de Curitiba, houve a participação e a incorporação de um número maior de profissionais de categorias mais populares (construção civil, por exemplo) e de segmentos populares, dos quais trataremos adiante. Mesmo sem realizar um estudo quantitativo dos candidatos nas eleições de 1982 e 1986, constatamos que havia um número grande de trabalhadores e de lideranças das camadas populares, porém os cargos mais importantes e as condições da campanha (financiamento, propaganda, programa.) eram, sem dúvida, favoráveis às lideranças de classe média.

A participação dos movimentos sociais

[83] Uma conclusão importante do trabalho citado é que o PT tende a ser mais popular nas cidades menores, onde se destacam os pequenos agricultores e outros grupos sociais marginalizados (RODRIGUES, 1989:23).

Ainda que sob hegemonia dos intelectuais, participaram da formação do PT os Movimentos Populares, constituídos por uma variedade de lutas que começavam a se destacar no cenário da cidade, principalmente aquelas ligadas à questão da moradia. Estes movimentos, que se integraram ao partido, possuíam duas vertentes: uma formada por aqueles que eram assessorados por pessoas ligadas aos agrupamentos políticos e possuíam, portanto, uma autonomia limitada, já que muitas vezes serviam aos interesses e às disputas políticas dessas organizações; e outra, ligada à Igreja Católica, principalmente às Comunidades Eclesiais de Base, à Comissão de Direitos Humanos e às nascentes Pastorais Sociais que possuiam uma ideologia e uma prática mais elaborada.

A participação destes movimentos ocorreu de forma diferenciada. Para os primeiros, já ligados aos agrupamentos políticos, a adesão à formação do partido na cidade foi algo natural, já que este viria para representar os interesses dos trabalhadores. Deste grupo saiu o primeiro presidente do Partido, municipal e estadual, Manoel Izaías Santana, que era um sindicalista cassado pelo regime militar e realizava um trabalho em associações de bairros, assessoradas pelo escritório de Edésio Passos. Eram mais pragmáticos, procurando aproveitar as brechas e oportunidades do poder público. Porém, como estavam umbilicalmente ligados aos interesses políticos de seus assessores ou de políticos de destaque, ocorreram inúmeras baixas e críticas de manipulação de suas mobilizações e organizações.

Já os movimentos ligados à Igreja Católica, de início, e diferentemente de outras regiões do país, reagiram com uma certa desconfiança, aderindo gradativamente à idéia de formação do PT (aos poucos irão se tornar o celeiro de novas lideranças). Enquanto que em outras regiões (São Paulo, Acre, Rondônia,...) havia uma adesão quase natural e massiva ao PT, aqui foi necessário realizar um trabalho mais lento e delicado por parte

de lideranças que desempenhavam um trabalho nos setores da Igreja para a conquista de simpatizantes e filiados. Isto pode ser explicado por duas razões: primeiro, devido à cultura política dos setores progressistas da Igreja Católica, havia o temor de o PT ser um partido como os demais, que iria reforçar a política clientelista e assistencialista dos políticos tradicionais, sem a efetiva participação do "povo" desde sempre excluído da política brasileira; em seguida, havia também o temor, em alguns segmentos, de que o PT poderia ser um partido de comunistas, que vinham para dirigir as massas de acordo com seus interesses, para implantar um regime comunista de força, como no Leste Europeu e não para organizar e possibilitar ao povo participar efetivamente da política. Mesmo com estas dúvidas, a maioria acaba se integrando ao partido, o que foi fundamental para a sua expansão.

Neste sentido, vale destacar que esta é uma das grandes novidades do PT. Pela primeira vez, e de forma diversa do que ocorreu na Europa, cristãos e marxistas se uniram em torno de uma organização. Isto demonstra as profundas transformações de parte a parte. Em relação aos grupos marxistas, a teoria clássica apontava para a religião como "o ópio do povo", segundo a célebre frase de Marx, e ser ateu era uma condição necessária para militar em algumas organizações revolucionárias. Portanto, a aceitação e a convivência com segmentos da Igreja Católica progressista representaram um avanço teórico importante e um reconhecimento do trabalho desempenhado por setores dela na luta pelos direitos humanos durante a Ditadura Militar (no caso do Paraná, da Comissão Pontifícia Justiça e Paz - Paraná) e de organização e mobilização de diversos setores da sociedade na luta por direitos (moradia, creches, salário,...). Para os cristãos, o encontro com o marxismo passa pela Teologia da Libertação, que surgiu nos anos 60 e ganhou fôlego até meados dos anos 80, cuja face mais visível eram as Comunidades Eclesiais de Base e as pastorais sociais (principalmente CPT e PO), que já existiam na cidade no

período analisado, e procuravam realizar um trabalho voltado à conscientização e à participação popular, de onde nascem inúmeros movimentos e mobilizações desse período, além do apoio a inúmeras greves realizadas (conforme quadro da pág. 46). A convivência entre estes grupos, antagônicos em outros lugares, o aprendizado, a aceitação da diferença e o desenvolvimento de um trabalho conjunto, por vezes conflitivo, nos ajuda a compreender o desenvolvimento do partido na cidade, já que a grande base social do PT e o celeiro de novas lideranças, que irão dirigir instâncias estratégicas do partido na cidade (Diretório Municipal, Executiva Municipal, núcleos,...) se darão em locais onde havia um trabalho de conscientização desenvolvido por estes setores da Igreja Católica progressista[84].

As associações de moradores serão a grande base social do PT neste primeiro momento, de onde surge grande parte de seus militantes e algumas de suas lideranças na cidade. Ao observarmos a localização dos núcleos do partido, principal forma de organização e expansão do partido, percebemos claramente que estes se localizavam em lugares de atuação de alguns agrupamentos e, principalmente, em locais onde havia um trabalho de organização através das associações de moradores e de onde emergem dois grupos políticos majoritários do partido neste momento: as Associações ligadas às Cebs e que formarão o MAB e as associações ligadas ao escritório do advogado Edésio Passos, a União Geral dos Bairros. Além das Associações de Moradores, outros movimentos se constituirão na base de formação e expansão do partido como o de Transporte, de luta por creches, e outros, em menor escala.

Um dado fundamental a destacar é que estes movimentos tinham um forte peso na base, possibilitando a criação de núcleos e exercendo um papel importante nos

[84] Apesar de ser uma novidade importante, e por vezes fundamental, discordamos de Leôncio M. Rodrigues (1989) e de Jairo Marconi Nicolau, que apontam como sendo a única grande novidade do PT no cenário político-partidário brasileiro.

primeiros embates eleitorais, cujas campanhas contavam com a participação e a colaboração deles, mas não na direção partidária. Isto porque, como vimos, as lideranças partidárias provinham, basicamente, da classe média, dos assessores destes movimentos e não de seus membros efetivos, que em sua maioria não reuniam as condições teóricas e a experiência política para conduzir o partido. A ascensão destas lideranças ocorrerá ao longo dos anos 80, quando alguns, já experientes e maduros, ocuparão postos diretivos.

A inclusão destes movimentos acaba gerando inúmeras tensões, pois traziam uma nova cultura política e uma nova prática social. Levam para o partido uma lógica de autonomia e uma concepção de grupo de pressão (como funcionavam) que pretende reivindicar seus direitos, gerando uma concepção partidária calcada no aspecto reivindicativo e não, pelo menos nestes momentos iniciais, de formulador de políticas públicas, importante função de um partido.

Por outro lado, trazem valores como a solidariedade, a igualdade e um idealismo ético que vão contribuir para a construção de uma ética partidária baseada no companheirismo, na partilha e na necessidade de valorizar e incluir os marginalizados. Além disso, estes movimentos têm um caráter extra-estatismo, ou mesmo antiestatismo, pregando a construção de formas de democracia direta, procurando atuar ou criar novas estruturas, no sentido da democratização radical do Estado, como destaca Sader:

> Isto se dá na medida em que há um confronto com as autoridades, e não uma demanda clientelista. Esse confronto se produz porque os grupos comunitários, através dos quais eles se mobilizam, se identificam como mundos de fraternidade, de famílias de trabalhadores oprimidos, sedentas de justiça. Os valores da igualdade e da solidariedade que cimentam as relações desse universo comunitário são contrapostos à racionalidade impessoal que funda o mundo da injustiça, presidido pelos governantes. Não é, pois, de surpreender-se que a forma concreta de politização que emerge dessa experiência não comporte uma participação institucional nos meandros da racionalidade política estatal. (SADER, 1988:32).

Desta forma, estes grupos acabam gerando tensões no que se refere à participação na ordem institucional e, ao mesmo tempo, no que se refere à construção de um partido diferente dos já existentes, no qual a participação dos organismos de base, no que se refere às decisões fundamentais do partido, deve ser valorizada e respeitada. Daí surge a tensão, presente em momentos decisivos da vida do partido, em que a base definia algo diferente da direção partidária e a esta competia acatar. Também, a elaboração de políticas públicas que, apesar de romperem com a ótica dominante, se mostraram inviáveis e ineficazes.

Finalmente, estes movimentos são marcados por um caráter de radicalismo participativo, centrado na idéia de comunitarismo, onde

> A realidade é enunciada como dura, feia e triste correspondendo aos sinais de escravidão que pesam sobre povo. Mas nessa realidade aparecem sinais de uma renovação, de um novo tempo, dos quais as próprias comunidades são o indicador mais significativo. Os valores em cujo nome se julgam essa realidade e as ações humanas são, como já vimos: a justiça e a verdade tal como pronunciadas no evangelho (e que se opõem às injustiças e falsidades da realidade presente), a solidariedade e a capacidade de doação, a capacidade crítica e a disposição de luta. A comunidade aparece como um lugar e expressão desses valores. Nesse sentido, a incorporação dessa comunidade significa para seus membros sua inscrição numa história pública e diversa da comunidade familiar que realiza a sua caminhada de libertação (SADER, 1988:46).

Desta forma, o radicalismo participativo é compreendido como forma de libertação, onde se destacam a solidariedade e o diálogo face-a-face, o que, no entanto, paradoxalmente, muitas vezes impede o aparecimento de novas lideranças, já que aqueles que se destacavam passavam a ser olhados com desconfiança e, até mesmo, acusados de vanguardismo.

Outro elemento importante, advindo destes movimentos, é a valorização dos núcleos de base. Aqui eles se constituíram na forma prioritária de organização, e tiveram especial importância, criticando a cara intelectualizada que o partido tomava. De início, sua concentração se dá nos locais onde se realizavam trabalhos organizativos ou havia movimentos sociais de expressão ou ligados aos agrupamentos políticos,

basicamente em algumas categorias profissionais (metalúrgicos, universidade, professores, profissionais liberais) e em determinadas regiões (Xaxim, CIC, Água Verde, Pinheirinho, Vila Formosa,...). Embora ligados aos agrupamentos e movimentos, com o passar do tempo se estruturam de forma cada vez mais sólida e, devido à cultura basista do partido, começam a possuir maior peso nas discussões e decisões internas.

A partir do início dos anos 80, tal autonomia e influência dos núcleos se tornam mais visíveis com a criação de um organismo paralelo às estruturas partidárias chamado Internúcleos, que funcionará até o início dos anos 90. Tal órgão, mesmo que informalmente, será fundamental no trabalho de articulação dos núcleos existentes, na expansão do partido através da criação de novos núcleos, e na intervenção nos debates e decisões partidárias, possibilitando uma efetiva participação de setores não intelectualizados, que, às vezes, eram postos à margem de algumas decisões. Como congregavam um grande número de pessoas, a base, ligada aos núcleos, pôde interferir em algumas decisões.

O partido visto por dentro

O partido, neste momento, encontrava-se dividido, basicamente, entre dois grupos. De um lado, estavam as correntes que poderíamos chamar de extremistas, que adotavam posturas do marxismo-leninismo ou do trotskismo de maneira mais acentuada, enfatizando o caráter revolucionário do PT e seu objetivo socialista, como era o caso do MEP, do PCBR, do Trabalho, e, posteriormente, da DS e CS. Para os membros destes agrupamentos, que em geral exerciam uma dupla militância na organização e no partido, tratava-se de aprofundar o caráter socialista do programa e da organização do partido. Neste sentido, a participação institucional, principalmente em eleições, só era aceitável na medida em que possibilitava uma crítica à ordem vigente e um desmascaramento da realidade. Apesar de sua base limitada, do pequeno número de seus integrantes, conseguiram implementar algumas de suas propostas, pois estes eram

preparados teoricamente, disciplinados e alguns reconhecidos por sua militância ou pelo conhecimento dos aspectos legais, fundamentais para a consolidação do partido. Além disso, efetivamente estavam presentes nas atividades partidárias e contribuíram, apesar de seu número reduzido, para as campanhas de filiação e para a expansão do partido pelo estado, através dos contatos de suas organizações. Apesar das críticas, todos reconheciam no PT um partido único na história política brasileira, seja pelo seu programa e organização, que possibilitava a construção de um socialismo democrático, seja pela sua composição, a partir dos grupos já citados, e participaram ativamente no processo de formação do partido na cidade. Neste momento, apesar das divergências em termos de concepções, realmente ocorreu um trabalho conjunto, pois se tratava da construção de um espaço político fundamental para a sobrevivência de muitos destes agrupamentos, dilacerados pela repressão militar ou pelos rachas internos.

De outro lado, estavam os grupos que poderíamos chamar de moderados, compostos pelos socialistas independentes, por setores da classe média intelectualizada, pelas lideranças do movimento popular e membros da AP que, em nível, nacional era extremista, que tinham uma visão mais processual da construção do socialismo e viam no PT a possibilidade de construir um poder socialista, ocupando os espaços institucionais. Para estes, o partido se constituía no canal primordial de participação política e de intervenção no processo de transição brasileiro. Muitos compreendiam que a participação institucional do partido era fundamental para amplificar sua mensagem e, certamente, viam nas eleições, tanto uma forma de transformação gradual da sociedade, como uma forma de desenvolver uma carreira política sólida. Este grupo, que mantinha a hegemonia do partido na cidade, possibilitou a expansão e a amenização das idéias revolucionárias dos grupos extremistas e, ao mesmo tempo, uma visão processual da

construção do socialismo. Além do que, estavam mais atentos ao trabalho de base, participando na criação da maioria dos núcleos do partido.

Dois exemplos nos permitem compreender as divergências centrais. A primeira se refere ao caráter do PT, se seria um partido estratégico ou um partido tático. Para algumas das correntes extremistas (MEP, PCBR e os trotskistas), o PT seria um partido tático, que deveria cumprir um papel específico na construção do socialismo, constituindo-se, basicamente, numa frente de esquerda, na qual a atuação dos grupos deveria enfatizar o caráter socialista e aprofundar um programa e uma tática que possibilitassem a construção da sociedade almejada. Viam o partido como um espaço de atuação, por vezes limitado pela adesão à institucionalidade, ao q
inúmeras críticas e não abdicaram de suas organizações, pois imaginavam a necessidade da permanência destes organismos revolucionários para substituir o partido quando este deixasse de cumprir seu papel histórico, que era o de conscientizar e organizar o povo e acumular forças para a formação de outro partido revolucionário no futuro. Já para os moderados, o PT seria um partido estratégico, revolucionário desde o princípio, construção essencial para alcançar a sociedade almejada. Estes, em geral se integraram tranqüilamente ao processo de formação do partido e compreendiam que este seria o partido revolucionário necessário para realizar as transformações de que o país necessitava.

O outro se refere ao grau de adesão à política institucional. Compreendemos que havia uma orientação nacional em relação à necessidade de reconhecimento legal do partido, da obtenção do registro definitivo que conduziu a uma orientação mais institucional, de cumprimento das normas e da legislação eleitoral presente nesses momentos iniciais do partido, o que marcou uma integração subordinada e contribuiu, de certa forma, para a sua fraqueza e pouca inserção social. Neste sentido, em grande

parte dos documentos que conseguimos resgatar e nas entrevistas que fizemos, percebemos uma orientação mais parlamentar, com vistas à legalização e a participação no processo eleitoral, que era um dos objetivos do partido, mas não o único e nem, talvez, o objetivo principal. Isto pode ser um sinal de que na cidade, na construção do partido predominou uma visão burocratizada, institucional em um partido que se pretendia revolucionário. Daí a preocupação e todo esforço para a participação do partido nas eleições de 82 e o grande refluxo que a derrota eleitoral provocou. Neste sentido, a única voz discordante, era o MEP que procurava enfatizar o trabalho de organização, questionando a legitimidade do processo eleitoral e a participação do partido numa eleição com regras tão desfavoráveis.

Os agrupamentos organizados, tanto moderados como extremistas, contribuem para a criação de um ethos revolucionário, cujo horizonte era o estabelecimento de uma sociedade socialista, embora divergissem quantos aos meios para tal construção. Além disto, reforçam uma característica importante no partido (compartilhada com os movimentos sociais ligados à Igreja Católica) que é uma negação, de contrariedade em relação ao Estado-Burguês. O que nos ajuda a compreender os debates sobre a participação institucional do partido e sobre a intervenção deste no processo de transição.

Outro elemento que estes grupos propiciaram ao partido foi a acentuação do seu caráter ideológico. Tais grupos atuavam politicamente movidos pelo que poderíamos chamar de "ética da convicção", portanto, orientavam suas posições e suas ações menos por benefícios imediatos, sendo difíceis de serem cooptados, e mais por interesses e projetos futuros, realizando sacrifícios e uma entrega total à causa partidária, o que muitas vezes significava abrir mão de seus próprios interesses pessoais. Basta lembrar que inúmeros quadros de diversas organizações foram deslocados para Curitiba para

interferir nos rumos do partido na cidade: Roberto Elias Salomão e Alfeo Capellari (Trabalho) e Magda Flores (DS), entre outros.

A integração destes agrupamentos gerou uma série de tensões e ambigüidades na política partidária. Em sua maioria, mesmo as correntes trotskistas, eram herdeiras do pensamento leninista, cujo núcleo são as constituições de um partido de revolucionários profissionais, o que acentuava o caráter totalitário. Assim, adotavam como postura política o centralismo democrático, que por vezes representava uma obediência cega à vontade da direção, como também uma postura vanguardista, como conhecedores da teoria revolucionária, de militantes profissionais que utilizavam a idéia de "política pelas bases", não como forma de garantir maior participação e democracia, mas como tática para alcançar a direção partidária, tática geralmente bem sucedida, já que, apesar de seu caráter minoritário, conseguiram efetivamente chegar aos postos diretivos e a serem escolhidos como representantes para os encontros estaduais e nacionais do partido.

Em relação às ambigüidades, dois aspectos devem ser destacados. O primeiro se refere ao papel que desempenharam no processo de filiação, condição necessária para a legalização do partido. Estes grupos participaram ativamente do processo de filiação, que, para atender às condições impostas pela justiça eleitoral, enfatizou o aspecto quantitativo, sem um trabalho consistente de conscientização em muitos casos[85]. Por outro lado, estes grupos organizados barravam a filiação de simpatizantes, mais reconhecidos publicamente, que se mostravam não confiáveis pelo seu passado ou por suas posições políticas. O segundo, que não iremos discutir profundamente, pois não é objeto de estudo deste trabalho, se refere à concepção de democracia e socialismo que levavam para o partido. Tanto em relação à democracia como ao socialismo, podemos

perceber que concepções diferentes, por vezes conflitantes, conviveram no partido, e a protelação do debate, justificada pela idéia de que seria algo construído junto à sociedade porque o partido não aderiria aos modelos existentes, provocaram uma série de dilemas que permaneceram ao longo da história do partido: Como um partido que se pretendia revolucionário poderia lutar e atuar na legalidade aceitando seus limites? Como um partido de massas apresenta, em seu seio, tendências que tem conotações vanguardistas? Que tipo de socialismo o PT defende? Como combinar a democracia representativa com formas de democracia direta?

Podemos perceber que o partido estava dividido em dois pólos: as lideranças e a base partidária, faltando o elemento médio para cimentar esta relação e fortalecer a atuação do partido. Isto nos ajuda a compreender o lento processo de crescimento do partido na cidade, já que, como demonstrava Gramsci, um partido, como uma organização militar que disputa uma guerra (embora sem o recurso das armas), necessita de elementos intermediários, pois estes são o celeiro de novas lideranças e possibilitam a unificação da ação dos dois grupos que sozinhos estariam fadados ao fracasso. O primeiro, pelo vanguardismo e falta de base social, e o segundo, por não possuir um projeto de luta claro e eficácia política. O papel de direção partidária estava nas mãos da classe média intelectualizada, muitos ligados aos agrupamentos de esquerda, como já apontamos, que efetivamente dirigiram a implantação do partido na cidade. Por outro lado, as bases partidárias eram formadas basicamente por militantes dos movimentos populares, do frágil movimento sindical e grupos isolados da classe média

[85] Numa ata de 06/08/80, discutia-se que era necessário contatar novamente os filiados já que muitos apenas assinaram a ficha de filiação e não se integraram ao partido. Inclusive não se sabia ao certo o endereço dessas pessoas

(estudantes,...). Isto contribui para que possamos entender a fragilidade e as dificuldades iniciais para o desenvolvimento do partido, pois faltava este elemento médio que possibilitasse uma ligação entre a cúpula e a base e unificasse a atuação de ambas.

A fragilidade do PT curitibano: limites e tensões

Além das dificuldades impostas pelo processo de legalização do partido, alguns fatores explicam a fragilidade inicial do partido na cidade e a sua participação marginal no cenário político local, pelos menos nas duas primeiras décadas de sua existência.

O primeiro deles, que nos permite compreender também a hegemonia dos segmentos médios ou intelectuais, se refere à não existência de lideranças [illegible] populares reconhecidas pela sociedade local. Como vimos ao longo do trabalho, as lideranças sindicais, e mesmo a constituição de sindicatos autônomos e combativos, estava apenas em seu início. As grandes greves que agitaram o país no final dos anos 70 aqui se viram representadas por duas categorias específicas, que não tinham o apoio dos respectivos sindicatos: os metalúrgicos e a construção civil. As demais entidades sindicais (APP-Sindicato, APUFPR, Assmac - depois SISMMAC, entre outras), com um perfil de classe média, estavam apenas dando seus primeiros passos. Desta forma, não havia na cidade interlocutores, com as mesmas características, para as lideranças sindicais do restante do país (Lula, Olívio Dutra,...) que discutiam a idéia de formação do partido. Com a formação do PT, surgem dois problemas para possíveis lideranças sindicais: primeiro, a perseguição política, já que pertencer aos quadros do partido ou fazer propaganda para o mesmo representava a perda do emprego ou o fechamento das possibilidades de obtê-lo; e, segundo, começam a surgir as dificuldades, apesar da defesa da autonomia dos sindicatos pelo partido, de separação das tarefas da organização sindical e da construção do partido. Desta forma, o surgimento e o

desenvolvimento de lideranças sindicais com influência política no partido será mais exceção do que a regra na expansão do partido na cidade, apesar da ideologia defendida por este[86].

A fragilidade dos movimentos populares é outro elemento explicativo da hegemonia dos intelectuais e das dificuldades iniciais para a expansão do partido. Esta fragilidade pode ser explicada por inúmeros fatores: primeiro, devido à fragmentação, a falta de articulação entre as diversas lutas e os diversos movimentos que impedia uma real avaliação de sua força frente ao Estado, uma maior visualização de suas mobilizações e uma integração em torno de um projeto comum (político ou organizacional); segundo, a falta de uma memória histórica, que dificultava a percepção de continuidade com as lutas que se desenvolveram no Paraná nos anos 50 e 60, principalmente aquelas ligadas à terra e às lutas estudantis, e seu necessário desenlace político; terceiro, a fragilidade teórica e a falta de experiência política que dificultavam o reconhecimento dos aliados ou não e o desenvolvimento de um trabalho mais duradouro; finalmente, a política de cooptação, desenvolvida pelos governantes do turno, principalmente nas gestões do PMDB e PDT, que provocavam rachas ou impediam o desenvolvimento de lideranças autônomas que poderiam se aproximar do partido, principalmente, através da garantia de um emprego seguro na máquina governamental.

Outro elemento que nos permite compreender as dificuldades iniciais do partido é o papel e os êxitos políticos do PMDB no estado. Diferentemente de outros lugares, onde o PT disputava espaço político com outras forças menos poderosas e reconhecidas, ou então encontrava um espaço vazio na esquerda, em Curitiba tal espaço estava

[86] Neste sentido poderíamos destacar três lideranças, cujas atividades sindical e partidária possibilitaram a ascensão em suas carreiras políticas: Ângelo Vanhoni (bancários), Natálio Stica (petroleiros) e Florisvaldo Fier - Dr. Rosinha- (Servidores Municipais).

ocupado pelo MDB, mais especificamente pela sua tendência popular que, além dos agrupamentos de esquerda (PC do B, PCB, MR-8...), contava com lideranças reconhecidas e em ascensão política, como Roberto Requião, que participou das primeiras conversas para a formação do partido e desistiu da idéia por não perceber viabilidade política no mesmo. O papel desempenhado pelo partido foi tão significativo, provocando um esvaziamento na formação e desenvolvimento do PT, acentuado pelos êxitos eleitorais do partido no início dos anos 80, que serviram como pólo de atração para os setores oposicionistas da cidade. A utilização da máquina governamental e a possibilidade de desenvolvimento de um trabalho a partir da ocupação dos postos públicos, antes da emergência de divergências políticas e dos rachas a partir de meados daquela década, acabarão gerando um fenômeno único na história do PT que é a saída de lideranças importantes que desempenharam papel fundamental na construção do PT na cidade como Doático Santos, Arlete Ramos, Eliane Nazareth, todos do MEP, e mais adiante do primeiro presidente do partido, Manoel Izaías de Santana, e sua migração para os quadros do PMDB

Os grupos que integraram o PT possuem uma lógica e uma visão política diferenciada. Alguns agrupamentos de esquerda e movimentos sociais possuem uma visão da prática política marcada por uma concepção extra-institucionalista, caracterizada pela construção de um poder paralelo para atingirem seus objetivos. Tal poder poderia superar os limites institucionais e propiciar a construção de uma nova institucionalidade mais democrática.

Outros, os militantes cristãos, compreendem a política a partir de uma concepção pré-institucionalista, destacando a ética, a solidariedade, o companheirismo e um questionamento da estrutura política brasileira que inviabilizaria tais valores. Para estes,

tratava-se de criar uma nova cultura política e os objetivos finais deveriam estar inseridos nos meios utilizados para a realização de tal fim.

Finalmente, os grupos de esquerda possuíam uma visão antiinstitucionalista, de negação e superação do Estado, através da via revolucionária que possibilitaria a ascensão dos trabalhadores e a construção de uma nova ordem social. Tal superação não ocorreria apenas através da via institucional, sendo necessário, portanto, atividades revolucionárias.

Sendo assim, podemos perceber que o modelo originário do PT em Curitiba, e no restante do país, apresenta uma série de dilemas e ambigüidades que nos ajudam a compreender seu desenvolvimento posterior. Em termos de características organizativas podemos destacar a hegemonia da classe média intelectualizada e as conseqüências disto, a fragilidade dos movimentos sindicais e sociais, que dificultarão a implantação do partido na cidade, a adesão de diversos agrupamentos de esquerda, minoritários, mas que contribuirão para a emergência dos conflitos e das ambigüidades, a fraca penetração social do partido, que não conseguirá ocupar o espaço da esquerda pertencente ao PMDB e será marginal no cenário político local, e finalmente, a novidade que o partido representou, no que se refere à organização interna (baseada em núcleos), a uma democracia interna mais desenvolvida e ao forte caráter ideológico. Dentre as ambigüidades, a principal delas, se refere à concepção, e à falta de definição, do partido em relação à democracia e o socialismo, que, por vezes, gerou conflitos em termos de adesão ou não à ordem institucional, da superação do capitalismo e da construção de uma nova sociedade que, além da paralisia intelectual, trouxe conseqüências políticas que dificultaram a ascensão do partido.

BIBLIOGRAFIA

1. ABCD SOCIEDADE CULTURAL. **Lula - Entrevistas e Discursos**. São Bernardo do Campo, 1980.

2. AZEVEDO, Clóvis Bueno de. **Leninismo e Social-Democracia: uma investigação sobre o Projeto Político do Partido dos Trabalhadores.** São Paulo: Dissertação de Mestrado, FFCHL/USP, 1994.

3. AZEVEDO, Clóvis Bueno de. **A Estrela Partida ao Meio**. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

4. BARREIRA, Yrlys. **Movimentos Urbanos e Políticas: questões de teoria e prática**. Águas de São Pedro; XI ANPOCS; 1987.

5. BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

6. BETTO, Frei. **Lula: biografia política de um operário.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

7. BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

8. BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Ciência Política.** Brasília: UNB, 1982.

9. BOBBIO, Norberto. **Qual Socialismo? Discussão de uma Alternativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

10. BOSCHI, Renato Raul (org.). **Movimentos Coletivos no Brasil Urbano.** Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

11. BOSI, Alfredo. **O Trabalho dos Intelectuais Segundo Gramsci.** Debate e Crítica, São Paulo, 6, jul. 1975.

12. BRAGA, Maria do Socorro. **A Origem e a Trajetória do PT Fluminense.** São Paulo: Dissertação de Mestrado, FFCHL/USP, 1996.
13. CAMPOS, José Roberto. **O que é trotskismo.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

14. CARONE, E. **O PCB.** São Paulo: Difel, 1982.

15. CARVALHO, Apolônio. **PT: um projeto para o Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

16. CASALECCHI, José Enio. **O Partido Republicano Paulista (1889-1926).** São Paulo: Brasiliense, 1987.

17. CHACON, Vamireh. **Os Partidos Políticos no Brasil.** Brasília: UNB, 1981.

18. CHACON, Vamireh. **História dos Partidos Brasileiros.** Brasília: UNB, 1985.

19. CEFURIA. **Boletim informativo**. N. 3., Curitiba, Agosto 1994.

20. COLNAGHI, M. C. **Colonos e Poder: a luta pela terra no sudoeste do Paraná.** Curitiba: Dissertação de Mestrado, UFPR, 1984.

21. COMISSÃO PONTÍFICA JUSTIÇA E PAZ DO PARANÁ. **Cadernos Justiça e Paz, volume 1- A luta pela Terra.** Curitiba, CPJP, setembro de 1980.

22. COMISSÃO PONTÍFICA JUSTIÇA E PAZ DO PARANÁ. **Cadernos Justiça e Paz, volume 3- A educação no Paraná.** Curitiba, CPJP, janeiro de 1982.

23. COMISSÃO PONTÍFICA JUSTIÇA E PAZ DO PARANÁ. **Cadernos Justiça e Paz, volume 4- O compromisso com o povo.** Curitiba, CPJP, dezembro de 1982.

24. COMISSÃO PONTÍFICA JUSTIÇA E PAZ DO PARANÁ. **Cadernos Justiça e Paz, volume 5- Violência e organização popular.** Curitiba, CPJP, fevereiro de 1983.

25. COMISSÃO PONTÍFICA JUSTIÇA E PAZ DO PARANÁ. **Cadernos Justiça e Paz, volume 6- A luta pelos direitos humanos.** Curitiba: CPJP, janeiro de 1984.

26. COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e Política.** São Paulo: Cortez, 1992.

27. COUTINHO, Carlos Nelson. **A Dualidade de Poderes.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

28. COUTO, Claudio Gonçalves. **O Desafio de ser Governo: o PT na Prefeitura de São Paulo (1989-1992).** São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1995.

29. DANTAS JR., Altino. **Lula sem Censura.** Petrópolis: Vozes, 1981.

30. DOIMO, Ana Maria. **Os Novos Movimentos Sociais: teoria e prática.** Ciências Sociais Hoje, São Paulo, 1986.

31. DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

32. FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização Tecnológica da Agricultura.** Curitiba: Chain, 1988.

33. FLEISCHER, David. **Os Partidos Políticos no Brasil.** Brasília: UNB, 1981.

34. FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO (FPA). **PT: resoluções de encontros e congressos (1979 a 1998).** São Paulo: FPA, 1998.

35. FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO (FPA). **Trajetórias.** São Paulo: FPA, 2000.

36. FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO (FPA). **O PT e o Marxismo.** São Paulo: FPA, 1991.

37. GADOTTI, Moacir & PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT.** São Paulo: Cortez, 1989.

38. GARCIA, Marco Aurélio, "Os intelectuais e os partidos de esquerda", in SOARES, M. Susana (org.), **Os Intelectuais nos Processos Políticos da América Latina.** Porto Alegre: UFRGS, 1984.

39. GARCIA, Maysa Dias. **O MAB – Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana - e a Construção de uma Nova Prática Política.** Dissertação de Mestrado: UFSC, 1990.

40. GERMER, Claus. **O Milagre Brasileiro e o Norte Velho do Paraná: concentração fundiária e despovoamento rural.** Curitiba: Caderno Justiça e Paz, dezembro de 1982.

41. GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas.** São Paulo: Ática, 1987.

42. GOHN, M. da Glória. **Movimento Social e Luta pela Moradia.** São Paulo: Loyola, 1991.

43. GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

44. GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

45. GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

46. GRAMSCI, Antonio. **Poder, Política e Partido.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

47. HARNECKER, Marta. **O Sonho era Possível - a história do Partido dos Trabalhadores narrada por seus protagonistas.** São Paulo: Casa América Livre, 1994.

48. HOBSBAWN, Eric. **História do Marxismo (vol. 1).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

49. IPARDES. **As Migrações e a Transformação da Estrutura Produtiva e Fundiária do Paraná.** Curitiba: Ipardes, 1983.

50. IPARDES. **O Paraná (Re) Inventado.** Curitiba: Ipardes,1989.

51. JACOBI, Pedro. **Movimentos Populares Urbanos: Participação e Democratização.** Ciências Sociais Hoje, São Paulo, 2, 1983.

52. JIMÉNEZ, Alfredo R. **Los partidos políticos en las democracias latinoamericanas**. Mérida-Venezuela, Consejo de Publicaciones, 1995.

53. KECK, Margareth. **PT: a Lógica da Diferença.** São Paulo: Ática, 1991.

54. KINZO, M. D. G. Novos Partidos: o início do debate. In: LAMOUNIER, B. (org.), **O Voto de Desconfiança.** Petrópolis: Vozes, 1980.

55. KONDER, Leandro. **As Idéias Socialistas no Brasil.** São Paulo: Moderna, 1995.

56. LAMOUNIER, Bolivar & MENEGUELLO, Rachel. **Partidos políticos e Consolidação Democrática: o caso brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

57. LAMOUNIER, Bolivar. **Partidos e Utopias (o Brasil no limiar dos anos 80).** São Paulo: Loyola, 1989.

58. LAVAREDA, A. **Democracia nas Urnas: o Processo Partidário Eleitoral Brasileiro.** Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

59. LENIN, V. I. **Que Fazer?** São Paulo: HUCITEC, 1988.

60. LENIN, V. I. **O Estado e a Revolução.** São Paulo: Global, 1987.

61. LENIN, V. I. **Obras Escogidas (3 tomos).** Moscou: Progresso, 1961.

62. LIMA, Olavo Brasil de. **Os Partidos Políticos Brasileiros: a experiência federal e regional.** Rio de Janeiro: Graal, 1983.

63. LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. **Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos anos 80.** São Paulo: Loyola, 1993.

64. LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (org.). **O Sistema Partidário Brasileiro**. Rio de Janeiro, FGV, 1997.

65. LOWY, Michel. **O Marxismo na América Latina.** São Paulo: FPA, 1999.

66. MARANHÃO, Ricardo. **Os Trabalhadores e os Partidos.** São Paulo: Semente, 1981.

67. MARX, K. & ENGELS, F. **Obras Escolhidas (3 volumes).** São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

68. MAZZEO, Antonio Carlos. **Sociologia Política Marxista.** São Paulo: Cortez, 1995.

69. MENEGUELLO, Rachel. **PT- a formação de um partido (1979-1982).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

70. MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos.** Brasília: UNB, 1982.

71. NEVES, Lafaiete Santos; CARVALHO, Gilberto & OLIVEIRA, Elza de. **Contribuição ao Estudo do Movimento Operário no Paraná: as greves nas indústrias de construção civil e metalúrgica.** Curitiba: Cadernos Justiça e Paz, dezembro de 1982.

72. NEVES, Lafaiete Santos. **Movimento Popular e Transporte Coletivo em Curitiba (1970-1990).** São Paulo: Dissertação de Mestrado-PUC,1995.

73. NICOLAU, Jairo Marconi. **Multipartidarismo e Democracia**. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

74. OLIVEIRA, Luzia Helena Herrmann de. **Democratização e Institucionalização Partidária: o processo político-partidário no Paraná (1979-1990).** Londrina: UEL, 1998.

75. OZAÍ, Antonio. **História das Tendências no Brasil.** São Paulo: edição do autor, 1987.

76. OZAÍ, Antonio. **As Tendências entre os anos 80 e 90: transformações e perspectivas.** São Paulo: Dissertação de Mestrado-PUC, 1997.

77. PANEBIANCO, Angelo. **Political parties: organization and power**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

78. PEDROSA, Mario. **Sobre o PT**. São Paulo: Ched, 1980.

79. PIERUCCI, Flávio. **Democracia, Igreja e Voto: o envolvimento dos padres de paróquia de São Paulo nas eleições de 1982.** São Paulo: Tese de doutorado FFCHL/USP, 1984.

80. PONT, Raul. **Da Crítica ao Populismo à Construção do PT.** Porto Alegre: Seriema, 1985.

81. RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado e a Nacionalização do Marxismo no Brasil.** São Paulo: 34, 2000.

82. RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e Sindicatos: escritos de sociologia política.** São Paulo: Ática, 1990.

83. ROSA, Maria Arlete. **Movimento de Associações de Moradores e Amigos de Bairros de Curitiba: resgate e sua trajetória a partir da constituição – as relações sociais educativas - (1977-1983).** Curitiba: Dissertação de Mestrado-PUC, 1991.

84. SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entram em Cena.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

85. SADER, Emir (org.). **Movimentos Sociais na Transição Democrática.** São Paulo: Cortez, 1988.

86. SADER, Emir (org.). **E Agora PT: caráter e identidade.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

87. SANTOS, Mário dos & VIDAL, Antonio. **"As Esquerdas e o PT"**, in Revista da Tendência Quarto-Internaciolista, ano II, n. 4, 1982.

88. SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

89. SENADO FEDERAL. **Legislação Eleitoral e Partidária.** Brasília: secretaria de edições técnicas, 1982.

90. SILVA, Luís Inácio Lula da. **Lula: entrevistas e discursos.** Guarulhos: O Repórter de Guarulhos, 1981.

91. SOBREIRA, Alexandrina. **O Estado e as Políticas Públicas na Transição Democrática.** Campinas: Unicamp, 1989.

92. SOUZA, Izabel R. Gómez de. **O Partido dos Trabalhadores: sua gênese.** Cópia heliográfica, 1983.

93. SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e P**
(1930-1964). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

94. SOUZA, Maria Tereza Sadek. **Concentração Industrial e Estrutura Partidária: o processo eleitoral no ABC - 1966-1982.** São Paulo: Tese de doutorado FFCHL/USP, 1984.

95. WEFFORT, Francisco. **Por que Democracia?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

ANEXOS

Resultados eleitorais do Paraná - 1982

PARTIDOS	VOTOS/CADEIRAS-CÂMARA	VOTOS/CADEIRAS-ASSEMBLÉIA	VOTOS/ GOVERNADOR	VOTOS-SENADO	CADEIRAS PREFEITO
PMDB	49.7/ 58.8	48.9/ 58.7	53.5	53.5	55.5
PDS	34.2/ 41.2	34.3/ 41.3	35.2	35.4	44.5
PTB	0.9/ 0	0.9/ 0	0.9	0.9	0.0
PT	0.4/ 0	0.3/ 0	0.4	0.4	0.0
PDT	0.2/ 0	0.2/ 0	0.2	0.2	0.0
Branco/nulo	14.6	15.4	9.8	11.6	0.0
TOTAL	100	100	100	100	

(FONTE: TRE)

PRINCIPAIS LIDERANÇAS DA FORMAÇÃO DO PT-CURITIBA

NOME	PROFISSÃO	AGRUPAMENTO
EDÉSIO PASSOS	ADVOGADO	Ex-AP
ZÉLIA PASSOS	SOCIÓLOGA	Ex-AP
GILBERTO CARVALHO	FILÓSOFO	ALN (?)
IVO PUGNALONI	ESTUDANTE	MEP
ARLETE RAMOS	ASSISTENTE SOCIAL	MEP
DOÁTICO SANTOS	ASSISTENTE SOCIAL	MEP
ELIANE NAZARETH	ASSISTENTE SOCIAL	MEP
ROMEU G. MIRANDA	PROFESSOR	MEP (POLOP)
VITÓRIO SOROTIUK	ADVOGADO	PCBR
MAURO GOULART	MÉDICO	PCBR
MANUEL I. SANTANA	Ex-SINDICALISTA	INDEPENDENTE
FLORISVALDO FIER	MÉDICO	INDEPENDENTE
CLAUDIO RIBEIRO	ADVOGADO	AP
CARMEM RIBEIRO	SOCIÓLOGA	AP
ROBERTO SALOMÃO	JORNALISTA	O TRABALHO

PRINCIPAIS QUESTÕES DA ENTREVISTA

1) Qual seu nome e como você participou do processo de formação do PT em Curitiba?

2) A que grupo político ou movimento social você pertencia na época e como este grupo discutiu a formação do PT na cidade?

3) E nível nacional estudos apontam para contribuição de pelo menos cinco grupos diferentes na organização do PT: os novos sindicalistas, os movimentos sociais, os intelectuais, os políticos e os grupos de esquerda organizados. Quais deles existiam em Curitiba, qual seu papel na formação do partido e qual a contribuição teórica e organizativa específica de cada um deles?

4) Em relação aos grupos trotskistas (CS, DS, O Trabalho...), quais e como se integraram a organização do partido na cidade?

5) Qual desses grupos exerceu um papel hegemônico, dominante, se destacando no processo e por que?

6) Quais foram as principais contribuições de seu grupo para a estruturação do PT em Curitiba?

7) Em que ano e como surgiu a discussão de fundar o PT?

8) Como foi o processo de formação e quais os acontecimentos mais importantes desse processo?

9) Como o partido se estruturou inicialmente?

10) Em sua opinião quais são as características específicas que o PT adquiriu em Curitiba?

11) Quais foram as principais lideranças que iniciaram a discussão para a formação do partido e participaram da direção partidária neste momento?

12) O que diferenciou do PT dos demais partidos existentes?

13) Quais foram os primeiros debates e discussões importantes que se realizaram no partido em Curitiba em relação ao programa, estrutura, características... ?

14) Em que medida o conservadorismo presente na política Curitibana dificultou o processo de formação do partido?

15) Em que regiões e em que grupos sociais houve maior aceitação e penetração do partido nesse momento ?

RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS:

- ADENIVAL A. GOMES.
- ARLETE RAMOS.
- CLAUDIO RIBEIRO.
- DARLING SAMPAIO.
- DOÁTICO SANTOS.
- EDÉSIO PASSOS.
- FLORISVALDO FIER.
- GILBERTO CARVALHO.
- IVO PUGNALONI.
- LAFAIETE NEVES.
- LIGIA MENDONÇA.
- MILENA MARTINEZ.
- ROBERTO ELIAS SALOMÃO.
- ROMEU GOMES MIRANDA.
- VITÓRIO SOROTIUK.
- ZÉLIA PASSOS.

PRINCIPAIS DOCUMENTOS ANALISADOS[87]:

- Conjunto de Atas da CDR 1ª Zonal (período 1980-1982).
- Conjunto de Atas da CDR 2ª Zonal (período 1980-1982).
- Conjunto de Atas da CDR 3ª Zonal (período 1980-1982).
- Conjunto de Atas da CDR 4ª Zonal (período 1980-1982).
- Conjunto de Atas da CDR 5ª Zonal- depois 145ª Zonal (período 1980-1982).
- Declaração de São Bernardo (01/05/79).
- Relatório de articulação do PT no Paraná (1979).
- Eleição da coordenação regional (1979).
- Elaboração do Programa.
- I Encontro Estadual- preparativos.
- I Encontro do PT do Interior- preparativos.
- Instruções sobre Filiações.
- Relatórios, circulares e convocatórias das reuniões da CDRP (1979-1980).
- Manifesto referente a conjuntura de 1980.
- Relatórios da CDMP- Curitiba (1980-1981).
- Preparação para as eleições de 1982 e plano de governo.
- Manifestos (1979-1982).
- Avaliação das eleições de 82.

[87] Cópias heliográficas.